

Rita Serrano

Rompendo
barreiras



Rita Serrano



Rompendo
barreiras

Copyright © 2022 Editora ComPactos Ltda
Copyright © 2022 Maria Rita Serrano

Rompendo barreiras

Cleusa Slaviero Edição

Cibele Lima Revisão

Antonio Dias Projeto gráfico, diagramação e capa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Serrano, Maria Rita
Rompendo barreiras / Rita Serrano. -- 1. ed. --
Curitiba, PR : Compactos, 2022.

ISBN 978-85-65215-33-6

1. Experiências - Relatos 2. Mulheres - Biografia 3. Relatos
pessoais 4. Superação - Histórias de vida I. Título.

22-130575

CDD-920.72

Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres : História de vida : Biografia
920.72

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Todos os direitos de publicação deste livro estão reservados à Editora ComPactos Ltda

Contato da autora www.ritaserrano.com.br

E D I T O R A
ComPactos

Editora ComPactos Ltda
Curitiba – Paraná – Brasil
facebook.com/editoracomcompactos
www.editoracomcompactos.com.br

Rita
Serrano

Rompendo
barreiras



2022
1ª Edição


EDITORA
Contactos

Dedico este livro às mulheres, exemplos de persistência e coragem:

Ana, minha mãe, Vany, minha sogra, Erika Kokay,
Maria Fernanda, Anna, Marilda, Ivone, Juvândia,
Francisca de Assis, Ivoni, Rosa Luxemburgo, Marielle Franco,
Margarida Alves, Cleópatra, Frida Kahlo, Joana d'Arc.

Dedico aos homens que acreditam que outro mundo é possível:

Vagner, meu companheiro de vida, Boca Rica, Zé Francisco,
Siraque, Jair, Moraes, Leonardo, Jerry, Eric, Cardoso, Davi, Gheorge,
Belmiro, Hugo, Takemoto, Emir Sader, Ladislau Dowbor, Beluzzo,
Garibaldi, Martin Luther King Jr, Papa Francisco, Mandela, Lula.

*Dedico aos meus filhos que me tornaram uma pessoa
melhor e que são maravilhosos: **Diana e Gabriel.***

*Dedico aos amigos que deixaram saudades: **Julio Nascimento,** Furlan,
Adalto, Maria Cristina, Sergio Jarola, Tião, Jovino, Pedro Eugênio.*

*Dedico a todos os que contribuíram com seu trabalho e dedicação
para que eu pudesse cumprir minha missão: **Neide,** Aline, Bel, Eliane,
Vera, Zema, Daiane, Almeida, Paulo, Eliene, Neuri, Luiz Alberto,
Padilha, Marcelo, Cassio, Felipe, Cassia, Angélica, Marina.*

***Dedico a todos os meus colegas da Caixa,** verdadeiros exemplos de
compromisso com o bem público, muito orgulho de trabalhar com vocês.*

APRESENTAÇÃO

Rita Serrano é daquelas mulheres que não passam despercebidas e levam a coragem consigo em todos os momentos. *Rompendo barreiras* é leve e denso ao mesmo tempo, impõe-nos o desejo de adentrar cada página a leitura da história entrançada de nossa personagem com a história recente de nosso país.

O livro contém uma narrativa que nos prende a cada frase, apresentando-nos um mundo de dificuldades, sem melindres ou orgulhos vaidosos, de uma mulher que é, e se reconhece a si mesma na luta pelo que acredita: teimosa? Obstinada!

Uma obra poderosa que se credencia a consultas, a referência de enfrentamento, de micropolítica e exercício de poder pela força dos que representa.

Rita é uma metonímia! A Conselheira, a mãe, a amiga, enfim, em tudo o que se propôs a ser, em algum tempo passou a ter seu nome tão lembrado quanto a função.

Jerry Fiusa dos Santos

SUMÁRIO

Primeira parte – Minha trajetória

De onde vim	11
Retratos da minha trajetória	107

Segunda parte – Artigos

O Brasil não precisa de um banco, precisa da Caixa	129
Eleição de trabalhadores para conselhos de administração: origem e conceitos	131
Rompendo barreiras para representar empregados da Caixa	147
Por mais mulheres no poder	150
Manobra “criativa” do governo: criar estatais para entregar ao capital privado	153
No momento em que o Brasil mais precisa da Caixa, o governo corre para privatizar seus ativos	157
Banco digital: inovação ou retórica para a privatização da Caixa?	160
A especulação sobre o lucro da Caixa: resultados são positivos desde 2003	164

Fakes e fatos sobre o serviço público e a reforma administrativa	166
Estado pós-pandemia e as empresas públicas	170
Futuro da Caixa depende de modelo de Estado	186
Mulheres da Caixa: trajetória, obstáculos e avanços	217
Seleção de vices: democratizar ou privatizar a gestão da Caixa?	219
Empresas públicas têm papel social, são lucrativas e pertencem ao povo brasileiro	221
Caixa 100% pública é desenvolvimento e mais emprego	223
Os desafios dos empregados da Caixa.....	225
Lei das estatais uma nova ameaça à Caixa 100% pública	228

DE ONDE VIM

Caminhando e cantando e seguindo a canção

Geraldo Vandré

Nasci em junho de 1968, em Santo André, São Paulo, seis meses antes do governo federal decretar o AI-5 – Ato institucional nº 5, o mais duro golpe na democracia e nos direitos políticos cometido pela ditadura militar, que teve início em 1964 e durou até 1985.

Meus bisavôs vieram da Itália. Os maternos, Meta Giuseppe e Nunziata de Spirito, respectivamente, das províncias de Catanzaro e Nápoles. Chegaram no final do século XIX e se instalaram no interior de São Paulo, em Torrinha. Os paternos, José Lazizzera e Gracia Taure, da região de Bari, imigraram primeiro para Rosário, na Argentina, lá nasceu minha avó Maria Thereza, em 1914, em seguida, mudaram-se para o Brasil, indo também para o interior do estado, no município de Salto.

Minha avó se casou com Fortunato Serrano, filho de espanhóis, oriundos de Granada, daí meu sobrenome Serrano.

Fiquei tão interessada na minha genealogia que realizei, em 2021, exame genético para confirmar a ancestralidade e, de fato, ele mostrou que meu DNA é 83% oriundo da Europa, com 49% de ascendência italiana e 14%, ibérica.

O incentivo do governo brasileiro à imigração teve por interesse atender à crescente demanda econômica, com destaque para as lavouras de café em São Paulo, mas também servia ao desejo de intelectuais e políticos brasileiros, que tomando a Europa como um grande modelo a ser copiado, acreditavam que a imigração abriria portas para o gradual “branqueamento” da população brasileira. Nesse sentido, projetava-se a expectativa racista de diminuir a “negativa” presença de negros e mulatos na formação do povo brasileiro. Esse processo começa a partir de 1850 com o fim do tráfico de pessoas escravizadas.

Do outro lado, muitos imigrantes vieram para o Brasil fugindo do perigo provocado pelas duas grandes guerras mundiais que atingiram o continente europeu.

Meus avós desde crianças trabalharam na roça, nas fazendas de cana-de-açúcar e café, ajudando os pais. Adultos, casaram-se, tiveram muitos filhos, dificuldades financeiras de toda ordem, vivendo sempre em condições precárias.

Meus pais se conheceram em Limeira, onde a família de minha mãe morava à época, em poucos meses casaram e foram viver em Santo André. A região conhecida como Grande ABC se transformava, no começo da década de 70, em um dos maiores centros industriais do Brasil, com a chegada das grandes montadoras de veículos. As novas fábricas precisavam de muita mão de obra, o que atraiu trabalhadores do Brasil todo, destaque para os do interior de São Paulo e da região Nordeste.

Meu pai não conseguiu estudar, mal escrevia o próprio nome, desde criança teve que se ocupar de ganhar o pão, que vinha do trabalho na construção civil. Durante alguns anos, foi pedreiro na Volkswagen em São Bernardo do Campo.

Minha mãe estudou até a antiga 4ª série do primário e, como quase todas as mulheres de sua época, viu-se obrigada a ficar em casa para criar as quatro filhas. Sou a primogênita, em seguida, vieram Lucia, Simone e Vanessa.

Depois de 22 anos de casados, meus pais se separaram e da nova relação do meu pai, que passou a viver em Porto Alegre, chegou mais uma irmã, a gaúcha Eline.

A INFÂNCIA

O cravo brigou com a rosa, debaixo de uma sacada
A Patotinha

Minha infância foi marcada por mudanças constantes de moradia. Aconteciam cada vez que o aluguel era reajustado. Meu pai recebia salário suficiente somente para não passarmos fome. Recordo que, uma única vez por ano, normalmente no Natal, minhas

irmãs e eu ganhávamos roupas novas, um conjunto com uma calça, blusa e tênis, que obviamente precisavam durar no mínimo mais um ano.

Morando em casas rudimentares, éramos obrigados a dormir todos juntos em um único quarto, situação que começou a me incomodar na adolescência, quando optei por colocar minha cama na cozinha.

Iniciei, com ansiedade e alegria, a vida escolar aos 6 anos, sentia-me o máximo indo para a escola, que ficava uns 200 metros de casa, sozinha e com aquele uniforme charmoso: saia xadrez, blusa branca, meia branca e sapato preto.

Sempre adorei estudar, era o espaço das brincadeiras, dos livros, do conhecimento, dos amigos. Ali peguei gosto pela leitura, que foi por muitos anos meu único lazer. Com 11 anos, devorava um livro por semana, emprestado da biblioteca pública Nair Lacerda, localizada no paço municipal de Santo André.

Em casa, as tarefas eram concentradas em ajudar a cuidar das irmãs menores e do serviço doméstico, quando possível assistia aos filmes da sessão da tarde. Eram raros os momentos para brincar. Aos 10 anos, comecei a fazer bainha de calça para uma costureira, o pouco que recebia, ia direto para minha mãe. Situação idêntica à de milhares de famílias pobres.

Alguns fatos marcaram esse período, as brigas constantes em casa, meu pai sempre muito agressivo, principalmente quando bebia, não raro quebrava tudo o que encontrava pela frente. Nunca teve coragem de agredir fisicamente minha mãe ou os filhos, mas a língua era mordaz, gritava, ameaçava quebrar os dentes, fazer barbaridades.

Lembro claramente de uma noite, então com uns cinco anos, ele chegou em casa após o trabalho e, com raiva da minha mãe que tentava estabilizar o sinal da TV, jogou o aparelho no chão aos gritos. Minha mãe com medo, colocou Simone, com dois anos, no colo e arrastou Lúcia e eu, com cinco anos, para um terreno ao lado de casa, cercado de mato. Lá ficamos escondidas a noite toda, para retornar só no outro dia. E foi assim até a separação deles. O casamento durou 22 anos aos trancos e barrancos.

Dona Ana, minha mãe, sempre foi uma mulher de fibra, corajosa, minha grande incentivadora e responsável por ser quem sou, mas

infelizmente o mundo machista e opressor em que vivemos, além de afetar a autoestima das mulheres, não oferece oportunidades de empregos decentes e equipamentos públicos, como creches, situação que acaba por obrigar a aceitação de relações abusivas.

Essa realidade se tornou o alicerce para que eu decidisse, desde muito jovem, que ia lutar por minha independência financeira a todo custo.

AS DESCOBERTAS DA ADOLESCÊNCIA

Amar como Jesus amou. Viver como Jesus viveu

Padre Zezinho

Eu resumiria minha adolescência a trabalho, escola, igreja, amigos e namoro. Entrei no ginásio, com a mesma paixão do início da vida escolar, estudava na escola estadual Padre Lebrecht. Era dedicada aos estudos e pesquisas.

Todo dia pedia uma moeda para minha mãe, gostava de comprar doces na barraquinha que ficava na entrada do prédio escolar.

No período das festas juninas, ensaiava a quadrilha e ajudava a escola a buscar doações de prendas. Tinha também as tradicionais festas do sorvete, com a presença das famílias. Os recursos arrecadados iam para a Associação de Pais e Mestres e eram investidos em melhorias para a escola.

Essa vivência social aproximava as pessoas, valorizava o ambiente escolar e colocava o espaço público a serviço da comunidade, dando a sensação de pertencimento, de responsabilidade pela educação.

Tenho relações de amizade até hoje com ex-colegas de classe. Sandra de Campos é uma delas, somos comadres, batizei seu filho. Estudamos juntas da 5ª série até o final do colégio.

Muitas mudanças me esperavam quando terminei o ginásio aos 14 anos. A situação econômica em casa estava muito difícil. Ficamos

mais apreensivos quando minha mãe anunciou que estava grávida da minha irmã Vanessa, não foi planejado e aconteceu justamente quando ela estava prestes a arrumar um emprego.

Diante disso, precisei começar a trabalhar aos 15 anos. Meu primeiro emprego foi no setor de produção de uma indústria farmacêutica, em São Bernardo do Campo, não parei mais, já são quase 40 anos de trabalho ininterruptos desde então.

Fui química, metalúrgica, comerciária, professora, até no censo do IBGE eu trabalhei. Em 1989, entrei na Caixa Federal, onde estou até o momento.

Tive meu primeiro namorado aos 15 anos, durou uns três meses, depois engatei com Nelson, conhecido como “índio”, conheci-o no grupo de jovens, entre idas e vindas, ficamos uns cinco anos juntos.

REALIDADE DO BRASIL DESENHO MINHA FORMAÇÃO

Tá vendo aquele edifício, moço? Eu também trabalhei lá
Zé Geraldo

Os últimos anos da década de 1970 viram o surgimento de um novo movimento sindical dos operários brasileiros, influenciado na abertura democrática e na história do Brasil das décadas subsequentes. O Novo Sindicalismo aflorado nos anos de 1978 a 1980 resultou na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1986, além de constituir as bases para a formação do Partido dos Trabalhadores, em 1980.

O movimento grevista, que foi o ápice do Novo Sindicalismo, iniciou-se em 12 de maio de 1978 nas fábricas de caminhões da Saab-Scania, em São Bernardo do Campo, e se estendeu para outras fábricas.

Em 1982, o Brasil completava 18 anos sob o comando dos militares, período no qual a população só votou em cargos legislativos. Desde 1979, o país caminhava para o fim do regime ditatorial com a Lei de Anistia e o fim do bipartidarismo, medidas que fortaleceram a oposição ao governo. Foi nesse contexto de agravamento das questões sociais e do surgimento dos opressivos regimes militares na América Latina que nasceu, dentro da Igreja Católica, o movimento pela Teologia da Libertação.

O compromisso da pastoral com a questão social já vinha se organizando em boa parte do mundo católico mesmo dentro da doutrina social da Igreja, mas, em 1968, durante a Conferência de Medellín (II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano), esse envolvimento ficou mais sistematizado com uma diretriz básica: a opção preferencial pelos pobres.

Em 1982, tive contato com os conceitos da Teologia da Libertação no grupo de jovens e, como catequista na Igreja Cristo Operário, em Santo André. Aos 15 anos, tornei-me coordenadora do grupo de jovens, chamado carinhosamente de *muquinha*, diminutivo de MUC – Mocidade Unida Cristã. Minha atuação na igreja durou muitos anos e garantiu minha convicção do poder da comunidade, do coletivo e da oração – orar + ação.

Mesmo sem compreender a dimensão da realidade brasileira, de cara me identifiquei com o debate sobre a carestia, o desemprego, a falta de oportunidades, a miséria, enfim, vivia na pele as consequências da desigualdade social e do autoritarismo.

Depois de 22 anos sem eleições diretas, em 1982, aconteceram as tão esperadas eleições para governadores de estado. Os alunos foram convidados a ajudar organizar as filas para a votação na escola, enquanto cumpria essa tarefa, aproveitava para pedir votos para o então candidato a governador, pelo recém-criado Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, liderança sindical que trazia temas novos para o debate, fim da opressão política, melhoria das condições de trabalho e vida dos trabalhadores.

Sempre me chamou a atenção nos discursos de Lula, que ouvia pela TV, quando presidia o sindicato dos metalúrgicos do ABC, a ênfase dada para que o trabalhador não tivesse vergonha de ser peão, operário, que isso deveria ser motivo de orgulho, afinal, eram os responsáveis por fazer o Brasil crescer. Essa frase de Che Guevara, revolucionário cubano, repetida várias vezes por Lula, é um marco desse período, arrepio-me até hoje quando a ouço: “Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas. Mas jamais conseguirão deter a chegada da primavera”.

Aquilo mexia com a autoestima, inflamava a massa, jogava para os trabalhadores a responsabilidade de serem protagonistas da própria história, não à toa, causa tanto alvoroço e repressão dos dominantes, quando a maioria marginalizada toma consciência do poder que tem para se rebelar e mudar o mundo.

Particpei dos atos pelas “Diretas Já”, movimento político de cunho popular que teve como objetivo a retomada das eleições diretas ao cargo de presidente da República. Começou em maio de 1983 e foi até 1984, tendo mobilizado milhões de pessoas em comícios e passeatas.

Muita emoção envolvida, saía da estação de trem de Santo André em direção à Praça da Sé, em São Paulo, onde os principais atos aconteciam, vagões lotados, jovens cantando, embalados pela esperança de um país democrático.

Minha felicidade não cabia no peito, sentia-me importante, afinal, estava dando a minha contribuição para construir uma nova etapa na história brasileira.

Era gente demais se aglomerando na Praça da Sé, as atividades uniram líderes políticos de matizes diferentes, Brizola, Fernando Henrique, Lula; intelectuais renomados.

Mesmo com apoio popular, o Congresso Nacional acabou não aprovando a emenda que garantia eleições diretas. O movimento pelas Diretas Já, constituiu-se num marco da história do Brasil, acabou sendo um dos pilares da redemocratização, na primeira metade da década de 80.

GENEROSIDADE GARANTIU MINHA FACULDADE

Me faça um favor
Sá e Guarabyra

Quando terminei o colégio, sonhava ir para a faculdade, mas não tinha condição financeira para pagar, trabalhava na área de Planejamento e Controle de Produção em uma pequena metalúrgica de São Paulo, recebia algo em torno de três salários mínimos, destinados integralmente para pagar o aluguel de casa. Não existiam opções de faculdades públicas na região. A Universidade Federal do ABC só foi inaugurada na gestão do então presidente Lula, em 2005.

Frustrada, pensei em desistir, deixar para outro momento, mas a solução apareceu como mágica. Na festa da minha tia-avó Nena, conheci um primo do meu pai, um senhor ilustre, conhecido como Pio, tinha em torno de 50 anos, era de Salto, interior de São Paulo, dono de uma fábrica de autopeças.

Sabe aquela figura que as famílias admiram, era ele. Saiu da pobreza e conseguiu com duros esforços construir um patrimônio respeitável. Sempre ouvi histórias a seu respeito, mas não o conhecia. Nesse dia, meu tio Dorivaldo, primo de Pio, apresentou-me a ele, como sendo a garota mais estudiosa e esforçada da família, mas que infelizmente não faria faculdade por falta de recursos.

Pio se mostrou admirado e disse que tinha duas filhas que poderiam estudar o que quisessem, mas não demonstravam interesse, achava injusto alguém ter vontade e não conseguir. Ao final da festa, chamou-me para conversar e, para minha surpresa, de forma enfática, como quem dá ordens, disse que pagaria integralmente minha faculdade, bastava me matricular.

E foi assim que me formei em Estudos Sociais, na Faculdade Senador Flaquer de Santo André.

Quando terminei o curso, fiz questão de encontrá-lo para agradecer, homem de poucas palavras, fez uma única observação – “era isso que você queria? Então estou satisfeito”. Essa foi a segunda e última vez que o vi, morreu há alguns anos. Com ele, aprendi o valor da generosidade e como um gesto pode fazer diferença na vida das pessoas.

Na década de 2000, fiz a segunda faculdade, de História, em seguida, mestrado em Administração.

A ENTRADA NA CAIXA EM 1989

Sem medo de ser Feliz
Jingle campanha Lula

De 1986 a 1988, trabalhei na Olimpus, empresa de fabricação de antenas de carros. Saía de casa às cinco horas da manhã, fazia o percurso de 90 minutos de ônibus até o bairro de Ipiranga, em São Paulo, no final do dia, ia direto da fábrica para a faculdade, retornando para casa às 23 horas. Aos sábados, tinha aula, o domingo era para realizar as tarefas domésticas e estudar. Vida dura, sem lazer ou distrações, nunca perdi tempo reclamando, olhava para frente e tentava buscar alternativas.

Não planejei ser bancária, surgiu a oportunidade do concurso para a Caixa em 1988, vislumbrava como vantagens a prometida jornada de seis horas, trabalhar próximo de casa e um salário maior, com isso, conseguiria ter mais tranquilidade para terminar a faculdade e ser professora.

Após meses me preparando, consegui estar entre os primeiros 200 aprovados do Polo ABC, na concorrida seleção da Caixa Federal, a contratação só aconteceu um ano depois, em novembro de 1989.

Foi muito melhor do que imaginava, um mundo de descobertas e desafios se abriu, comecei a trabalhar em setor interno, de retaguarda, chamado Ceser – Centralizadora de Serviços – contava

com 50 empregados, quando da centralização na Caixa das contas do FGTS, em 1990, passaria para mais de 100.

Era um ambiente de amizade, reciprocidade, aprendizado, a grande maioria dos colegas recém-contratados como eu, todos jovens e empolgados. Os supervisores cobravam desempenho sem serem agressivos, eram didáticos e atenciosos, situação muito distinta da que vivemos hoje, depois do advento da “meritocracia”, leia-se, competição entre os pares, incentivo ao individualismo, produtividade a qualquer preço.

Logo nos primeiros meses, fiz questão de me associar ao Sindicato dos Bancários e à Associação de Pessoal – APCEF, tinha plena consciência da relevância da organização coletiva para a qualidade das condições de trabalho.

A primeira constatação que tive foi de que a tão almejada jornada de seis horas na prática não existia, era raro o dia que conseguia sair no meu horário, dada a crescente demanda de trabalho.

Por sinal, a jornada de seis horas foi conquistada na Caixa em 1985, após a primeira greve nacional, muito tempo depois dos demais bancários, que garantiram esse direito após movimento grevista, liderado pelos empregados do Banespa, em 1933. Ocorre que os bancos foram burlando a legislação e, hoje, praticamente só quem está em início de carreira mantém esse direito.

COM O FGTS CHEGARAM NOVOS AMIGOS

Amigo é coisa para se guardar
Milton Nascimento

A Caixa assumiu o papel de Agente Operador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço com a publicação da Lei 8.036/90, de 11 de maio de 1990.

A centralização aconteceu depois que auditoria dos órgãos controladores do governo verificaram que havia desvio de finalidade nos

bancos, que não geriam corretamente os recursos. Até essa data, eram cerca de 70 instituições envolvidas na administração dos recursos dos trabalhadores. Além disso, essa medida facilitaria os investimentos em infraestrutura, realizados com recursos do FGTS.

O processo foi assumido pela Ceser, onde eu atuava. Para dar conta do recado, o banco incentivou empregados a virem de outros estados para São Paulo. Nosso setor foi preenchido por sotaques cariocas, baianos, pernambucanos, cearenses, paraibanos, gaúchos, paraenses, era uma verdadeira miscigenação brasileira, recheada de experiências e expectativas distintas. Guardo boas lembranças desse período, em especial de dois amigos, o primeiro carioca, Reginaldo, agora já aposentado, e Claudio, paraense, que depois de algum tempo, desistiu da Caixa e foi para o Banco do Brasil.

A maioria dos transferidos não se adaptou, reclamavam que os paulistas eram obcecados por trabalhar, verdadeiras máquinas competitivas. Teve também os problemas dos custos da mudança, a família que não conseguia trazer e a frustração em não ascender rápido a um cargo.

Demorou anos, mas os sindicatos conseguiram negociar, com a direção do banco, o retorno para a cidade de origem dos interessados.

Aprendi com eles a enxergar o tamanho do Brasil, a riqueza da diversidade cultural, a importância do diálogo nas relações de trabalho, a empatia.

1990 - A PRIMEIRA GREVE A GENTE NUNCA ESQUECE

Proletários de todos os países uni-vos!

Karl Marx e Engels

A tão desejada eleição direta só aconteceu em 1989, e Fernando Collor de Mello foi eleito presidente, seu principal mote de campanha foi “a caça aos marajás”, e, entre eles, estavam os empregados de empresas públicas, como os da Caixa.

Sexta-feira, 16/3/1990, feriado bancário. Um dia após tomar posse como o primeiro presidente eleito no país de forma direta, após quase 30 anos, Collor anuncia um pacote radical de medidas econômicas, incluindo o confisco dos depósitos bancários das até então intocáveis cadernetas de poupança dos brasileiros. O plano, poucos meses depois, começou a fazer água.

A população reagiu com perplexidade, especialmente às medidas de bloqueio do dinheiro. Ao fim do feriado bancário de três dias, longas filas se formaram nas agências, e os bancos não tinham dinheiro suficiente para cobrir saques dos clientes. O comércio também ficou paralisado. Nas agências da Caixa, o caos se instalou, filas imensas com clientes revoltados ofendiam os empregados, chamando-os de marajás, vagabundos.

De forma arbitrária, em junho de 1990, após completar 100 dias de governo, Collor anuncia a demissão de 100 mil trabalhadores de estatais, sendo 2.341 recém-contratados na Caixa, eram os menores salários do banco, não chegavam nem perto de serem marajás.

Tinha acabado de ser eleita delegada sindical pelos colegas da Ceser, representação garantida em acordo coletivo de trabalho em cada unidade da empresa.

Na região do ABC, não houve demissão, mas ficou evidente que o objetivo do governo era criar a narrativa para a privatização da Caixa e demais estatais.

Pensei: acabei de entrar e o banco já vai acabar! De jeito nenhum, resolvi que faria tudo o que pudesse para não permitir esse disparate.

Esse fato desencadeou uma grande campanha nacional organizada pela Fenaec – Federação das Associações de Pessoal da Caixa e, pelos sindicatos de bancários, em defesa da reintegração dos demitidos, o que viria a acontecer por ocasião da campanha salarial, em setembro.

No ano seguinte, setembro de 1991, foi aprovada greve nas assembleias sindicais da Caixa. Com adesão de praticamente 100%

dos empregados, todo o meu setor parou. No 20º dia de paralização, 27 de setembro, sexta-feira, a justiça julgou a greve ilegal. Os sindicatos decidiram orientar a continuidade. No domingo, o então presidente da Caixa, Álvaro Mendonça, usou o horário nobre da Globo para anunciar que aqueles que não voltassem ao trabalho seriam demitidos.

No outro dia, na porta da Ceser, fui pedir aos colegas para continuarem em greve, que se todos batessem o pé, o banco não teria como cumprir a ameaça, mas não adiantou, somente eu e Patricia não entramos. Não havia internet, as informações sobre a continuidade do movimento eram desconstruídas.

No final da tarde desse mesmo dia, começaram a sair as listas de demissão, ao todo 108 demitidos pelo país. Patricia e eu ficamos esperando angustiadas nosso nome aparecer na lista, tínhamos convicção de que a covardia não era uma opção viável, por outro lado, perder o emprego causava medo. No dia seguinte, a greve acabou de vez e voltamos a trabalhar, foi quando soubemos que não fomos demitidas porque os colegas pediram para que a chefia não oficializasse nossa ausência. Gesto de respeito e cumplicidade raros.

A Feneae organizou uma vaquinha nacional para a sustentação dos demitidos, cada empregado doava 0,3% do seu salário, 35 mil autorizaram o desconto, praticamente 70% do corpo funcional participou. Foi o maior gesto coletivo de solidariedade feito ao longo da história da organização dos empregados da Caixa e um exemplo de mobilização.

O lema da campanha era “Não toque em meu companheiro!”. O empregado era simbolizado por uma flor despedaçada no caule e uma mão cuidadosa protegia para amparar e manter em pé a flor já brutalmente agredida.

Em outubro de 1992, logo após o processo de *impeachment* de Collor e ascensão à presidência de Itamar Franco, todas as demissões foram canceladas e o pessoal reintegrado. Mais uma vitória!

ATUAÇÃO EM AGÊNCIA

Brasil mostra sua cara
Cazuza

Em 1992, fui transferida para a agência Ribeirão Pires, trabalhar na linha de frente foi uma experiência ímpar, você aprende a fazer de tudo, mandava mensagens por telex, a molecada de hoje não sabe nem o que é, mas era nossa tecnologia de comunicação; atender no caixa, avaliar aplicações financeiras, liberar FGTS, fazer a contabilidade, enfim, ser bancário em um banco múltiplo e social de forma plena. Ali tive a verdadeira dimensão do papel da Caixa para a população, a complexidade do funcionamento de uma instituição financeira e os desafios da gestão pública.

Destaco minha alegria (e inveja também), ao pagar o maior prêmio da quina da Loto, da época. Chegaram à agência cinco operários de uma fábrica de móveis, com sorrisos que não cabiam no rosto, fiquei emocionada e, pensei, um dia será minha vez, ainda espero...

Depois de dois anos, fui para a agência Utinga, como supervisora, função para a qual fui selecionada após processo seletivo interno.

A promoção veio quando estava construindo minha casa, junto com meu namorado Jovino, para conseguir terminar, durante um ano, dividi-me entre dois empregos, de dia era bancária e, à noite, dava aulas para um colégio estadual.

UMA NOVA ETAPA DA VIDA COMEÇA

Eleita para a direção do Sindicato dos Bancários do ABC

Coragem, coragem, se o que você quer é aquilo que pensa e faz
Raul Seixas

Como já contei, desde 1990, eu atuava como delegada sindical, participava das greves e acompanhava de perto as negociações salariais. Logo que entrei na Caixa, também me associei a

APCEF/SP – Associação dos Empregados da Caixa, o movimento associativo, com as APCEFs e a Fenae – Federação das Associações de Pessoal da Caixa, sempre teve papel predominante na organização do movimento, até porque o direito à sindicalização nas empresas públicas só aconteceu depois do fim da ditadura militar.

No ABC, eu participava da oposição bancária da CUT, junto com bancários de outras instituições: Vagner de Castro, Tânia Regina e Alexandre, do Banespa; Tânia Mara, Nossa Caixa; Regiane Pasqualini, Caixa; Renan, Banerj e outros. A direção do sindicato tinha viés pelego, traduzindo, não havia compromisso com as demandas dos trabalhadores e, há anos, não realizava eleições democráticas para a renovação da diretoria.

Só para ter noção da situação, nos deslocávamos para participar das assembleias no sindicato dos bancários de São Paulo, porque no ABC a entidade não convocava, muito menos apoiava o movimento.

Em 1994, após ação judicial movida por Vanderlei Siraque, advogado, então vereador, ex-bancário do Banespa e um dos líderes da oposição bancária na década de 80, junto com Fábio Palácio, a justiça determinou que houvesse eleição para a diretoria do sindicato.

Eu havia acabado de passar no concurso interno da Caixa para instrutora e não estava nos meus planos fazer parte da chapa de oposição. Ocorre que, para ganhar a eleição, era necessário ter representação de todos os grandes bancos e fui convidada a assumir a tarefa de concorrer para a diretoria de finanças.

Em 1994, eu já vivia com Jovino, nos conhecemos quando fui morar em Rio Grande da Serra, menor cidade do ABC, que faz divisa com Santo André. Mineiro, gostava de prostrar, economista com visão crítica sobre a realidade brasileira, idealista, militante partidário e sindical, apaixonei-me por sua forma simples de encarar a vida.

Jovino foi o grande incentivador da minha participação na eleição, afirmava que o momento era histórico, que me cabia ajudar a reconstruir a entidade e dar voz aos trabalhadores, em especial às mulheres.

Nossa relação durou sete anos, depois nos separamos, não tenho palavras para descrever o quanto aprendi com ele, mantivemos

a amizade e a admiração mútua. Infelizmente, em setembro de 2020, faleceu vítima de infarto fulminante, aos 60 anos.

Ganhamos a eleição em maio de 1994, por uma diferença pequena de votos. Em junho, fui liberada do banco junto com o presidente eleito, Zé Luiz, do Itaú, e outros dirigentes, para conduzir a entidade. Começou ali uma trajetória longa de luta sindical.

A ORIGEM DOS SINDICATOS

*Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres*

Rosa Luxemburgo

As origens do sindicalismo encontram-se na Inglaterra industrial, onde, a partir da segunda década do século XIX, apareceram várias associações operárias de ajuda mútua e de defesa dos trabalhadores. Legalizaram-se em 1824, difundindo-se na década seguinte por toda a Europa. Ele só surge no modo de produção capitalista. A palavra vem do francês – *syndic* – que significa “representante de uma determinada comunidade”. Com a queda do feudalismo na Europa, num longo processo iniciado a partir do século XVII, a sociedade se divide claramente em duas classes. De um lado, a burguesia, dona dos meios de produção – instalações, máquinas, matérias-primas etc. O termo burguesia deriva de burgos, que eram as pequenas localidades nos arredores dos feudos, onde viviam os comerciantes e os artífices – os germes dos futuros industriais. Do outro, o proletariado, desprovido de tudo, obrigado a vender a sua força de trabalho aos capitalistas. A expressão proletariado vem do latim da antiga Roma e designa os cidadãos que viviam à beira da miséria e que tinham uma prole numerosa.

No Brasil, o surgimento do sindicalismo está diretamente atrelado ao término do período escravocrata, após séculos sendo um país

onde a mão de obra era composta quase exclusivamente por escravos, o país passou a atuar com mão de obra assalariada e a receber estrangeiros para os novos setores que surgiam no mercado.

Por certo tempo, o sindicalismo no Brasil era ditado por iniciativas dos trabalhadores ou de grupos com perfil político-ideológico mais definido, como os partidos políticos. De forma geral, essas iniciativas eram tomadas pelos trabalhadores em sua heterogeneidade, concebido por uma inspiração autônoma. Essa dinâmica muda com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, quando o presidente passa a submeter os sindicatos ao controle do Estado.

É com esse intuito que Vargas cria o Ministério do Trabalho, em 1930, em conjunto com uma série de normas, que restringia a atuação das entidades.

Organização dos bancários

A Associação dos Funcionários de Bancos de São Paulo teve seu estatuto aprovado em 16 de abril de 1923, em assembleia da qual participaram 84 bancários. A preocupação inicial era credenciar os bancários à entidade e criar uma identidade da categoria, até então integrada aos comerciários. Menos de dez anos depois aconteceu a primeira greve de bancários da história, iniciada em Santos, em 18 de abril de 1932. Eram os funcionários do Banespa que reivindicavam melhorias salariais e das condições sanitárias – havia grande incidência de tuberculose à época. Essa greve foi vitoriosa, entretanto, a conquista que marcou a década de 30 foi a redução da jornada de trabalho para seis horas, em novembro de 1933. A Associação passou a chamar-se Sindicato dos Bancários de São Paulo.

A primeira greve nacional da categoria bancária foi deflagrada em julho de 1934, com duração de três dias. Objetivava, basicamente, a conquista de três direitos: aposentadoria aos 30 anos de serviço e 50 de idade, estabilidade no emprego a partir de um ano trabalhado e criação de caixa única de aposentadoria e pensões. Era o governo de

Getúlio Vargas, a quem os trabalhadores reiteradas vezes haviam reivindicado a criação do IAPB, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.

Caixa – Economiários X Bancários

Em 30/10/1985, os empregados da Caixa realizaram a primeira greve nacional. As unidades do banco ficaram fechadas por 24 horas, a adesão foi maciça em todos os cantos do país. Graças ao movimento, conquistaram a condição de bancários, até então eram considerados economiários, com direito a sindicalização. Nesse mesmo ano, foi realizado o primeiro Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef).

Bancários do ABC

Fundado em 1959, o sindicato dos bancários do ABC se tornou, a partir da década de 90, um dos maiores e mais importantes do país, em razão da relevância econômica da região no cenário nacional. Em 2009, tive a honra de, junto com a jornalista Maria Angélica Ferrasoli, resgatar a origem e a história da entidade, o material fez parte das comemorações dos 50 anos.

Nossa primeira gestão da CUT no sindicato começou em julho de 1994, com muitas dificuldades, herdamos da antiga diretoria dívidas, contas bancárias zeradas, patrimônio esfacelado, falta de controle administrativo, poucos sócios. Não tínhamos experiência, todos jovens, idealistas, com disposição e coragem para mudar a realidade, empolgação de sobra e muitos projetos na cabeça.

Em poucos meses, associamos mais de mil bancários. Inovamos na comunicação, boletins semanais eram entregues pelos diretores nos locais de trabalho, estratégia que aproximava e democratizava a gestão sindical, atuando in loco com as demandas dos trabalhadores e fiscalizando as condições de trabalho.

Junto com as bancárias, criamos um boletim intitulado “Nova identidade”, com o desenho de uma bruxa voando na vassoura, tinha por objetivo tratar da realidade das mulheres e incentivar a participação.

1995 – 2002 GOVERNO FHC E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A POPULAÇÃO

*Como é que pretos, pobres e mulatos.
E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados*
Caetano Veloso

Cinco meses após nossa posse no sindicato, começava o governo de FHC. Sua política neoliberal (doutrina, desenvolvida a partir da década de 1970, que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e, ainda assim, em grau mínimo) teve consequência negativa para todos os setores produtivos do país. A custo de equilibrar a economia e tornar forte o real, milhares de brasileiros perderam seus empregos, e um amplo processo de privatização de empresas foi iniciado. Logo no começo de sua administração, FHC tentou inibir a ação sindical – no caso autorizando a invasão pelo Exército de quatro refinarias da Petrobras, cujos trabalhadores permaneciam em greve, e aplicando altas multas aos sindicatos.

Para a categoria bancária, os anos neoliberais foram igualmente um desastre. De 800 mil postos de trabalho, em 1990, restavam 398 mil no final de 2003, ou seja, foram eliminados mais de 50% dos empregos no setor. As causas principais foram as fusões, automação e terceirização de serviços.

No caso dos bancos públicos, praticamente todos os bancos estaduais foram privatizados nesse período, com incentivo do governo federal, caso do Banespa, Banerj, Banestado e outros.

Nos federais, a ordem era “enxugar” para privatizar. Na Caixa, ficamos dez anos sem concurso público, oito anos sem reajuste salarial, com perdas de direitos conquistados e pressão de todo tipo sobre os trabalhadores.

As entidades organizaram campanhas para sensibilizar a população sobre a importância dos bancos públicos para o Brasil, o lema principal era “Sem banco público não há desenvolvimento”. Muitos debates, atividades com clientes e usuários, audiências públicas em câmaras municipais, uma série de atividades de resistência foram realizadas.

O barulho foi grande, resistimos, todos os anos houve greve, eu estava lá liderando, convencendo, organizando. Muitas vezes, os colegas me xingavam, recusavam-se a ouvir, um em especial, era gerente de contas em agência de São Bernardo do Campo e, em discussão que tivemos, disse “Rita, *não estou preocupado com privatização, não corro risco de perder o emprego, os bons sempre ficam*”. O interessante é que até hoje ele está na Caixa, ocupando cargo de destaque, obviamente, graças a quem priorizou o coletivo, foi à luta e manteve o banco público, para que ele pudesse fazer carreira.

No começo, eu fazia reuniões nos locais de trabalho com a perna bamba, gaguejava, minha boca ficava seca, achava que ninguém entendia o que eu falava, não conseguia organizar as ideias. Quem me ajudava nessas horas era o Vagner, diretor do sindicato, do Banespa, que, em 1997, seria eleito presidente. Calmo, tranquilo, exemplo de eloquência e paciência, a cumplicidade foi tão boa que nos apaixonamos, tivemos dois filhos e estamos juntos há 25 anos. Além dele, tinha o Julio, ex-bancário do interior de São Paulo, foi coordenador da nossa chapa na eleição, representando a FETEC – Federação dos Bancários da CUT. Logo que assumi, contratei-o para assessorar a diretoria. Pragmático, excelente comunicador, comprometido, nordestino porreta, sabia como chamar a atenção da categoria, adorava conversar e resolver problemas, era quem me orientava sobre qual a melhor abordagem deveria ter nas reuniões e assembleias. Tornou-se meu braço direito, esquerdo, ombro para

chorar, amigo para festejar, irmão de todas as horas. Coordenou todas as eleições das quais participei: sindicato, prefeitura, conselho de administração, ganhamos todas. Foi a maior perda que a Covid-19 me trouxe, faleceu em setembro de 2020, deixando um vazio no meu peito. Ainda ouço sua voz me chamando “Serrano, vamos almoçar...”, “Serrano, deixa essa munição de lado...”.

Em 1998, o lema do sindicato na eleição presidencial era “*tire o emprego de FHC antes que ele tire o seu*”, dada a situação de miséria e desemprego que assolava o país. Mas não adiantou, ele foi reeleito e ampliou o ataque às empresas públicas.

O Banespa foi privatizado em 2000, durante anos, os empregados, prefeitos, parlamentares, sindicatos e movimentos organizados tentaram impedir o processo, sem sucesso. O Santander espanhol comprou o banco e, de cara, ameaçou demitir os empregados. Houve resistência e as demissões foram substituídas no primeiro momento por incentivo à aposentadoria.

Em 2000, eu já estava separada de Jovino e fui morar com Wagner. O trabalho, a convivência, os objetivos comuns de vida e o credo nos aproximou, a paixão nos uniu, decidimos partilhar a vida juntos. Wagner, um perfeito libriano, diplomata por natureza, ensinou-me a ter uma visão mais abrangente da vida e das pessoas, sem preconceitos, maniqueísmos, com ele aprendi a argumentar, ouvir, ser resiliente.

2006 – PRIMEIRA MULHER PRESIDENTA DO SINDICATO

Dona, desses traiçoeiros, sonhos, sempre verdadeiros
Sá e Guarabyra

Em 2003, eu tinha retornado para o trabalho na Caixa, estava atuando na gerência regional da superintendência do ABC. Meu foco eram as relações comerciais com os municípios e os projetos de desenvolvimento da região. Gostava muito do que fazia, a

equipe era integrada, com Marjori e Everaldo liderando o time.

A direção do sindicato estava iniciando período de transição, Vagner de Castro, então do Santander, deixaria a presidência. Na Caixa, tínhamos carência de novas lideranças, acabei retornando para ser diretora de finanças da FETEC – Federação dos Bancários da CUT, em seguida, em 2006, fui eleita a primeira mulher presidente do sindicato, com muita honra.

Durante minha gestão, tivemos, do ponto de vista da organização dos bancários, um imenso salto de qualidade. Óbvio que o trabalho exigia dedicação total, 14, 16 horas por dia, fins de semana. Ficava tensa, cansada, mas satisfeita, estava onde deveria estar.

Em 1994, havia cerca de 9 mil trabalhadores na base sindical. Em 2000, eram apenas 6 mil, dez anos depois, chegou a 7,6 mil.

Com o avanço econômico e o crescimento do número de bancários, a organização da categoria deu um salto de qualidade, o sindicato chegou a marca de 82% de sócios, percentual muito acima da média nacional de sindicalização, em torno de 20%.

Merece destaque a participação da categoria nas atividades sindicais, assembleias lotadas testavam a capacidade da diretoria de ouvir críticas, propostas, perder votações. A entidade estava viva, vibrante, atuante.

Ser liderança é ser desafiado a cada dia, ter que aprimorar a percepção da realidade, dos sentimentos que movimentam os seres humanos, exige desenvolver argumentos e oratória. Eu diria que é uma profissão de fé em defesa da democracia, do servir ao outro.

Lula assumiu a Presidência da República em 2002 e já, em 2004, realizamos a Convenção Coletiva Nacional dos Bancários, envolvendo empresas privadas e públicas, fato inédito no Brasil e raro no mundo. Até aquele momento, os bancos privados e os estaduais tinham um acordo único, conquista de 1992, enquanto Caixa e Banco do Brasil faziam campanhas e negociações salariais separadas, mesmo com data base única. A consequência dessa divisão foi a retirada de direitos nos bancos públicos e salários praticamente congelados por oito anos.

A Convenção Coletiva de 2004 foi precedida pela devastadora política de saneamento dos bancos públicos executada por FHC. O

objetivo do governo tucano foi diminuir a concorrência para melhor vender os bancos públicos, então sucateados.

A resposta do governo Lula foi contrária, com a adoção de política de valorização das instituições públicas. Lula abandonou o paradigma do governo anterior focado no Estado Mínimo, com privatizações e implantou um novo do Estado desenvolvimentista, com investimento público para setores estratégicos e sociais.

SER MULHER EM CARGO DE DESTAQUE EXIGE MUITA, MAS MUITA TEIMOSIA, HAJA RESILIÊNCIA

Você é a Ovelha Negra da família

Rita Lee

Sempre acreditei que a nossa função pública exige dedicação e trabalho, afinal, são muitas as expectativas dos trabalhadores quanto à ação sindical, nesse aspecto, sempre fui muito exigente, porém, infelizmente, muitos dentro da entidade reagem de maneira negativa. Por ser mulher, a chacota era me taxar de mandona, autoritária, recalcada, chata.

A direção era formada por 80% de homens, com duas mulheres ocupando os cargos principais, Marilda, da Nossa Caixa, pessoa íntegra, leal, companheira, e eu na presidência, era demais para eles.

Os conflitos internos eram constantes, disputas muitas vezes sem sentido, algumas causadas pela inexperiência, outras, pelas disputas de poder entre grupos, sexistas, pessoais.

Eu não fugia da briga, ficava nervosa, perdia a paciência, aquilo me afetava por demais. Mesmo que minha geração não tenha vivido no auge da ditadura, carregamos a cultura do autoritarismo, da discriminação, da dominação. Além disso, o machismo é preponderante na sociedade, especialmente nos ambientes de poder. Ser mulher em cargo de direção é desafiador, exaustivo, ter que provar o tempo todo

que é capaz. Se o homem toma posição, é decidido, forte; se for mulher, é autoritária, frustrada.

A linguagem sindical demonstra claramente o tratamento dado às mulheres: “O cara abriu as pernas”, desistiu sem resistir. “Bateu com o pinto na mesa”, o cara é firme, sabe negociar. Fora as cantadas, o assédio, o objetivo é usar o sexo para a devolver ao seu “lugar”: o ambiente privado, a casa, os filhos, o marido, a alienação.

Mesmo nos setores de esquerda, onde se levanta a bandeira da igualdade, fica evidente que entre o discurso e a prática existe lacuna imensurável. Hoje enxergo com clareza o que acontecia, mas na época me sentia muito mal, oprimida, pensava em desistir. Foi libertador quando tomei consciência das origens dos conflitos e das possibilidades de enfrentamento e necessidade de mudança.

É natural e desejável que no ambiente coletivo haja divergências, debates, questionamentos, sem isso não evoluímos, não amadurecemos, é o caminho para se tornar um ser humano melhor e, em consequência, poder construir um mundo com justiça social, respeito às diferenças, paz.

Também não podemos menosprezar que existem desejos, sonhos e ambições que perpassam os temas coletivos e que é preciso avaliar as necessidades individuais, sempre tendo claro que nossa força e coragem são nutridas pelo plural, pela cooperação, pela empatia.

Mesmo com essas dificuldades e com muita oposição interna, em 2009, fui reeleita.

Por conta de problemas com a gestação de alto risco do meu filho Gabriel, acabei ficando mais de um ano afastada do sindicato. Eric Nilson era o secretário-geral e me substituiu, fez um bom trabalho e, em 2012, foi eleito presidente.

Registro aqui minhas reflexões sobre os desafios para o movimento sindical à luz da experiência que vivi.

- Sustentação financeira das entidades, com a diminuição do emprego formal. A categoria bancária conta hoje com cerca de 400 mil bancários no país, mas existem mais de um milhão trabalhando no sistema financeiro. O pessoal das financeiras,

das cooperativas, das lotéricas, dos correspondentes bancários, Fintechs. É necessário efetivar a representação do ramo e, dessa forma, fortalecer a organização dos trabalhadores.

- Renovação de quadros, precisamos atrair os jovens para a militância sindical. É necessário construir um entrosamento entre a velha geração que acumulou experiências e despertar lideranças comprometidas entre os jovens.
- O movimento sindical precisa se reinventar, em teoria e prática. A distância entre o que se fala e efetivamente se faz precisa diminuir. Os dirigentes devem ter compromisso com o árduo trabalho da organização do local de trabalho.

As novas tecnologias bancárias

- Dados do Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos mostram que a grande inovação no setor bancário aconteceu nos últimos anos, com Fintechs, Big Techs, Open Banking, moedas digitais (criptomoedas) e PIX.
- Entre os impactos dessas novas tecnologias, que levaram aos surgimentos de bancos e financeiras digitais que se ampliam no mercado, além do fechamento de agências físicas e demissões de bancários, cresceram as demandas por novas funções e profissões.
- A Tecnologia da Informação (TI) é o setor que mais cresceu nas contratações dentro dos bancos, e esses profissionais já respondem por 4% da categoria no país e, em São Paulo, matriz do centro financeiro, chega a 10% e ainda há o impacto das cooperativas e correspondentes bancários.
- Essas mudanças fizeram com que apenas 49% dos trabalhadores do setor financeiro sejam cobertos pela convenção de trabalho, isso com dados de 2019. Em 2006, essa cobertura alcançava 81% dos empregados do sistema financeiro.

As entidades, sejam sindicais ou partidárias, estão desgastadas, e muitos trabalhadores acham que não são necessárias. É a cultura

individualista, não é fraterna e nem solidária. Essa cultura norte-americana avançou muito no Brasil nesses últimos 20 anos.

Enfim, o capitalismo foi se inovando rapidamente, e nós temos que fazer o mesmo com a nossa prática em defesa de uma sociedade mais justa e fraterna para todos.

2003-2010 – COM LULA NA PRESIDÊNCIA, O BRASIL TOMA O RUMO DO DESENVOLVIMENTO

O saber a gente aprende com os mestres e os livros.

A sabedoria é com a vida e com os humildes

Cora Coralina

De forma muito resumida, os oito anos da gestão de Lula caracterizou-se pela baixa inflação, que ficou controlada, redução do desemprego e constantes recordes da balança comercial, observou-se o recorde na produção da indústria automobilística em 2005 e o maior crescimento real do salário mínimo.

Teve como principais marcas a manutenção da estabilidade econômica, a retomada do crescimento do país e a redução da pobreza e da desigualdade social. O governo Lula registrou a maior média de crescimento do PIB em duas décadas, de em torno de 4,1%, e o crescimento total ficou em 32,62%. A renda per capita cresceu 23,05%, com média de 2,8%. O crescimento foi puxado pela alta das *commodities*, a demanda doméstica, ajudada por programas como o Bolsa Família e a redução das taxas internacionais de juros. Lula assumiu com a inflação em 12,53% e entregou a 5,90%.

Fiquei presidenta entre 2006 e 2012, período do auge do desenvolvimento do país. A categoria bancária cresceu, em 2000, eram menos de 400 mil bancários em todo o país, em 2012, havia ultrapassado 500 mil. Nos bancos públicos, como Caixa e BB, praticamente dobrou

o número de trabalhadores. A Caixa, por exemplo, em 2001, contava com 45 mil bancários e, em 2014, já no governo Dilma, empregava 101 mil. Os bancos privados abriram agências, porém as contratações foram bem mais tímidas.

De 2003 a 2014, os bancários, uma das categorias mais organizadas do país, com muita mobilização, conquistaram aumento real dos salários, ampliação da distribuição da PLR – participação nos lucros e resultados, novas pautas foram incorporadas à convenção coletiva de trabalho, tais como: cláusulas sobre assédio moral e sexual, melhores arranjos em temas como saúde, segurança e a criação do auxílio cesta alimentação.

A crise financeira mundial de 2008 e os impactos no Brasil

Outro aspecto importante que ocorreu durante esse período foi a capacidade e coragem do governo Lula para enfrentar as crises especulativas do capitalismo internacional. Em 2008, a quebra do Lehman Brothers foi devastadora. Não havia linha de crédito para o comércio exterior e os bancos estavam travados. Por exigência de Lula, o Banco Central passou a adquirir carteiras de bancos em dificuldades, reduziu os impostos para aumentar o consumo, exigiu que os bancos públicos baixassem os juros, e o presidente foi à TV para pedir que as pessoas continuassem consumindo para não perder seus empregos. Com essas medidas, os impactos da crise internacional foram minimizados no Brasil.

2001 – DILEMA: SER CANDIDATA A VICE-PREFEITA

Mamãe não quero ser prefeito. Deus me livre eu seja eleito

Raul Seixas

Voltando um pouco no tempo. Dada as dificuldades financeiras em casa, em 1990, minha família foi morar em Rio Grande da Serra – município mais pobre do ABC paulista, considerado

dormitório, é também o mais preservado, tendo 100% do seu território em área de manancial. Morei durante 15 anos na cidade, período no qual comecei a me dedicar ao trabalho de organização partidária, no caso do PT.

Em 1996, Rio Grande teve uma gestão municipal bastante tumultuada. O prefeito eleito e o vice morreram, houve eleição atípica, o filho do prefeito ganhou, mas foi impugnado e quem assumiu foi o segundo colocado, da chapa eleita pelo PT, Ramón Velásquez, tendo como vice Jovino Neves. Nesse momento, Jovino e eu já havíamos nos separado, mas mantínhamos a amizade. Ramón e eu nos conhecíamos de anos anteriores, fizemos faculdade juntos, foi ele quem me levou para o partido em Rio Grande. Portanto, tinha relação muito próxima com os dois. Eles tiveram seis meses de mandato tampão, até a nova eleição.

Quando do novo pleito em 2000, fui convidada para ser a candidata a vice de Ramón. Jovino seria candidato a vereador. A direção do partido avaliava que o trabalho que eu fazia no movimento sindical e o fato de ser uma liderança feminina jovem contribuiria para a construção de um projeto de governo mais inclusivo.

Sempre considerei a militância partidária importante, embora nunca tenha sido minha prioridade, até por conta da dedicação ao sindicato. Os partidos representam parte da sociedade e, se os trabalhadores, as mulheres, as minorias, aqueles que defendem uma sociedade justa e fraterna, não se dispuserem a ocupar os espaços de poder, não será possível influenciar, criar leis e programas para garantir condições de vida e de trabalho dignas para todos, além das possibilidades para ampliação de espaços democráticos.

Um dos grandes motivos da tamanha desigualdade no Brasil está justamente no fato de a maioria dos políticos serem os mesmos que controlam o grande capital, agentes das grandes corporações, latifundiários, ricos. Nunca podemos esquecer que vivemos em sociedade de classes e os interesses são distintos.

Diante dessas reflexões, aceitei o convite e fomos à disputa. A campanha eleitoral foi uma das experiências mais ricas da minha vida. Rodei a cidade a pé umas dez vezes durante quatro meses. Conversei com os moradores, principalmente com as mulheres, que são as primeiras a perceber o impacto negativo da falta de creche, posto de saúde, saneamento básico. Conheci seus anseios, dificuldades, sonhos e expectativas.

Vi também a miséria de perto, a fome que assola, a tristeza que mata, a violência que ronda.

A cultura do cabresto também estava lá, a frase que ouvi várias vezes foi “O que vai me dar em troca do meu voto?”, muitos não têm consciência de que é justamente essa percepção da política e dos políticos, do atendimento a interesses privados em detrimento do coletivo, que torna a corrupção algo tão banalizado no nosso meio. Ficou evidente que era urgente atuar na formação dos moradores, garantindo conhecimento sobre os direitos, deveres e seu papel na construção da cidadania, na fiscalização do uso dos recursos públicos e dos agentes públicos.

Gosto sempre de contar que o nosso maior cabo eleitoral foi Luiz Inácio Lula da Silva, que viria a ser eleito presidente em 2002. Participou dos comícios, conversou com a população, esteve na cidade várias vezes, presença fundamental para chegarmos à vitória.

Ganhamos a eleição, assumi a pasta da Assistência Social, foquei meu trabalho nas comunidades mais carentes e nos jovens.

Durante o período do mandato, fiquei licenciada da Caixa e do sindicato.

Em 2002, por conta de divergências com relação à condução das ações da prefeitura, acabei sendo exonerada pelo prefeito da secretaria, ficando somente como vice-prefeita.

As relações de poder são muito complicadas, quando a mosca azul pica, a arrogância toma conta e o discurso da democracia não sobrevive ao primeiro embate. Mesmo nos espaços de esquerda, portan-

to, de quem se opõe ao autoritarismo e machismo, a rendição à cultura dominante é quase natural à ascensão ao cargo.

Essa decisão dividiu a direção partidária e a cidade, e o preço a ser pago foi alto, desde então, nenhum outro candidato do partido foi eleito. Em 2004, meu mandato acabou e, embora mantivesse uma imagem muito boa junto à população, em decorrência do trabalho social que mantive através do terceiro setor, decidi não concorrer mais a cargo eletivo.

Rendo minha homenagem ao grande amigo João Boca Rica, então presidente do PT da cidade, que tentou de todas as formas resolver as divergências em prol da população, mas sem sucesso.

FRUSTRAÇÃO COM A FALTA DE CONTINUIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Que país é esse?
Legião Urbana

A frustração é saber que, para a eficácia de uma política pública na melhoria da vida das pessoas, dos jovens, das crianças, dos idosos, é preciso que as ações tenham continuidade no longo prazo. Infelizmente, no Brasil, isso não acontece por vários motivos: a falta de consolidação de partidos políticos fortes, com atuação programática; as constantes ameaças à democracia; a despolitização, que leva a população a eleger seus algozes; a disseminação de *fake news*, com apoio da grande imprensa. Esses e outros fatores fazem com que, a cada novo governo, tudo seja desfeito para ser refeito, e assim não saímos do zero. Vivemos agora um exemplo claro, o governo Bolsonaro destruiu todos os programas sociais que estavam em andamento, um deles o MCMV – Minha Casa Minha Vida. Concomitante, cortou investimentos nas universidades, educação, saúde, previdência social, recolocando o país de volta ao Mapa da Fome.

CEGONHA TROUXE DIANA. MEDICINA, GABRIEL

Como nossos pais

Elis Regina

Eu já havia passado por dois abortos espontâneos, quando descobri que a vida resolve tudo de forma mais simples do que pensamos ou planejamos, basta estar de coração aberto, a filha desejada chegou trazida pela cegonha.

Sem dúvida, a melhor coisa que me aconteceu nesses anos na prefeitura foi a adoção da minha filha. Estava sob minha responsabilidade na Secretária de Assistência Social o gerenciamento do abrigo para menores. Para o local, eram levadas crianças em situação de vulnerabilidade social. Conheci Diana no dia em que entrou na instituição, tinha um ano, foi paixão à primeira vista. Quando fez três anos, eu e Vagner pedimos sua adoção. Demorou cinco anos para ser aprovada a adoção definitiva, período de muita insegurança, angústia, mas deu certo. Nossa vida foi renovada, ganhou luz e esperança.

Depois de muitos anos, Diana, que já tinha um irmão, Caio, do primeiro casamento do Vagner, fez uma verdadeira campanha, insistindo que queria um novo irmão, preferencialmente, da barriga. Eu já não tinha mais coragem de engravidar, mas fui convencida a tentar novamente e, mesmo com muitas dificuldades e riscos, consegui ter Gabriel, aos 41 anos de idade, graças ao avanço da medicina genética. Descobri através de um exame genético a tendência a trombofilia, fiz tratamento com remédios e repouso durante toda a gravidez. O parto aconteceu aos oito meses, muito complicado, tenso, com anestesia geral, eu e Gabriel acabamos na UTI. Mas, depois que passou, foi só alegria.

Conviver durante os oito meses da gravidez com o risco de perder mais um bebê, o drama do parto, enfim, a proximidade com a morte, causaram uma revolução dentro de mim, a partir desse momento, aprendi a valorizar mais as relações e a vida. Tornei-me uma pessoa mais ponderada.

Digo sempre que meus dois filhos foram profundamente desejados, mas deram um trabalho para chegar... valeu muito a pena esperar, eles me tornaram uma pessoa melhor, me humanizaram.

TRABALHO SOCIAL E VOLUNTÁRIO

Eu fico com a pureza da resposta das crianças

Gonzaguinha

Na minha adolescência, junto com o grupo de jovens da comunidade católica, éramos voluntários em asilos, orfanatos e favelas. Todos os fins de semana, levávamos alimentos, partilhávamos brincadeiras, conversas e afetos.

Na fase adulta, retomei essa função, logo depois da experiência na prefeitura, com a criação de uma entidade social, onde fiquei presidenta por 12 anos, atuando com jovens em situação de vulnerabilidade social e em medidas socioeducativas de liberdade assistida.

Minha ida para a Secretaria de Assistência Social, em 2001, foi algo sem planejamento, como vice é expectativa de cargo, essa era uma possibilidade de tentar influenciar e desenvolver trabalho na cidade.

No primeiro momento, senti-me desprestigiada com a pasta, era a que tinha a menor destinação de verbas e nunca me identifiquei com trabalho “assistencial”, paliativo, além do que, não conhecia a área.

Optei por manter a equipe das gestões anteriores, assistentes sociais, psicólogos, e agreguei na assessoria ativistas sociais com visão mais ampla das necessidades da cidade, com sensibilidade e compromisso para buscar alternativas.

Meus preconceitos duraram pouco, eu diria hoje que foi uma vivência revolucionária na minha visão de mundo. Ao me deparar com as dezenas de famílias, a maioria composta somente por mães e seus filhos, em estado de miséria absoluta, ficou evidente que era urgente primeiro resolver a fome. Com o estomago vazio e vendo os filhos sem comer, nenhuma ação de médio prazo iria prosperar.

Essa constatação foi responsável pela criação do programa Bolsa Família. Por meio da Lei 10.836, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva instaurava, no dia 9 de janeiro de 2004, o programa Bolsa Família, que unificava quatro programas sociais e criava o maior programa de transferência de renda do mundo. O programa foi re-

conhecido internacionalmente pela contribuição no combate à pobreza, a autonomia dada à população e a melhoria de indicadores de desenvolvimento humano.

O relatório do Programa da ONU para o Desenvolvimento (Pnud) de 2015 apontou crescimento de 10,5% do IDH brasileiro entre 2000 e 2014, saindo de 0,683 para 0,755. Além disso, de 2006 a 2014, a pobreza multidimensional caiu de 4% para 2,9%. O dado representa a porcentagem de brasileiros sem acesso a itens básicos de assistência social.

A segunda ação em consonância com a primeira, e que estava no âmbito das possibilidades de uma prefeitura de cidade pequena, era investir na formação profissional, e foi isso que fizemos, em conjunto com a pasta da Educação, em parceria com entidades sociais e Senai, introduzimos cursos profissionalizantes para a população carente com foco nos jovens.

Óbvio que a superação definitiva da miséria exige mudanças deste sistema econômico que privilegia a acumulação de riqueza de poucos em detrimento da exploração da maioria.

Conheci e fiquei surpreendida com o trabalho e a dedicação das voluntárias da pastoral da criança, grupo que era coordenado nacionalmente pela médica Zilda Arns, já falecida. Graças às refeições nutritivas que distribuíam às famílias e ao controle de saúde e peso das crianças, conseguiram durante anos reduzir a mortalidade infantil no Brasil. Rio Grande era um exemplo formidável, pessoas generosas, dedicadas ao próximo. Em homenagem a essas pessoas e aos moradores da cidade, em 2017, lancei livro sobre a história da cidade: *O desenvolvimento socioeconômico de Rio Grande da Serra*.

2003-2015 – Fundação da ACV – Terceiro Setor

Em maio de 2002, ainda frustrada com o desfecho da minha saída da prefeitura, mas imbuída da vontade de continuar o trabalho social, fundei junto com lideranças comunitárias e profissionais com vivência em projetos sociais (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e economistas) a organização não governamental, Associação Cidadania e Vida.

Nosso objetivo foi acolher os jovens, oferecendo formação profissional, aliada a uma visão holística da realidade social, econômica e familiar de cada um dos atendidos.

O trabalho se destacou na cidade e logo a entidade foi convidada, pela Vara da Infância e da Juventude, a atender jovens em medida socioeducativa determinada pela justiça. A maioria composta por meninos pobres, que abandonaram a escola e cometeram delitos vendendo drogas.

Eu contava com uma equipe muito comprometida e preparada para lidar com esse desafio. Eliene, assistente social; Vera, psicóloga e grande amiga; educadores, palestrantes e voluntários, Almeida, Zé Francisco, Tania, Sérgio Jarola e tantos outros.

Caso interessante foi o de Daiane, começou como aluna da ACV, fez curso de manicure, envolveu-se tanto com o projeto, que se tornou nossa coordenadora. Sua atuação foi tão relevante que a entidade pagou sua faculdade de Assistência Social.

Dentro do nosso planejamento de atendimento aos jovens, a primeira regra era ouvir o que eles tinham a dizer, respeitar as diferenças, trazer a família para perto, agregar amigos, agir para melhorar a autoestima, reconhecendo o valor de cada um.

Uma das parcerias relevantes da ACV foi com o programa Primeiro Emprego do governo federal, lançado em 2003, no primeiro governo de Lula. Fomos uma das entidades selecionadas na região do ABC para participar. Rapidamente, fizemos parceria com uma grande indústria metalúrgica da cidade e setores do comércio para contratar parte dos jovens que se formassem nos cursos.

No dia do lançamento do programa, fui entrevistada pelas TVs Globo, Cultura e Record, aparecendo no horário nobre das três, no mesmo dia. A cidade parou, muita emoção e responsabilidade.

Em quase 15 anos de atuação, passaram pela ACV em torno de 10 mil jovens de Rio Grande e Santo André.

Posso afirmar hoje com a certeza de quem vivenciou, viu acontecer, que para resgatar a juventude da violência, das drogas, do abandono, basta dar perspectivas, esperança, oportunidade, respeito, diálogo,

amor. A maioria dos meninos e meninas que passou por nós superou as dificuldades.

Infelizmente, as entidades sociais vivem basicamente de doações, e chegou um momento em que não foi possível manter o trabalho, encerramos as atividades definitivamente em 2015.

2013 – TRANSIÇÃO DOUTORADO? CA?

A cigana leu o meu destino

Simone

Meu mandato no sindicato acabou em 2012, a entidade ficou em boas mãos, Eric Nilson, ex-banco Banespa, atual Santander, concorreu em chapa unitária e foi eleito presidente. Eric é um dos amigos irmãos que quero carregar para a vida toda, fala mansa, solidário, gente do bem.

Fiquei na diretoria, mas o sentimento era de que meu tempo no sindicato havia se esgotado, dei o melhor de mim durante anos, terminei a gestão com o respeito da categoria, sentia que era a hora de buscar novos desafios, usar a experiência e o conhecimento adquiridos para contribuir com o movimento dos trabalhadores de outra forma.

No primeiro momento, meu objetivo foi me preparar para ingressar no doutorado, apresentei como tema de proposta de tese a análise sobre o *Papel do Capital Social no desenvolvimento da região do ABC*, mantendo consonância com meu TCC – trabalho de conclusão do curso de História, que foi publicado em livro em 2007, com o título *O Desenvolvimento Socioeconômico de Rio Grande da Serra*, e com a dissertação de mestrado, que explorava sobre as *Disparidades Regionais do ABC: os limites do desenvolvimento em Rio Grande da Serra*.

Particpei do processo seletivo em duas universidades, a USCS, de São Caetano do Sul, onde fiz mestrado, e a Federal do ABC, UFA-BC. Apesar de ter sido aprovada na etapa das provas de conhecimento geral, específico e de línguas, meu pré-projeto de pesquisa não foi selecionado. Pela primeira vez na vida, senti-me discriminada por ser sindicalista. Na entrevista da USCS, os professores me perguntaram se era compatível ser da direção de um sindicato e fazer doutorado, respondi a eles que era justamente o contrário, estar em uma entidade de representação dos trabalhadores, tornava obrigatório estudar, aprimorar a visão de mundo, para propor melhorias consistentes nas relações de trabalho, organizando as lutas e negociações, além do que, a universidade não pode ser um local elitizado, fora do contexto da realidade.

A concorrência foi grande, não fui selecionada, em torno de cinquenta candidatos para dez vagas, a raiva maior foi que nas duas universidades minha colocação foi a 11^a. Chorei durante uma semana.

Passados dois anos, fui convidada a participar de uma nova seletiva ou entrar como aluna especial, mas aí a vida já tinha tomado outro rumo e eu não tinha mais disponibilidade. Após a frustração, fiquei alguns meses sem rumo definido. Adoro trabalhar, estudar, nunca tive incômodo com jornadas diárias longas, e ficar sem tocar um projeto, incomodava muito, foi um período de transição difícil, sentia-me no limbo. Só minha psicóloga para me aguentar.

Em meados de 2013, teve início o debate sobre a eleição pelos trabalhadores de um conselheiro de administração na Caixa.

O ex-presidente Lula em um dos últimos atos do seu mandato, em 28/12/2010, atendendo bandeira antiga do movimento sindical, que desde o fim da ditadura militar defendia a democratização dos espaços públicos com controle social, sancionou a lei nº 12.353, garantindo a eleição no âmbito das estatais de um conselheiro de administração representante dos trabalhadores.

CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO SURTIAM NA DÉCADA DE 80

O que é um Conselho de Administração? A criação de um “Board”, ou Conselho de Administração, surgiu nos Estados Unidos e na Inglaterra na década de 80. A ideia era justamente alinhar os interesses entre gestão executiva e sócios/acionistas (ser o elo).

Com o início da abertura econômica no Brasil e o constante processo de globalização, nos primórdios da década de 90, as empresas brasileiras se viram obrigadas a adotar uma postura mais agressiva, competitiva e sustentável, implementando modelos de gestão que as tornassem capazes de gerar e gerir valor aos acionistas, sócios em geral e investidores.

Nesse cenário, surgiu a figura da Governança Corporativa (GC) na gestão das empresas, cujo principal objetivo é ajudar as companhias nacionais a se adaptarem a um ambiente de maior competitividade global.

A GC é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, diretoria e órgãos de controle. Pode ser entendida também como um conjunto de regras, regulamentos ou, ainda, políticas adotadas por uma determinada sociedade.

Inicialmente constituído como um órgão próprio das Sociedades Anônimas, também muito referenciadas como “companhias”, hoje qualquer sociedade pode deliberar por instituir o Conselho de Administração e adotar as boas práticas de Governança Corporativa. Isso independentemente do tipo societário em que esteja enquadrada, seja como sociedade anônima, limitada, dentre outros, e independentemente de seu porte.

O intuito principal desse órgão é o de mitigar conflitos entre os administradores da empresa e seus sócios, entre os sócios e entre os interesses da própria sociedade e demais envolvidos em seu ambiente. Afinal, assim como os sócios são dotados de interesses, a sociedade também é.

Para que a atuação da GC seja maximizada, é necessária a criação de vários mecanismos e um deles é o Conselho de Administração.

O Conselho de Administração de uma empresa é o órgão principal da gestão, com decisão colegiada e de orientação geral de negócios, responsável por definir diretrizes e objetivos empresariais e por monitorar e avaliar os resultados. No caso das empresas públicas, esse papel se amplia ao uso efetivo dos recursos para o desenvolvimento do país.

Eleição de trabalhadores para conselhos

Em linhas gerais, a participação ou envolvimento dos trabalhadores na empresa consiste em qualquer processo ou mecanismo que permita a eles exercer alguma influência sobre seu próprio trabalho e sobre as condições em que o realiza. Essa definição ampla engloba um vasto espectro de práticas, que se estende desde o direito à informação e consulta até a codeterminação/cogestão ou, inclusive, à organização em cooperativas.

Sua origem remonta à ideia de que a essência da democracia reside na participação, conceito utilizado pela Constituição de Weimar de 1919, da Alemanha. Foi uma das primeiras do mundo a prever direitos sociais, que incluíam normas de proteção ao trabalhador e o direito à educação, influenciou o texto da Constituição do Brasil de 1934.

Os Estados Unidos têm, em Massachusetts, a lei de codeterminação mais antiga do mundo, que está em vigor continuamente desde 1919, embora seja apenas voluntária e voltada para empresas de manufatura.

Os exemplos mais emblemáticos estão na Europa, a Alemanha, por exemplo, desde o fim da Segunda Guerra Mundial implantou um sistema que constitui uma espécie de cogestão, que, por se tratar do modelo mais avançado em termos de democracia, chama muito a atenção na atualidade (inclusive, sofre pressões para proceder a reformas legislativas restritivas). Na Alemanha, que adota o modelo dualista, os trabalhadores integram o órgão de controle/vigilância, cuja competência inclui nomear e despedir os diretores da empresa, supervisionar sua gestão, participar da elaboração da estratégia empresarial e receber informações diversas (inclusive financeiras).

A União Europeia dedica-se ao envolvimento ativo dos trabalhadores na empresa, reconhecendo o papel fundamental das entidades representativas dos trabalhadores.

Desse modo, os países membros da Comunidade estão legalmente comprometidos a aplicar, em cooperação com entidades sindicais, mecanismos de envolvimento/participação dos trabalhadores, devendo respeitar os patamares mínimos estabelecidos na legislação comunitária (ou seja, ajustes podem ser feitos apenas para ampliar direitos).

No Brasil, a primeira iniciativa de presença de trabalhadores em órgãos internos de empresas aconteceu no Governo Getúlio Vargas com a criação da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, que teve sua origem a partir do Art. 82 do Decreto-Lei 7.036, de 10 de novembro de 1944.

A Constituição Federal de 1967 – com a Emenda Constitucional nº 1, de 17/10/1969, acolheu, enfim, sob a influência do exterior, a participação dos trabalhadores na gestão da empresa, ao assegurar-lhes a “integração na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, segundo for estabelecido em lei” (Artigo 165, inciso V). No entanto, tal prescrição revelou-se letra morta, face a não regulamentação ordinária do tema. Igualmente, no mesmo alinhamento, a Constituição Federal de 1988, Art. 7º, XI, praticamente reproduziu a previsão constitucional anterior, garantindo aos empregados a “participação nos lucros e resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei”.

Na década de 90, houve iniciativas de eleger trabalhadores para diretorias executivas de bancos públicos, exemplos foram a Caixa, BB, Banespa, Nossa Caixa. A experiência não se consolidou, o governo FHC, com sua política privatista e de perseguição às representações, acabou com essa garantia.

No final do seu governo, o ex-presidente Lula sancionou a Lei nº 12.353 em 28/12/2010, regulamentada pela Portaria 26/2011 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tornando obrigatória

a participação de um representante dos empregados nos conselhos de administração das empresas estatais com número superior a 200 empregados próprios.

A referida lei estabeleceu que o representante dos empregados deverá ser escolhido dentre os empregados ativos da empresa pública, pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem.

Mulheres são minoria

Também é preciso destacar que existem poucas mulheres em conselhos de administração – a presença feminina não ultrapassa os 12% no país, embora seja maior nas estatais federais, em 2020, chegou a 16%, entre os indicados e 28% foram eleitas por trabalhadores.

Avançar na representação em empresas privadas e públicas

Defendo que eleger e ampliar o número de trabalhadores em conselhos de administração das empresas públicas e privadas deve ser pauta das organizações sindicais e empresariais. Essa é uma prática já utilizada em vários países, que supera o falso marketing, não admissível mais no mundo atual, para avançar na melhoria da governança, sustentabilidade, respeito à diversidade e controle social das corporações.

De fato, estimular a participação de representantes dos trabalhadores nos conselhos de administração das empresas, que são instâncias que definem seu direcionamento estratégico, pode ser uma boa prática e também criar um contraponto importante à visão de curto prazo e de resultados imediatos imposta por dirigentes focados em cumprir somente a agenda dos acionistas, sem preocupação com a perpetuidade da empresa e com suas responsabilidades junto a outros atores, como empregados, fornecedores e a própria sociedade. Isso vale tanto para empresas públicas quanto privadas.

Tal discussão incorpora plenamente o conceito ESG - *Environmental, Social and Governance*, surgido em 2005, em uma conferência liderada por Kofi Annan, então secretário-geral da Organização das

Nações Unidas (ONU). Esse conceito, resumidamente, expressa que a operação das empresas deve ser socialmente responsável e sustentável, e que as instituições devem ser corretamente gerenciadas, sempre atentas aos impactos gerados ao meio ambiente, à sociedade, aos parceiros e colaboradores.

Um mundo inclusivo, socialmente ético e ambientalmente sustentável, com transformação dos negócios e melhoria da qualidade de vida para todos, certamente será defendido pelos empregados presentes nos conselhos de administração, que desejam a perenidade das empresas.

2013 – PRIMEIRA ELEIÇÃO PARA O CA DA CAIXA

Quando ficou definido que haveria eleição na Caixa, refleti sobre a possibilidade de me candidatar, avalei como uma oportunidade interessante para aprofundar na prática os conhecimentos sobre modelos de gestão pública, elemento presente nos meus estudos acadêmicos. Estaria em um espaço privilegiado para compreender de forma ampla o funcionamento do banco, a política de negócios e sua influência no desenvolvimento do país. E havia o desafio mais instigante, levar o olhar dos trabalhadores, suas demandas e anseios para a alta administração, poder fiscalizar e democratizar o espaço público. Decidi colocar o nome à disposição das entidades para concorrer.

A direção da Caixa lançou edital para a eleição impondo critérios restritos, o principal era que somente gestores pudessem se inscrever. Não houve acordo, os sindicatos da base da CUT, que representam a grande maioria dos bancários, decidiram não participar e denunciar o processo.

Depois de abertas inscrições e após pressão, o banco voltou atrás, retirando o impedimento e liberando para todos os empregados interessados.

Nesse momento, tivemos reunião em Brasília com dirigentes sindicais e associativos, de um grupo chamado *Articulação* para

definir o candidato ao CA. Dois nomes estavam colocados, Fernando Neiva, ex-presidente do sindicato dos Bancários de BH, e o meu.

Cabe registrar que foram sendo organizados ao longo da história dentro dos movimentos sindicais e partidários, no mundo e no Brasil, grupos internos que se aglutinam por concepção de pensamento ou definição estratégica. A Articulação Sindical foi criada em fevereiro de 1988, durante Encontro Nacional da CUT, quatro anos depois da fundação da Central Única dos Trabalhadores. A missão da ArtSind era unir sindicalistas cuja concepção era construir e fortalecer a CUT como uma instância que mobiliza, organiza e está à frente das lutas da classe trabalhadora, e não somente como um movimento. A Artsind é majoritária na CUT.

Mesmo contando com o apoio de muitos colegas e entidades, a pedido do presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas, companheiro de longa data, bancário de São Paulo, retirei meu nome da discussão. Vagner argumentava que era uma eleição arriscada, com possibilidade grande de perda, que eu poderia estar inserida em outros projetos, como um centro de pesquisas que iria ser criado por sindicatos de São Paulo. Além disso, havia predisposição do grupo em apoiar Fernando Neiva, em razão de acordos que envolviam interesses locais, do seu sindicato e da direção da CUT Minas Gerais.

Após alguns dias dessa primeira reunião, ficamos sabendo da necessidade de indicar também um suplente. Pedro Eugênio, presidente da Fenae, propôs que eu ocupasse a cadeira e, dessa forma, o grupo todo se sentiria contemplado e a velha aliança do café com leite, São Paulo e Minas, poderia nos dar vantagem, já que são os maiores colégios eleitorais na Caixa, São Paulo com 25% do total de empregados e Minas 10%.

Mesmo não sendo meu objetivo, sentindo-me preterida, com Vagner, meu marido, e outros colegas, afirmando que aceitar seria menosprezar minha trajetória, a intuição insistia em dizer que, apesar dos percalços, poderia ainda assim ser uma experiência inovadora.

Foram 149 chapas inscritas, algumas ligadas a entidades sindicais e associativas, a maioria, no entanto, era formada por candidatos

sem vínculo com movimentos. Nossa inscrição foi a 130°.

Minha atuação sindical sempre foi no ABC, região prioritariamente composta por agências, salvo entre as direções sindicais, era pouco conhecida pelos empregados do estado de São Paulo, por essa razão, meu foco na campanha eleitoral foi percorrer e realizar reuniões nos locais de trabalho da capital e do interior.

Foi revelador, tomei contato com áreas específicas do banco; tecnologia, auditoria, logística, engenharia, habitação, governo, fundos, jurídico. Conheci profissionais comprometidos, linguagens próprias, perspectivas distintas sobre as políticas de governo, o papel da Caixa e as condições de trabalho. Compreendi a complexidade das relações e as dificuldades de conexão com os sindicatos.

Durante a campanha, em reuniões nos locais de trabalho, era recorrente o questionamento dos colegas sobre meu currículo, alegavam que para ocupar um cargo executivo, como o de conselheiro, o candidato deveria ter formação adequada, o que não era o caso de uma sindicalista. Eu respondia: “tenho 24 anos de atuação na Caixa, três faculdades, sou mestra em Administração, mas se não tivesse compromisso com a demanda dos empregados, esse currículo seria suficiente para você?”. O preconceito e a discriminação sempre estavam presentes.

O primeiro turno da eleição aconteceu em novembro, votaram 33.211, de um total de 98 mil empregados. Nossa chapa foi a mais votada, com 6.094 votos, fomos para o segundo turno com a chapa 56, que tinha como candidatas: Adelci Pereira da Silva e José Alves Feitosa, que obtiveram 4.427 votos e eram apoiados por associações de gestores. O segundo turno aconteceu em dezembro de 2013, saímos vitoriosos com 13.706 votos.

O resultado provou o impacto do apoio incondicional das entidades sindicais, Fenae, Associações de Pessoal da Caixa e a confiança dos colegas.

A posse

Em cerimônia prestigiada por dirigentes sindicais e pelo movimento associativo, fomos empossados em 26/04/2014, em Brasília

(DF). O ato de posse consolidou uma conquista histórica para a organização dos bancários. Matéria da Fenae do dia seguinte, repercutiu o clima do evento:

“Nesses três anos vamos representar os empregados da Caixa com firmeza, responsabilidade e transparência. Mostrar que estamos fazendo a defesa deles. Nosso intuito é fortalecer cada vez mais essa empresa e buscar a valorização dos seus trabalhadores”, ressaltou Fernando Neiva. Segundo ele, agora, a luta é para que os avanços não parem. Ele disse que um dos próximos passos é derrubar a regra que impede que os conselheiros eleitos atuem nas questões trabalhistas.

Rita Serrano agradeceu o apoio das entidades sindicais e do movimento associativo, afirmando ainda que os empregados da Caixa compreenderam a importância do processo eleitoral. “Hoje estamos comemorando algo que há muitos anos era reivindicado pelos trabalhadores e o movimento sindical. Queremos ouvir os trabalhadores e suas demandas”, enfatizou.

A posse contou com a participação do presidente do CA, o ministro dos Portos, Antônio Henrique Pinheiro Silveira, e do presidente e do vice-presidente de Pessoas da Caixa, respectivamente, Jorge Hereda e Sérgio Pinheiro. Foi prestigiada ainda pelo presidente da Contraf/CUT, Carlos Cordeiro. Na ocasião, a Fenae foi representada pelos diretores Pedro Eugenio Leite (presidente), Jair Pedro Ferreira (vice-presidente) e Fabiana Matheus (Administração e Finanças).

Durante a cerimônia de posse, o presidente da Caixa disse ser motivo de orgulho poder cumprir na sua gestão o compromisso assumido pelo ex-presidente Lula e pela presidenta Dilma Rousseff de assegurar a participação dos trabalhadores no órgão máximo de decisão do banco. “Vamos contar com a visão dos empregados no Conselho de Administração”, garantiu Hereda.

A conquista dos trabalhadores foi enaltecida também pelo presidente da Contraf/CUT, Carlos Cordeiro, lembrando que a representação visa assegurar uma gestão mais participava e a busca pela valorização dos trabalhadores.

Para o presidente da Fenae, Pedro Eugenio Leite, a atuação do movimento associativo e sindical foi decisiva para a concretização dessa antiga reivindicação. “Estamos vivendo um momento histórico e de extrema importância para o conjunto dos empregados da Caixa”, destacou.

Logo após a posse, participamos da primeira reunião do Conselho. Havia um estranhamento com nossa presença por parte dos demais conselheiros e da diretoria, não só porque éramos novatos, mas principalmente por sermos empregados, sindicalistas e eleitos.

Depois de alguns meses de negociação com os presidentes da Caixa e do CA, conseguimos garantir que eu pudesse, como suplente, participar das reuniões junto com Fernando Neiva, obviamente sem direito a voto.

O conselheiro responde individualmente por todas as decisões que tomar, podendo responder com os próprios bens a questionamentos legais. Ao assumir a função, passa a ter restrição de crédito, cheque especial, financiamento, a regra se estende aos familiares. Minha maior frustração foi saber que não poderia receber prêmios de loterias, embora nunca tenha ganhado nada.

As remunerações dos conselheiros, de acordo com a Lei das Estatais, não podem exceder a 10% da média dos salários dos diretores da empresa, valor muito aquém do grau de responsabilidade envolvido.

Posso afirmar com certeza que, no caso dos eleitos pelos trabalhadores, é preciso encarar a função como missão, militância, só dessa forma tem sentido ocupá-la.

Jorge Hereda – Presidente da Caixa

Eu conheci Jorge Hereda, presidente da Caixa, no ABC. Arquiteto, carismático, considerado excelente gestor público. No período em

que fui vice-prefeita, em 2001, ele atuava como secretário municipal na cidade vizinha, Ribeirão Pires, mas também esteve à frente da gestão do Consórcio Municipal de prefeitos do ABC e, nas prefeituras de Diadema e São Paulo. No governo federal, foi secretário de Habitação do Ministério das Cidades, entre 2003 e 2005, e vice-presidente da Caixa entre 2005 a 2011.

Em 2011, foi indicado pela presidenta recém-eleita, Dilma Rousseff, para presidir a Caixa, substituindo Maria Fernanda, empregada de carreira e primeira mulher a ocupar o cargo principal de um grande banco no Brasil. Mulher de fibra, séria, se mantém atuante, contribuindo com sua experiência para projetos de desenvolvimento local e emancipação feminina.

Hereda teve a missão de continuar o trabalho que vinha sendo realizado desde 2003, de tornar a Caixa a maior gestora dos programas sociais do governo e principal investidora no desenvolvimento do Brasil.

Em 2015, saiu do banco. Suas marcas principais foram a sensibilidade para tratar das questões urbanísticas com o conhecimento econômico que lhe permitia enxergar a transversalidade das políticas públicas, tornou a Caixa instrumento eficiente do crédito popular, do Minha Casa Minha Vida e do Bolsa Família. Na sua gestão, o número de empregados atingiu a marca histórica de 101 mil, com mais de 16 mil contratações.

Reuniões do Conselho

As reuniões ordinárias do Conselho são mensais. No início, o colegiado era composto por sete membros, o eleito, outros cinco oriundos dos Ministérios do Planejamento e Economia, entre eles o presidente do Conselho e o presidente do banco, todos indicados pelo governo. Essa configuração foi alterada em 2017, quando da mudança estatutária, o número de membros foi para oito e incluiu-se a figura do “conselheiro independente”, termo estranho para quem também era indicado pelo governo. A partir daí, todos poderiam ser oriundos do setor privado.

Conforme regimento do CA, as pautas e respectivos documentos para as reuniões devem ser enviados aos membros com sete dias de antecedência, regra comumente descumprida.

No início, foi muito complicado se deparar com assuntos novos e complexos, que exigiam posição imediata, tais como: plano estratégico, operações, riscos, controles, governança, orçamento, balanço. Ficou evidente que era necessário dedicar boa parte do tempo para leitura de pareceres, estudos, pesquisas. Tinha claro que, no nosso caso, como eleitos, detentores da confiança das pessoas, o voto exigia responsabilidade dobrada e muita transparência.

Não existe nenhum tipo de preparação prévia formal para novos conselheiros, eleitos ou indicados, o que considero uma falha na governança da empresa.

Mesmo no ambiente mais democrático que havia no país, no governo e na Caixa, a cultura discriminatória estava presente. Os olhares, o descaso com nossa posição nas reuniões, a demora em atender pedidos de informações, evidenciavam que havia restrições à presença de empregados, ainda mais sindicalistas. Dava para sentir no ar o que estavam pensando – “Afinal, o que esses caras estão fazendo aqui?”. Ficou evidente que não bastava ganhar a eleição, era preciso qualificar a intervenção e se impor para ocupar o espaço, precisávamos ir para além da burocracia, deveríamos levar a voz, a visão dos trabalhadores e dos movimentos organizados, que dependiam das políticas da Caixa, para a alta administração, éramos o elo e, também, o olho fiscalizador do uso correto dos recursos públicos.

Atuar de forma crítica e propositiva é um dever e, dessa forma, contribuir para a manutenção e o aprimoramento da instituição pública, fundamental para o desenvolvimento do país e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, e obviamente, defender a valorização do corpo funcional, responsável pela execução das operações.

Uma das minhas primeiras atitudes foi criar um canal direto de prestação de contas com os empregados e entidades. A legitimidade de uma eleição é precedida pela confiança e fé das pessoas na sua postura, não gostaria de frustrar as expectativas de forma alguma.

2015 – INSTABILIDADE POLÍTICA E O PLS 555 ESTATUTO DAS ESTATAIS

A solução é alugar o Brasil

Raul Seixas

Em 2015, a presidente da Caixa era Miriam Belchior, ex-ministra do Planejamento, segunda mulher a ocupar o cargo, a primeira havia sido Maria Fernanda, empregada de carreira e um grande exemplo de pessoa íntegra e comprometida, muito admirada até hoje pelos empregados.

Miriam ficou pouco tempo na direção, em decorrência do *impeachment* da presidenta da República, Dilma Rousseff, primeira mulher eleita presidenta do Brasil e, em decorrência de um golpe, retirada do cargo em 2016, período turbulento para a democracia do país.

Em meados de 2015, comecei a me preocupar com projetos que envolviam a Caixa e estavam em tramitação no Congresso Nacional. Ao pesquisar, deparei-me com proposições diversas, com temas como: retirar a exclusividade das operações de penhor; privatizar a gestão das loterias; alterar a alíquota da taxa de administração que o banco recebia para gerenciar o FGTS; mudar as regras de parcerias com prefeituras na gestão dos projetos com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) para infraestrutura e outros.

Mas o que mais me assustou foi o Projeto de Lei 555, de autoria do senador Tasso Jereissati, do PSDB. Conhecido como Estatuto das Estatais, a justificativa para a iniciativa era a melhoria da governança, com ações para evitar a corrupção, só que o texto previa na realidade regras para facilitar a privatização de todas as empresas públicas: federais, estaduais e municipais. Em setembro de 2015, estava em caráter de urgência para votação, passando praticamente despercebido pela sociedade.

Procurei rapidamente o presidente da CUT nacional, Vagner Freitas, que desconhecia o PLS, alertei da necessidade de organizarmos um movimento contrário rapidamente. Começamos pedindo para

a assessoria da CUT no parlamento análise jurídica sobre o tema.

Foram providenciadas os pareceres e a articulação de Luis Alberto Santos, advogado, e Neuriberg Dias, consultores do DIAP e da Assessoria Contatos, eles fizeram os pareceres que embasaram todas as nossas ações contra o PLS 555. Foram detectadas várias inconsistências legais na propositura, que tornava obrigatório que todas as empresas públicas teriam de se tornar S/A, com ações ordinárias apenas, e nas empresas com capital já aberto, a exigência era do governo recomprar as ações preferenciais e converter em ordinárias, dessa forma, onerando o erário público, incentivando a privatização. Propunha normas de gestão e controle rígidas e iguais para diferentes tipos de estatais, sem levar em conta seu porte, setor de atuação, tipo de atividade, ente da Federação a que pertença. Uma pequena empresa pública municipal seria regida pela mesma lei que a Itaipu Binacional, por exemplo.

Jair Ferreira, presidente da Fenae, João Morais, petroleiro, presidente da FUP, e eu, começamos juntos a organizar uma frente de resistência contra a aprovação do PLS 555. Contatamos todas as centrais sindicais, entidades e movimentos sociais. Foi definido em seminário realizado em Brasília, em 21/09/2015, que teve a participação de muitas representações, a criação de um fórum chamado de Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, tendo sido eu a escolhida para coordenar as articulações.

Organizamos as ações do comitê durante os nove meses em que o projeto esteve em tramitação no Congresso Federal. Fiquei praticamente esse período morando em Brasília, chegava na terça e voltava para casa na sexta, foi tudo muito intenso. Em conjunto com lideranças e entidades do país todo, realizamos mutirões, corpo a corpo com parlamentares, dentro do Congresso e nos estados de origem. Audiências públicas foram realizadas no Senado, a maioria por iniciativa do senador Paulo Paim, nas assembleias legislativas e câmaras municipais. Atos aconteciam no país organizados por várias categorias e foram criados comitês estaduais. Foi uma verdadeira ebulição de debates e atividades.

Outra ação foi tentar sensibilizar ministros de Estado do prejuízo para o país do desmantelamento das estatais, porque muito embora o PLS fosse uma iniciativa parlamentar, havia no âmbito do governo seus defensores, o que exigiu esforço grande de diálogo.

Liderar esse processo de articulação exigiu que eu desenvolvesse habilidades que mudaram minha forma de encarar a vida e as pessoas: saber ouvir, administrar conflitos, respeitar os diferentes, articular com todos os partidos, negociar com ministros de Estado, utilizar a comunicação das redes sociais para defender nossa posição e angariar apoios à causa. Nesse período, comecei a ser convidada para participar de seminários em várias cidades do país, mais uma experiência inovadora.

Muitos brasileiros desanimados com a política, muitas vezes mal-informados pela grande imprensa, adotam o discurso de que ninguém presta, de que todos são iguais, mas isso não é verdade, se não fosse o compromisso de vários parlamentares, nosso esforço não teria servido para nada. Destaco aqui os senadores Paulo Paim, Lindberg Farias, Gleise Hoffman do PT; Vanessa Graziotin do PCdoB; Roberto Requião, PMDB à época, atualmente, no PT, e os deputados Erica Kokay do PT e Daniel de Almeida do PCdoB.

Depois de longos nove meses de idas e vindas nas alterações do texto original, mesmo não conseguindo derrubar o projeto na íntegra, avançamos, retirando as principais cláusulas que facilitavam a privatização das empresas da redação final.

Todo o esforço valeu a pena, a vitória que parecia impossível chegou. Aprovado no Senado e na Câmara, o PLS se transformou em lei em 2 de agosto de 2016. Os demais itens controversos do texto estão sendo objeto de questionamento no STF, através da ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade 5624, de autoria da Contraf-CUT e da Fenae.

A lição que ficou é que a união de diferentes entidades e categorias nasceu da necessidade concreta de articulação e foi fundamental para atingir o resultado.

2016 – GOLPE RETIRA DO CARGO PRESIDENTA DILMA

São mais de trezentos picaretas com anel de doutor
Paralamas do Sucesso

Durante o período de luta contra o projeto de lei, a presidenta Dilma sofreu o golpe, o Congresso aprovou o *impeachment*, retirando de cena a presidenta eleita por voto popular, com argumentos controversos, que o tempo provou serem frágeis e inconsistentes para tamanha decisão. Temer, então vice-presidente pelo PMDB, assumiu a Presidência, com forte compromisso com o capital privado, retomando toda uma agenda de privatizações e de corte nos direitos dos trabalhadores, acabando com os avanços obtidos pelos governos desenvolvimentistas. Hoje quem olhar para trás e comparar o que era o Brasil e o que ele se tornou, vai entender claramente que de fato houve um grande golpe contra o país e sua sofrida população, que acabou ludibriada pela grande imprensa.

Nesse momento, compreendi que não bastava atuar contra um projeto de lei, tínhamos obrigação de resgatar paradigmas entre o que é público e o que é privado, no sentido amplo da palavra, no contexto da democracia, do bem comum, de um mundo justo e digno para todos. Atuar de frente em questões como, tudo o que é público é corrupto, obsoleto, ineficaz? Se privatizar resolve? No setor privado não tem corrupção, sonegação de impostos? O atendimento é bom? O setor privado realiza os investimentos que o país precisa? Se tudo for privado, como ficarão os mais vulneráveis?

Em conjunto com as entidades do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, com o objetivo de estimular a discussão e a reflexão, lançamos a campanha “Se é público, é para todos” – “Defender as empresas públicas é defender o Brasil” – “Defender a saúde, educação, bem-estar público é a defesa do Brasil” – “Defender a Caixa é defender o Brasil”.

LANÇAMENTO DA CAMPANHA: SE É PÚBLICO, É PARA TODOS

No dia 6 de junho, foi realizado o lançamento da campanha “Se é público, é para todos”, na Fundação em Progresso, Rio de Janeiro. A campanha, iniciativa do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, reuniu organizações que representam milhões de trabalhadores em todo o país. Destaco que o grande apoio veio da Fenae, sem a dedicação e o compromisso de Jair Ferreira, não teríamos conseguido realizar tamanho evento.

A sugestão do slogan, que fez sucesso, foi de Cassio Sader, amigo e assessor da Fenae.

Marcado por palestras, debates e ato político com a participação de lideranças diversas, intelectuais e o ex-presidente Lula, a campanha formaliza a luta em defesa do bem público – empresas, serviços, espaços – que vem de longa data nos movimentos sociais, e agora tem ganhado força com a integração em nível nacional com outras forças para confrontar o governo do golpe (e privatização) de Michel Temer. Mais de duas mil pessoas participaram do evento, que foi financiado pelas próprias entidades, numa vaquinha nacional em que todos participaram com uma cota.

No mesmo ano, em julho, no Encontro da UNI Américas (sindicato global de trabalhadores), na Argentina, a campanha foi aprovada para ser internacional e utilizada na defesa do papel dos bancos públicos para o desenvolvimento das nações.

Desde então, a campanha vem sendo discutida e adotada por várias entidades e fóruns pelo Brasil afora, gerando debates, publicações, *lives*, confecção de camisetas, cartazes.

Em 2018, foi lançado o livro *Se é Público, é para todos*, com organização do professor Emir Sader, que também é um dos coautores da obra, junto com Fernando Nogueira, João Moraes e eu.

2016 – CANDIDATA A TITULAR PARA O CA

Por isso não provoque, é cor de rosa choque

Rita Lee

Depois do trabalho que realizei na articulação das ações do comitê, que culminou com a vitória que obtivemos contra o PLS 555, e do lançamento da campanha “Se é Público, é para todos”, meu nome ganhou reconhecimento nacional, então, houve acordo entre as principais entidades sindicais e associativas de que eu deveria ser candidata ao CA como titular. E Oreny Francisco, militante de longa data, ex-gerente nacional na área de Saúde e Negociação Coletiva, seria o suplente. Fiquei muito feliz com a composição. Foram 48 chapas registradas para a disputa, a nossa foi a número 1.

O primeiro turno começou em 16/12, a Chapa 25 composta por Nilson Moura, de São Paulo, e Mairton Neves, do Ceará, apoiada pelas Agecefs – Associações dos Gestores da Caixa e Fenag – Federação dos Gestores, passou para o segundo turno em primeiro lugar com 6.718 votos, nossa chapa obteve 6.120 votos.

O resultado me assustou: com apoio nacional, ficar em segundo lugar não era o planejado, mas tinha consciência de que o trabalho que Nilson e Mairton realizavam na Fenag era respeitado. Para ganhar no segundo turno, tínhamos que ampliar o diálogo e a base de apoios.

Minha primeira regra em todas as eleições de que participei foi sempre focar no debate das propostas, das ideias, sem desqualificar o adversário, minha vitória, se ocorresse, deveria ser por capacidade, não por demérito do outro. Sendo assim, mantive a estratégia de comunicação do primeiro turno, a atuação em defesa da Caixa Pública e dos direitos dos empregados.

No Rio de Janeiro, a eleição teve um componente diferente, dada a realidade local. Alguns gestores diante da piora das condições de trabalho, de forma corajosa, organizaram uma grande manifestação cobrando mudanças da direção da Caixa. Eduardo Silva

dos Santos, o Dudu, e Rogério Campanate foram junto com outros colegas, líderes desse movimento. Candidatos ao CA, foram os mais votados no estado.

Por intermédio do presidente da Apcef/RJ, Paulo Matilete, fui para o Rio conversar com Dudu e Rogério para pedir apoio à minha candidatura. Adorei os dois de cara, pessoas sérias, comprometidas, de bem com a vida, críticos com relação à organização das entidades, à falta de representatividade, de atitude, de relacionamento com a categoria. A única exigência que fizeram foi a de que meu mandato ampliasse a sinergia com os empregados, demanda aceita na hora.

Outros candidatos também vieram agregar no segundo turno, entre eles, Carlos Miguel, da Cedes/SP, com quem também conversei pessoalmente.

Os sindicatos e as associações mobilizaram suas diretorias e intensificaram o debate sobre a eleição.

No meio do caminho, apareceu uma pedra. A direção da Caixa mudou as regras do jogo no segundo turno, desrespeitando o regulamento eleitoral e os candidatos, alegando que a lei das estatais não previa a suplência, retirou a figura do suplente do processo e alterou a data do pleito de 16/01 para 23/01.

Ficamos contrariados, mas naquele momento a avaliação política e jurídica era seguir em frente e, no futuro, pensar nas medidas cabíveis. Tive que refazer os materiais de campanha, agora, infelizmente, sem Oreny. A mudança nas datas da eleição me criou um problema adicional, havia planejado férias para, com a família, ir passear em Camboriú, Santa Catarina, não pretendia deixá-los frustrados com minha ausência. Como havia perdido o primeiro turno em Santa Catarina, para um candidato desse estado, Roney Granemann, que depois viria a se tornar vice-presidente de Pessoas, resolvi manter a viagem, mas ao invés de visitar praias, iria fazer reuniões nos locais de trabalho junto com os dirigentes dos sindicatos locais de Florianópolis, Criciúma e Blumenau. As visitas foram excelentes, as reclamações relacionadas às condições de trabalho eram idênticas as do restante do país, ratificando a necessidade do fortalecimento de ações conjuntas e nacionais.

O resultado da eleição foi divulgado na noite de 26/01. Ai, que angústia esperar a apuração, frio na barriga danado. Ganhamos com 14.283 votos. Nilson Moura ficou em segundo lugar com 12.739 votos.

O sentimento que tomou conta de mim foi de alívio, alegria, apreensão pela responsabilidade que a confiança dos colegas trazia, medo de decepcionar, coragem para seguir.

Em função de restrições polêmicas da lei das Estatais, fui obrigada a renunciar meu mandato sindical no ABC, para assumir no Conselho. A convite da direção da Fenae, concorri em 2017 e fui eleita conselheira fiscal da entidade.

2016-2018 – GOVERNO TEMER

Apesar de você, amanhã há de ser novo dia

Chico Buarque

O governo de Michel Temer foi marcado por alta impopularidade, retomada da pauta privatista da década de 90, de corte de direitos trabalhistas e pelo aumento da miséria, situação agravada pelo fato de o detentor da cadeira de presidente não ter legitimidade para o cargo.

Temer apresentou um programa intitulado “Ponte para o Futuro”. Hoje, ao olhar para a situação em que o Brasil se encontra, podemos chamar de “Ponte para o abismo”. Abismo social, cultural, de violência, de desesperança.

Na sua gestão, foi realizada a reforma trabalhista, a generalização da terceirização e a aprovação do teto dos gastos, fatores predominantes para a atual precarização das condições de trabalho e vida da população.

Retomou o processo de privatização, com a entrega do Pré-sal ao setor privado e nova política de preços da Petrobras, causando a alta dos preços dos combustíveis.

Do ponto de vista dos projetos concluídos, o processo de desestatizações se concentrou fundamentalmente no setor de petróleo e energia e se configurou não apenas como um processo de privatização, mas de desnacionalização, com destaque para a intensificação da entrada de *players* globais como Estados Unidos, China, Inglaterra, Alemanha, Noruega e Índia.

Na sua gestão, aconteceu o leilão da Lotex – Loteria Instantânea, antes administrada pela Caixa. Foram publicadas as resoluções CGPAR – Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – 23 e 25, com o objetivo de reduzir direitos com planos de saúde e fundos de pensão dos empregados de estatais. E houve nova tentativa de tornar a Caixa S/A.

Composição do Conselho e a proposta da Caixa S/A

Em 2017, o presidente da Caixa era Gilberto Occhi, mineiro, empregado de carreira, advogado. Em 2014, havia sido Ministro das Cidades no governo Dilma, indicado pelo PP, Partido Progressista. Em junho de 2016, quando da saída de Dilma, assumiu a presidência da Caixa, substituindo Miriam Belchior.

Para a presidência do Conselho de Administração, foi indicada Ana Paula Vescovi, funcionária pública, secretária do tesouro nacional. Os demais conselheiros eram funcionários de carreira dos Ministérios da Fazenda e Planejamento.

Essa composição se notabilizou por reuniões tumultuadas, constantes divergências entre a direção do banco e os demais conselheiros indicados. O conflito retratava a completa falta de coesão, de projeto, de planejamento e o claro interesse no desmantelamento do patrimônio público do governo Temer.

Eu me dedicava a estudar as pautas, buscar informações, verificar a base legal dos assuntos, para embasar minha opinião e voto. É um trabalho árduo, exige tempo, foco e persistência. Desde o início, havia um boicote silencioso de algumas áreas do banco, que procrastinavam meus pedidos de informação. Tinha que insistir para garantir meu direito estatutário.

Minha preocupação principal era qualificar e registrar meus votos em ata. Tecnicamente, a ata tem a função legal de manter o registro de decisões e argumentos que foram previamente apresentados durante as reuniões, pode ser consultada pelos órgãos reguladores e de controle, sempre que necessário. É uma garantia para eventuais questionamentos legais ou conceituais.

Em decorrência de exigência legal de confidencialidade de assuntos estratégicos da instituição, para prestar contas das minhas posições, adotei como premissa de comunicação, tratar somente de temas gerais, ou daqueles que já tivessem sido publicizados pela direção da Caixa ou pelo controlador.

Com relação a meus posicionamentos, atuei a favor de todas as propostas cujo objetivo era ampliar o papel da Caixa, valorizar sua governança, integridade e sustentabilidade, e contra todas as ações para enxugar o banco, privatizar suas operações, retirar sua autonomia enquanto agente de fomento do país.

Nos temas relacionados aos empregados, PLR, plano de saúde, fundo de pensão e outros, o eleito não pode participar da reunião, como descrito na lei nº12.353: § 3º *Sem prejuízo da vedação aos administradores de intervirem em qualquer operação social em que tiverem interesse conflitante com o da empresa, o conselheiro de administração representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse.*

Questionei a diretoria jurídica sobre a possibilidade de participar dessas pautas com direito somente a voz, sem sucesso. Refletia sobre como poderia colocar minha posição ou explicar para os demais conselheiros qual o impacto de algumas medidas para o corpo funcional, afinal, esta era a expectativa dos colegas e minha: levar o olhar dos empregados para a alta administração. Com o tempo, aprendi a utilizar as pautas sobre temas transversais, como: mudança estatutária, orçamento, planejamento, balanço, para apontar questões relacionadas a condições de trabalho e saúde.

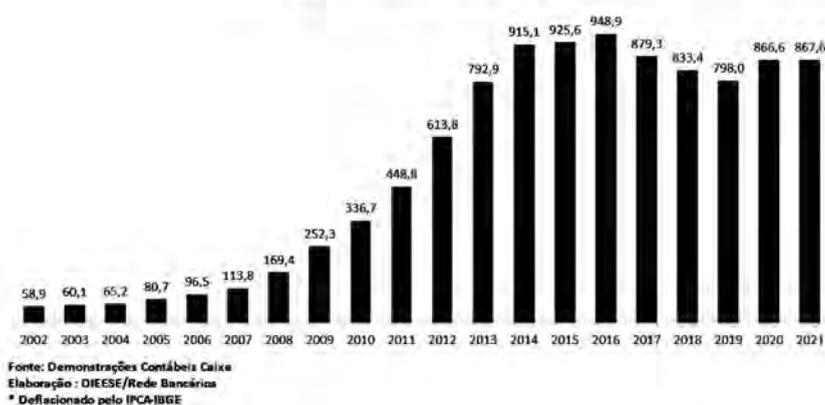
Período marcado por temas complexos e polêmicos

Adequação do capital da Caixa a Basileia 3

O banco precisava se adequar às regras internacionais de proteção de crises, que ficariam mais restritivas a partir de 2019.

Esse tema foi exaustivamente debatido em praticamente todas as reuniões do Conselho entre 2017 e 2018. Ocorre que a receita proposta pelo governo para adequar o capital do banco passava por vender ativos, cortar gastos com folha de pagamento, abrir o capital da Caixa Seguridade, privatizar a Lotex. A Caixa vinha de um histórico de crescimento de carteira de crédito, trabalhando com uma alavancagem muito mais intensa que os demais bancos, cumprindo seu papel de fomento do país. Ocorre que essa política aliada ao maior repasse de dividendos para o governo, prática dos anos anteriores, acima do mínimo de 25% exigido por lei, trouxeram um problema para o ajuste de capital. Minha posição foi de que a privatização de partes do banco ou a diminuição da sua oferta de crédito não poderiam ser a solução, o caminho ideal seria o controlador, portanto, o governo, desobrigar o repasse dos dividendos durante um período e, em seguida, regar para o mínimo legal. Não é possível adotar para a Caixa, como pretendiam, as mesmas premissas do setor financeiro

Carteira de Crédito na Caixa
(em R\$ Bilhões de 2021*)



privado, que não tem compromisso com o desenvolvimento do país e muito menos pratica uma política de ampliação de crédito.

A opção da maioria, como pode se ver no quadro feito pelo Dieese, foi conservadora, o banco diminuiu sua carteira de crédito entre 2017 e 2019. Houve acordo com o tesouro nacional de diminuir o repasse dos dividendos para o mínimo de 25%. Mas boa parte da conta quem pagou foram os empregados com a colocação de teto de gastos no plano de saúde, de 6.5%, que liberou provisionamento da CPC 33 (a resolução nº 33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC), que foi criada para empresas de capital aberto e trata dos benefícios a empregados, em especial os chamados benefícios pós-emprego. Por meio de uma projeção atuarial, a resolução padroniza o cálculo de valor das empresas com ações na Bolsa de Valores. A CPC 33 passou a ser obrigatória para empresas de capital fechado, em junho de 2015, por determinação do Banco Central. Até então, somente companhias abertas tinham essa obrigação. Mesmo assim, desde 2008, por decisão da direção da época, a Caixa já seguia a norma, fato questionado pelas entidades sindicais.

O teto gerou a reversão da provisão atuarial constituída, com efeito não recorrente de R\$ 4 bilhões, gerando impacto no balanço de 2017, que fechou com lucro líquido recorde, na ordem de 12,5 bi.

Ressalva no Balanço e investigação forense

A Caixa Econômica Federal registrou lucro líquido de R\$ 4,1 bilhões em 2016, mas o balanço teve ressalvas feitas pela empresa de auditoria Ernst & Young em relação a desdobramentos da Operação Lava Jato. A Caixa estava como alvo de pelo menos três operações da Polícia Federal, intituladas: A Origem, Cui Bono e Greenfield.

Objetos das investigações policiais já haviam sido alvo de auditoria interna, mesmo assim a empresa de auditoria externa manteve a ressalva. Em consequência, em meados de agosto, o Conselho de Administração decidiu realizar a contratação de assessoria forense independente e a criação de um Comitê Independente, o CI-CEF, para realizar investigação interna minuciosa.

Esse trabalho durou quase dois anos, culminando com um relatório entregue aos órgãos de controle e de justiça. Em seguida, foram retiradas as ressalvas no balanço.

Na minha visão, um dos maiores problemas desse processo, e que foi alvo de questionamentos meus e de outros conselheiros, foram os constantes vazamentos de informações para a imprensa, de situações investigadas, mas ainda sem conclusão, sem parecer final, o que gerou desgaste para a imagem da instituição e muitas especulações infundadas.

A história recente provou que muitas das investigações realizadas pela operação Lava Jato foram desconsideradas pela justiça e alvo de questionamentos por organismos internacionais como, por exemplo, o Comitê de Direitos Humanos da ONU (Organização para as Nações Unidas) concluiu, em abril de 2022, que o ex-presidente Lula teve seus direitos políticos violados em 2018, pelo ex-juiz Sergio Moro e procuradores da Lava Jato.

Mudança Estatutária

A Caixa e as demais estatais tinham prazo legal para fazer mudança estatutária e se adequar à Lei 13.303, Estatuto das Estatais. Mesmo com a derrota que nosso movimento impôs, retirando do texto da lei as cláusulas que facilitavam a privatização, o governo insistiu. Ana Paula trouxe para o CA proposta de estatuto prevendo a Caixa de se tornar S/A – Sociedade Anônima. Além disso, propunha a possibilidade de os diretores, tal qual os vice-presidentes, deixarem de ser oriundos exclusivamente dos quadros de carreira, podendo ser selecionados no mercado privado e uma série de outras mudanças que tinham claramente o objetivo de iniciar a privatização da gestão e do banco. Inseria no estatuto questões de ordem trabalhista, como a colocação de teto de gastos no plano de saúde dos empregados e teto na distribuição da PLR – Participação dos Lucros e Resultados.

Esse debate foi desafiador, o governo pretendia passar o trator, nem articulação com a direção do banco havia sido realizada, tanto que o conselho diretor, liderado pelo presidente Gilberto Occhi, tirou

posição contrária a Caixa se tornar S/A. Nesse tema, eu não estava só, fomos dois votos contrários a maioria do Conselho.

O governo, aliado aos grandes meios de comunicação e setor liberal, tentava convencer a opinião pública de que, para acabar com a corrupção, o melhor remédio é privatizar tudo. Que o setor público não pode ter monopólio.

Esse argumento simplista e, por vezes, populista esconde uma verdade proeminente, que os seus defensores, por conta de interesses no mercado privado, fazem questão de não debater. Existem milhares de exemplos de multinacionais ou pequenas empresas privadas envolvidas em escândalos de corrupção, de sonegação de impostos, de interferência em políticas públicas. O monopólio privado das grandes mídias, o oligopólio do setor financeiro e de produção de alimentos não são aventados. Ser “privado” não é sinônimo de idoneidade.

O prejuízo da corrupção pública e privada recai sobre a população. A prática precisa ser coibida com ampliação dos canais de fiscalização, da participação popular nas decisões, eleição de metade dos conselhos de administração por representantes dos trabalhadores em todas as empresas públicas e privadas, punição, enfim, formação de cidadãos e cidadãs comprometidos com o bem público. Privatizar significa tirar o serviço público universal que atende aos interesses de todos, da nação, para privilegiar poucos, os que podem pagar.

Para enfrentar essa discussão, participei em conjunto com as entidades sindicais, associativas e movimentos sociais, da organização de centenas de audiências públicas pelo país, em Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, Congresso Nacional. Foi uma ebulição de ações, atos, reuniões dentro dos locais de trabalho, cartas para a população, jornais, camisetas. A campanha do Comitê, “Se é Público, é para todos” foi fortalecida pelo país.

O clima estava tenso no Conselho, entreguei proposta alternativa de estatuto e parecer jurídico, questionando a autonomia do CA para decidir sobre essa alteração social do banco.

Enquanto isso, percorria os estados participando de atos e audiências, organizados pelas entidades. Em dois meses, mobilizamos o

país em defesa da manutenção da Caixa 100% pública e da relevância de seu papel social.

Após vários adiamentos e alteração no texto original, o novo estatuto foi finalmente para aprovação na reunião de dezembro de 2017. As propostas de tornar a Caixa S/A e de os diretores deixarem de ser oriundos dos quadros de carreira foram excluídas do texto final. Alívio, grande vitória.

Com relação à colocação de teto nos gastos com o Saúde Caixa, fui o único voto contrário. Aprovado por maioria.

Posso afirmar hoje, com certeza, que ter um representante dos trabalhadores no Conselho fez toda a diferença para esse desfecho, se não estivesse lá, teria sido aprovado, com facilidade. Ampliar essa participação para um número maior de eleitos é uma forma de democratizar a gestão e melhorar a fiscalização do uso dos recursos.

Em março de 2018, assumi a direção da Caixa Nelson Antônio de Souza, empregado de carreira, entrou no banco em 1979. Em 2014, assumi a presidência do Banco do Nordeste, em agosto de 2015, tomou posse como vice-presidente de Habitação da Caixa. Sua gestão ficou marcada pela continuidade das ações da anterior, com foco maior na criação de subsidiárias, Caixa Cartões e Caixa Loterias.

LANÇAMENTOS DE LIVROS, ATIVIDADES PELO PAÍS E NA AMÉRICA DO SUL

O ano de 2018 começou com a intensificação das ações do governo e do Congresso Nacional para privatizar e retirar direitos dos trabalhadores, prioridades do chamado “Projeto para o Futuro” de Temer, que nada mais era do que uma volta ao passado de miséria e destruição da capacidade do Estado em fazer investimentos e políticas sociais.

Para ampliar o diálogo com a sociedade sobre as contradições desse discurso e suas consequências, o professor Emir Sader, sociólogo e cientista político, ativista de esquerda, tomou a iniciativa de organizar um livro com o título da campanha “Se é Público, é para todos”, a publicação contou com quatro autores, Emir Sader, discorrendo sobre *As esferas pública, estatal, privada e mercantil do neoliberalismo*; o professor da Unicamp e estudioso do Sistema Financeiro, Fernando Nogueira, explorando *sobre o papel dos Bancos Públicos*; José Antonio de Moraes, trabalhador da Petrobras, ex-presidente da FUP – Federação Única dos Petroleiros, liderança genuína, que conheci na década de 90 no ABC, pela qual tenho muita admiração, discorreu sobre a *Petrobras: história, atualidade e perspectivas*, e eu tratei sobre a história da *Caixa, empresa centenária a serviço do sonho dos brasileiros*.

O lançamento nacional foi no ABC, na sede do Sindicato dos Bancários, em abril de 2018, em seguida, houve lançamento em várias cidades do país. O livro contribuiu para adentrarmos os espaços universitários, participei de seminário na UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro; na Federal do ABC; e na Unicamp – Universidade Pública de Campinas/SP.

Realizamos seminário no Congresso Nacional, lançando o livro para os parlamentares.

Ganhou repercussão na imprensa alternativa, canal do Luiz Nassif nas redes sociais, comunicação sindical, Carta Capital, Rede Brasil Atual, revista Fórum e na TVT – TV dos Trabalhadores.

Foram dezenas de entrevistas, debates, seminários. Esse trabalho naquele momento difícil foi importante para transformamos a palavra de ordem de “somos contra a privatização” em conteúdo intelectual balizado por números, pesquisas e argumentos factíveis, dando uma narrativa mais contundente às lideranças e fornecendo instrumentos para dialogar com a população.

No mesmo ano em junho, no Conecef – Congresso Nacional dos Empregados da Caixa, lancei livro autoral: *Caixa, Banco dos brasileiros*,

em que conto a história do banco desde a fundação, destacando a organização dos empregados como protagonista dessa longa trajetória.

A publicação saiu graças ao apoio da diretoria da Fenaé, que patrocinou, essa e outras obras, dentro da coleção Fenaé.

Comecei a viajar muito para as mais diversas regiões do país, com o objetivo de divulgar as publicações.

Em outubro, atuei pelo Comitê em defesa das empresas públicas, em conjunto com muitas entidades e movimentos sociais, na preparação de um ato no Rio, que contou com milhares de pessoas. Tinha tanta gente que a avenida Presidente Vargas acabou fechada pela passarela, que encerrou em frente a Petrobras e BNDES, simbolizando a grandeza do patrimônio público.

Em novembro, fui convidada para estar em Montevideú, Uruguai, no evento da UNI Américas Finanças – braço regional da UNI Global Union, sindicato mundial, que reúne trabalhadores de mais de 150 países, é voz dos trabalhadores de serviços em nível global em organismos internacionais como a OIT, o G20 e a OCDE. Eu já havia participado, em 2016, do mesmo encontro, na Argentina.

O objetivo foi debater a situação do sistema financeiro público na América Latina. Para minha decepção e constatação, na maioria dos países, os bancos públicos foram privatizados ou extintos, os maiores são os brasileiros.

Preparei uma apresentação tratando da atuação relevante dos bancos públicos no desenvolvimento brasileiro, durante os governos de Lula e Dilma, principais investimentos e indicadores e a tentativa de desmantelamento organizada pelo governo golpista. Listei nossas vitórias e desafios na manutenção das empresas públicas. Por fim, lançamos a campanha “Se é Público, é para todos”, com cartazes em espanhol e inglês.

2018 – ELEIÇÃO DE BOLSONARO

Alguma coisa está fora da ordem

Caetano Veloso

O país elegeu, em 28/10/2018, Jair Bolsonaro (PSL) presidente do Brasil. Com 55,14% dos votos válidos, Bolsonaro venceu Fernando Haddad (PT), com 44,86% da preferência, no segundo turno. Pelo menos 37 milhões de brasileiros se abstiveram, anularam ou votaram em branco, algo como 29% de todo o contingente de eleitores.

Eu custei a acreditar nesse resultado, pensava, que Brasil é esse? Influência americana? Trump brasileiro? E essa abstenção? Desesperança, alienação? O mundo virando do avesso, andando para traz. Será que a teoria da evolução de Darwin explica?

Muito embora soubesse do papel desempenhado pela operação Lava Jato na eleição, que apoiada pela grande imprensa, construiu narrativa para criminalizar Lula e tirá-lo da corrida presidencial (farsa hoje desmontada pela justiça que inocentou Lula e outros, das acusações e processos realizados por essa operação, liderada pelo juiz Sérgio Moro e integrantes do Ministério Público).

Muito embora eu saiba como funciona a luta de classes, os interesses dos ricos, cada dia mais ricos e mais gananciosos, que através do controle do sistema financeiro, dos veículos de comunicação e das grandes multinacionais, dominam o mercado mundial em vários setores, inclusive o de alimentos, com mais poder que muitos governos nacionais e que, por essa razão, subjagam, manobram a população, tornando mentiras, verdades e, verdades, mentiras (*fake news*), incentivando guerras, queda de governos, golpes de Estado, investindo em seus aliados para os parlamentos, dizimando o meio ambiente, acabando com direitos trabalhistas.

Muito embora eu veja a decadência da educação, a desvalorização de professores, a falta de incentivo ao pensamento crítico, intensificado pela criação das redes sociais; o abandono do senso de

comunidade, de solidariedade, valores substituídos pelo individualismo e competição.

Muito embora eu tenha consciência de tudo isso, como pode, em meio a várias outras opções, votar em um candidato que afirma ser a inovação na política, sabendo que de novo não tem nada, quase 30 anos como deputado federal atuando contra os interesses e direitos dos trabalhadores. Como votar em alguém que discrimina mulheres, negros, indígenas, LGTBs. Que incentiva o uso de armas, a violência. Defensor ardoroso do golpe militar e adorador de torturadores?

Como pode? Eu só lembrava da celebre frase de “os fins justificam os meios” do poeta romano Ovídio.

Mais estranho ainda foi ver colegas da Caixa e pessoas próximas, questionando agressivamente, com argumentos vazios, despolitizados, minha opção de voto.

Espero que hoje, depois da piora drástica das condições de vida, do país ter voltado para o Mapa da Fome, da destruição do patrimônio público, da indústria nacional, eles tenham acordado para a dura realidade, o fosso do atraso econômico, social, ambiental e humano no qual o Brasil se enfiou e o quanto vai demorar para retomar ao patamar das décadas passadas.

Mantive minha convicção em continuar defendendo um projeto de Estado democrático, com respeito aos direitos e ao patrimônio público

Acredito que a democracia não é o regime perfeito, precisa ser aprimorado para que de fato haja oportunidades para que todos os setores e segmentos sociais sejam verdadeiramente representados nos parlamentos e governos. A verdade é que só através da ebulição social, dos debates, do aumento da participação social é que poderemos avançar na democracia, na busca constante por um mundo mais justo, digno e feliz para todos. O autoritarismo, a ditadura, a violência são a faceta mais tenebrosa da humanidade, destroem pessoas, governos, sonhos.

Vou morrer acreditando na utopia de que outro mundo é possível, esse desejo é o que me move.

2019 – Renovação na Direção da Caixa e no Conselho

Pedro Guimaraes foi o indicado de Bolsonaro para comandar o banco. Sócio do banco de investimento Brasil Plural, especialista em processos de privatização. Assessorou, por exemplo, a privatização do Banespa. Na época de sua posse, os meios de comunicação falaram muito sobre o fato de ser genro de Léo Pinheiro, da empreiteira OAS, delator do “caso triplex” que levou à prisão o ex-presidente Lula.

Para a presidência do Conselho, assumiu, em maio de 2019, Mauro Gentile Rodrigues da Cunha, indicado pelo governo, profissional do mercado de capitais e governança corporativa, participou de diversos órgãos de governança de empresas, dentre as quais: Petrobras, Eletrobras e BR Distribuidora, presidente executivo da Associação dos Investidores no Mercado de Capitais – AMEC.

Com exceção de um conselheiro, servidor público, todos os demais indicados eram oriundos do mercado financeiro privado. Perfil muito distinto das gestões anteriores, em que a grande maioria era do serviço público.

Na segunda reunião do CA da nova gestão, em fevereiro, sofri tentativa de intimidação. Uma das pautas era a nomeação dos novos executivos, como fiz das vezes anteriores, avalei cuidadosamente o processo seletivo que, por decisão do Conselho anterior, era realizado por empresa de seleção externa, para garantir “imparcialidade”. Estranhei a indicação de um dos selecionados para uma vice-presidência, porque desde o fim do ano anterior, antes mesmo da posse oficial do atual governo, seu nome já era especulado pela imprensa como futuro vice-presidente da Caixa. Além disso, ele tinha menos experiência e formação que os demais concorrentes ao mesmo cargo. Não tive dúvidas, votei contra a nomeação. A maioria aprovou.

O inusitado foi a reação do presidente da Caixa, que de maneira enfática e agressiva, questionou minha autoridade, independência e representatividade para estar no colegiado e ter posição destoante da maioria.

Foi um debate tenso entre ele e eu, os demais ficaram em silêncio. Ao final, mantive firme minha decisão. Essa discussão foi só a primeira de muitas controversas que viriam a acontecer.

Estava evidente o incômodo com minha presença: mulher, representante de trabalhadores, ligada a entidades sindicais e de status quo distinto, era demais para os novos donos do poder.

Minha experiência de vida, as pedras no caminho que fui obrigada a superar, garantiram-me maturidade e tranquilidade para enfrentar essas adversidades, tinha plena consciência das barreiras que teria que enfrentar para desempenhar meu papel. Teimosamente, mais uma vez, segui em frente.

Evento Nação Caixa

Anualmente, a direção da Caixa organiza evento, em Brasília, com a presença de gestores de todas as regiões do Brasil, com foco em alinhar estratégias comerciais e melhorar a sinergia entre executivos e gestores. Participei de alguns desses encontros nas gestões do Jorge Hereda e Gilberto Occhi.

Em 2019, no chamado “Nação Caixa”, fui convidada pelo presidente da Caixa para falar à plateia, que contava com mais de mil profissionais. Penso que ele avaliou que, depois do nosso tumultuado debate no Conselho, seria interessante mostrar respeito à representante dos empregados. Incomodou-me as tentativas de ficar me abraçando no palco, sentimento que ficou perceptível a todos.

Agradei o espaço, congratulei os colegas e, para surpresa do anfitrião, fui praticamente aplaudida de pé, ovacionada, ao defender posição contrária às proposições do governo e da direção do banco, voltadas para a privatização das operações da Caixa.

Ao descer do palco, muitos gestores vieram me cumprimentar e demonstrar apoio à minha coragem e ousadia. Esse momento especial está registrado em vídeo, nas minhas páginas sociais.

Defesa das estatais e direitos dos trabalhadores em jogo

Mesmo com grande renovação nos quadros do Congresso nacional na eleição de 2019, o resultado foi negativo para os trabalhadores, que tiveram diminuição drástica de representação. Avaliação do DIAP

– Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar indica que o número de parlamentares novos tem predomínio das chamadas “bancadas BBB”: a da bala (dos parlamentares que representam forças policiais e militares), do boi (os que integram o setor ruralista) e da Bíblia (evangélicos). Obviamente, o governo contava com ampla maioria de apoio, e a pauta principal no início do mandato foi garantir a aprovação da reforma da previdência e intensificar o projeto de privatização.

O Senado aprovou, em segundo turno, em outubro de 2019, a reforma da Previdência Social proposta pelo governo de Jair Bolsonaro (PSL à época, hoje está filiado ao PL).

A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) número seis recebeu 60 votos a favor e 19 contra, a reforma tirou direitos fundamentais de mais de 100 milhões de brasileiros, que estão no mercado de trabalho formal, informal ou já são aposentados e pensionistas.

As lideranças que orientaram as bancadas a votar a favor da reforma foram: MDB, Podemos, Republicanos, PSL, PSC, PSDB, Democratas e Progressistas. PT, Rede, PSB e PDT se posicionaram contra. O PSD, Pros e o Cidadania liberaram a bancada para votar.

A reforma descaracterizou completamente os princípios da Seguridade Social, estabelecidos na Constituição Federal de 1988, como um sistema de distribuição de renda e proteção social em todo o território nacional.

O que me assustou foi a ausência de um movimento amplo de resistência dos trabalhadores contra a perda de direitos fundamentais. A omissão foi mais uma demonstração da despolitização incentivada pela crise política que se instaurou no país depois do golpe contra a ex-presidenta Dilma e do malabarismo da operação Lava Jato, com apoio da grande imprensa.

Para além disso, havia os problemas estruturais da formação e educação para o exercício da cidadania.

Em novembro, após aprovar a reforma da previdência, o governo edita a Medida Provisória 905, conhecida como Programa de Emprego Verde e Amarelo, alegando que o objetivo era criar empregos, quando na prática nada mais era do que um novo ataque aos direitos trabalhistas.

Nesse caso, houve uma mobilização mais ampla de entidades e trabalhadores, e depois de muita pressão sobre o Congresso, a MP foi revogada.

A agenda de destruição do Estado começou com fôlego. Segundo dados do governo, ao longo de 2019, foram concedidos à iniciativa privada 13 terminais portuários, 12 aeroportos, uma rodovia e uma ferrovia. Também foram feitos três leilões para exploração de petróleo, incluindo o megaleilão conhecido como “cessão onerosa”. E foram vendidos mais de R\$ 100 bilhões em ativos, como subsidiárias, campos naturais e ações que a União ou suas estatais tinham em outras empresas.

Depois de anos de debate e controvérsias, em outubro de 2019, aconteceu o leilão da Lotex – Loteria instantânea, que até 2015 era administrada pela Caixa. O consórcio Estrela Instantânea foi o único a fazer proposta. Ofereceu R\$ 96,9 milhões + sete parcelas fixas de R\$ 103 milhões – valor que era o lance mínimo estabelecido no leilão organizado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Em outubro de 2020, o consórcio desistiu do processo de concessão. Em nota conjunta, a italiana IGT (International Game Technology) e a norte-americana SGI (Scientific Games International), que formaram o consórcio Estrela Instantânea, alegaram falta de acordo para a distribuição da nova loteria através da rede de lotéricas da Caixa.

Depois disso, nada mais se falou sobre a operação, que poderia muito bem voltar a ser gerenciada pela Caixa, e virar um *fundings* para investimentos sociais, como as demais loterias.

No mesmo ano, houve também iniciativas para retirar da Caixa o monopólio da gestão do FGTS, interessante é que os recursos só foram centralizados no banco na década de 90, por problemas sérios na administração feita pelas instituições privadas, que desde então fazem *lobby* para voltar ao controle. Gosto de dizer que o FGTS na Caixa é um exemplo de gestão pública de sucesso, garantiu transparência aos trabalhadores e notoriedade nos investimentos. Depois de muito debate, o Congresso decidiu cortar pela metade as receitas que a Caixa recebe para administrar o Fundo, gerando im-

pacto negativo imediato nos resultados anuais do banco, na ordem de 3 bilhões.

Enquanto isso, organizamos, pelo Comitê Nacional em defesa das empresas públicas, seminário em Brasília com o tema “Defender o que é Público é defender o Brasil”, com a presença de lideranças, parlamentares, entidades e movimentos, para definir novas estratégias de enfrentamento ao desmantelamento do patrimônio público.

Continuei viajando pelo país, participando de atividades para falar sobre minha atuação no Conselho, defesa da Caixa e das empresas públicas. Fui convidada da Universidade Estadual do Rio, da Federal do ABC e de outras para explicar sobre os temas.

Produzi texto sobre as mulheres na Caixa, a necessidade de igualdade de oportunidades e publiquei artigo sobre os mitos e fatos que cercam as empresas públicas, no livro *Desmonte do Estado e Subdesenvolvimento: riscos e desafios para as organizações e as políticas públicas federais*, a obra foi patrocinada pela AFIPEA – Associação dos Servidores do IPEA.

2019 – REELEIÇÃO PARA O CA, 203 CONCORRENTES

A eleição para o Conselho em 2019 foi emblemática em vários sentidos, número recorde de candidatos, 203; maior índice de participação dos empregados na votação e, apoios amplos recebidos pela minha candidatura.

O balanço do mandato foi muito positivo, havia conseguido intensificar e ampliar a relação direta com os colegas. Viajei no período anterior por 22 estados, em alguns, como Pernambuco, Rio e Minas, estive várias vezes, Em São Paulo, percorri várias cidades, participando de encontros, plenárias, audiências públicas e, principalmente, realizando reuniões nos locais de trabalho.

Dialoguei com todos os segmentos profissionais do banco, advogados, auditores, técnicos sociais, gestores, engenheiros e arquitetos.

Sem dúvida, a realidade que vivíamos de ataques aos direitos dos empregados e a bandeira da manutenção da Caixa enquanto empresa pública foram fatores que contribuíram decisivamente para a sinergia de todos em prol da minha candidatura à reeleição.

Sem exceção, todas as entidades sindicais e associativas apoiaram minha reeleição, fato inédito e histórico na organização dos trabalhadores e trabalhadoras (sindicatos da base CUT e Contec, Fenaes, Fenag, Aneac, Advocef, SocialCaixa, AudiCaixa, Apcefs, Agecefs).

Senti um baita peso nas costas, mas também muita alegria em saber que o esforço não foi em vão e que podia contar com todos.

Embora seja muito bom para a democracia e para valorizar a função, ter muitos candidatos, avalio que boa parte dos inscritos não conhecia a responsabilidade legal e restrições impostas ao conselheiro, muito menos a expectativa que a representação continha.

Tentei durante a campanha esclarecer e debater o quão significativo era para a categoria eleger um dos seus, para influenciar na gestão da empresa, e a relevância de ser eleita com amplo respaldo, de forma a garantir coragem para o necessário enfrentamento e independência de posição frente às possibilidades de pressão e intimidação que permeavam a gestão do banco.

Recebia todo dia mensagens de apoio de colegas dos mais diversos setores e regiões do país. Lideranças e entidades alvoroçadas, divulgando e realizando reuniões nos locais de trabalho, pedindo voto.

Foi uma campanha alto astral, todos unidos em sintonia com a defesa da Caixa e dos direitos dos empregados. Não tivemos nenhum incidente ou confronto agressivo.

Nas vésperas da eleição, muitos amigos cantavam a vitória no primeiro turno, eu avaliava ser muito difícil, Vagner, meu marido, dizia que com 203 concorrentes, era impossível. De antemão, pedi para a

Angélica, jornalista, já deixar engatilhado um boletim chamando para o segundo turno.

Acompanhei a apuração, no dia 19 de novembro, do Sindicato dos Bancários de São Paulo, reunida com apoiadores. O processo era rápido e simples, após encerrar a votação, às 20 horas, a comissão eleitoral dava *play* no sistema eletrônico, conferia e divulgava o resultado.

Quando avisaram que eu tinha obtido 82% dos votos válidos, achei que era pegadinha, demorei para assimilar, depois de confirmar várias vezes, fiquei profundamente emocionada e grata pela confiança que os colegas depositaram em mim. Foi um momento de alegria, surpresa e sensação de que o peso da responsabilidade aumentava mais ainda. O resultado deu novo fôlego para continuar em frente, sem temor.

2020-2022 – NA PANDEMIA O MUNDO PAROU

Vamos cantar que a vida é só agora.

E se eu cantar amigo a vida é nada

Ruy Guerra e Gilberto Gil

Em março de 2020, estava no aeroporto de Brasília, retornando para São Paulo, estranhei algumas pessoas usando máscaras, até então só havia menções a um vírus novo que vinha da China. Mal sabia eu que aquela seria minha última viagem em dois anos.

A pandemia da Covid-19 parou o mundo e trouxe intensas transformações. No Brasil, a doença intensificou ainda mais as crises econômica, social e política.

Período de medo, incerteza, mortes, tristezas, reflexão, mudanças. Nos primeiros meses, fiquei como muitos, desorientada, profundamente ansiosa, engordei de tanto comer e beber vinho.

Ao perceber que a situação demoraria para voltar ao normal, foquei no trabalho, em escrever textos, analisar com mais profundidade as pautas do Conselho.

Fui obrigada a aprimorar o uso da tecnologia digital, das redes sociais, produzir e coordenar *lives*, gravar vídeos, *podcasts*.

A parte boa foi que nunca havia ficado tanto tempo junto da minha família, em especial com os filhos, todos juntos trabalhando e estudando dentro de casa, convivência, aprendizado, afeto.

Minha chácara no meio do mato serviu de refúgio, de contemplação da natureza: a dança dos pássaros, os ninhos da primavera, o nascer e o pôr do sol, as caminhadas, inovaram minha rotina.

Gabriel, meu caçula de 11 anos, sentiu o impacto das mudanças no corpo, os cabelos começaram a cair, quase ficou careca. Rapidamente, procuramos especialista para tratamento. Tudo indica que a causa foi a somatização do medo e ansiedade advindos do isolamento.

Minha maior preocupação foi como ajudar milhares de famílias, sem emprego, sem casa, sem atendimento digno de saúde, crianças sem estrutura mínima para estudar em casa, órfãos da Covid-19, como colaborar para minimizar o sofrimento.

Optei por colaborar com as obras do padre Júlio Lancellotti, militante das causas sociais, que dedica sua vida para acolher moradores de rua e os mais pobres. Fico horrorizada com as agressões que ele sofre dos egocêntricos e sádicos. Ainda bem que a maioria das pessoas é honesta e solidária.

Papel dos empregados da Caixa na pandemia

Após muita pressão social, o governo e o Congresso Nacional, resolveram agir, o benefício emergencial para socorrer a população em isolamento, vulnerável, foi aprovado e seu funcionamento regulamentado pelo decreto 10.316/20. O Ministério da Cidadania foi o gerenciador, a Dataprev, responsável pelo processamento dos dados.

A Caixa em consonância com sua função pública e expertise, advinda do papel de principal gestora dos programas sociais, ficou incumbida de executar os pagamentos. Os técnicos da área de tecnologia correram para criar aplicativo e poupança digital em prazo excepcionalmente rápido, para atender os milhões de brasileiros. As dificulda-

des para adaptar o sistema à demanda foram desafiadoras e permeadas de falhas, que foram sendo corrigidas cotidianamente.

Logo após o anúncio do auxílio emergencial, o cenário em agências e lotéricas começou a ser de imensas filas, aglomerações gigantescas e tumultos, com brasileiros desesperados acuados por uma crise social e de saúde que já se desenhava pela falta de investimentos no país. A retirada de direitos trabalhistas e a aprovação do teto de gastos, somadas à chegada do vírus, agudizaram sobremaneira essa realidade, revelando o Brasil “invisível”, num retrato nu e cru da desigualdade social, da miséria e do abandono.

Tal como os profissionais da área da saúde, de mercados, farmácias, aplicativos e tantos outros, os trabalhadores da Caixa, mesmo sob risco de contágio, estiveram o tempo todo na linha de frente, para poder garantir que a maioria da população pudesse cumprir a orientação de ficar em casa. Além dos pagamentos sociais, enfrentaram toda a rotina inerente à função bancária a cumprir, tais como operações de crédito, investimentos, venda de produtos e muitos outros. Apesar das muitas medidas protetivas negociadas pelo movimento sindical com o banco, até o início de 2022, 119 empregados faleceram de Covid-19. E isso sem contar as ocorrências com os prestadores de serviços.

Minha defesa no Conselho foi de a Caixa não ser a única empresa a pagar o benefício, a tarefa deveria ser partilhada com os demais bancos federais, e inclusive pelo setor financeiro privado, que, embora usufrua de concessão pública e tenha alta rentabilidade, não dá retorno em investimentos para o país. O debate foi em vão, uma das alegações do governo para não fazer essa opção era a falta de controle do processo que a descentralização poderia gerar. Obviamente, está implícita a ausência de iniciativa das demais instituições em colaborar e de planejamento do Ministério da Cidadania, que optou por não atuar conjuntamente com os demais entes federativos na seleção dos beneficiários, em consequência, houve muita confusão nas análises dos critérios para pagamento.

Diante desse cenário, intensifiquei o diálogo com os colegas, fui fiscalizar as condições de trabalho em agências da minha região, pres-

sionei a direção do banco e do CA para ampliar as medidas de proteção, atuei em conjunto com as entidades para tentar minimizar os impactos da Covid-19 dentro do banco.

Uma ação simples que fizemos, mas de grande repercussão, foi pedir fotos aos colegas com imagens no atendimento, orientando, trabalhando. O retorno foi excelente, muitos fizeram questão de enviar também dos vigilantes, atendentes terceirizados, em respeito ao esforço coletivo. O objetivo foi tirar do anonimato, mostrar para a sociedade os riscos, esforço e trabalho dos empregados públicos e demais trabalhadores que atuam na Caixa.

Esse processo deixou também evidente que, se o Estado não contasse com a Caixa, Dataprev, SUS e tantos outros instrumentos públicos, a catástrofe seria imensamente maior, ainda mais com o governo federal atuando irresponsavelmente contra as orientações da ciência, defendendo remédios ineficazes, fazendo chacota com a gravidade do contágio, adiando a compra das vacinas, desrespeitando as pessoas, suas perdas e mortes.

Essa situação reforçou mais uma vez minha convicção de que defender o que é público, atuar nos movimentos, valorizar os espaços coletivos é o único caminho para garantirmos vida digna e futuro para as novas gerações.

CRIAÇÃO DO BANCO DIGITAL E PRIVATIZAÇÃO DE SUBSIDIÁRIAS

E que tudo mais vá para o inferno

Roberto Carlos

Desde o golpe dado por Temer, em 2016, o Brasil voltou ao passado, mais especificamente à década de 90, focando em privatização e retirada de direitos, como já retratei.

No governo Bolsonaro, a estratégia para vender estatais mudou por conta de decisão do STF de 2019, que definiu por maioria de votos, que:

1. A autorização legislativa e o processo licitatório são necessários para alienação do controle acionário das empresas públicas e sociedades de economia mista.
2. Por outro lado, a exigência de autorização legislativa não se aplica à venda do controle das subsidiárias e controladas, de empresas públicas e sociedades de economia mista. Nesse caso, a venda pode ser feita sem necessidade de licitação, desde que respeitados os princípios da administração pública e a competitividade.

Para não ter desgaste no Congresso Nacional e não dar espaço para a sociedade se articular contra a opção, o governo foi pelo caminho mais fácil e rápido, criar subsidiárias para privatizar.

A revista Carta Capital publicou, em 2021, artigo da minha autoria sobre esse tema, encontra-se disponível na íntegra no anexo.

Para ilustrar a manobra “criativa”: em 2018, a Eletrobras tinha 30 subsidiárias; pulou para 70 em 2019 e passou a 25 no início deste ano; no mesmo período, a Petrobras saiu de 35, saltou para 50 e hoje tem 49, enquanto a Caixa possuía apenas três em 2018 e hoje já são 12.

Além das subsidiárias nas áreas de seguros, cartões, loterias, que já estavam estabelecidas, a direção do banco pretendia criar mais duas, o chamado Banco Digital/Caixa Tem e a Asset, para administrar os fundos de investimentos. O propósito era seguir a cartilha do governo, criar, investir e privatizar, por meio da oferta de ações em bolsa.

No início de dezembro de 2020, foi pautado no Conselho a criação do Banco Digital, na minha opinião algo sem propósito algum, salvo o de acabar com a Caixa.

O projeto era criar um banco que nasceria como subsidiária e para o qual seriam transferidas as principais operações, a inteligência da Caixa e, em seguida, abrir o capital.

Fui veementemente contra, entreguei meu voto com 11 páginas, elencando contradições da proposição, falhas nos pareceres, problemas na avaliação econômica e outros. Como de outras vezes, fui a única a votar contra. Transcrevo a conclusão do meu voto.

Por todas as razões elencadas, voto contrário à criação da subsidiária Banco Digital. Avalio ser recomendável que a Caixa invista maciçamente em tecnologia e em sua plataforma digital tal como seus concorrentes têm feito, mas é uma estratégia muito ruim criar um banco novo que retirará da Caixa atividades que são sua expertise, num movimento de autofagia. Não se discute a necessidade ou conveniência de ampliação da presença da Caixa nos serviços que presta a partir de ferramentas tecnológicas ou a necessidade de retenção dos clientes que passaram a compor sua carteira de clientes a partir da pandemia da Covid-19 e suas novas responsabilidades no pagamento do auxílio emergencial. Contudo, em que pese ser a tendência de uso de aplicativos e ferramentas tecnológicas inevitável no acesso a serviços bancários e financeiros, num mercado cada vez mais mediado pelo uso dessas tecnologias, essa tendência não tem como corolário a criação de uma subsidiária, pela Caixa, para o seu atendimento. A Caixa já detém estruturas, expertise, pessoal qualificado e tecnologias que demandam ampliação e aperfeiçoamentos para sua expansão, que podem e devem ser exploradas diretamente pela empresa, sem expor-se a riscos jurídicos, que permita o esvaziamento da empresa e a alienação de suas operações estratégicas e essenciais a “parceiros privados”. A criação de uma subsidiária – inicialmente integral e com capital totalmente pertencente à Caixa – com natureza jurídica de sociedade anônima, abre grande espaço a que se faça com ela o que já se anunciou antes fazer com a Caixa: abertura de capital e privatização, o que poderá causar prejuízos à sustentabilidade, integridade e autonomia desse banco público, tão essencial para o Estado Brasileiro. Peço que registre em ata minha posição.

*Maria Rita Serrano, Conselheira de Administração,
14/12/2020*

Até 2022, esse projeto estava esperando aval dos órgãos reguladores para continuar, dado os problemas que eu já tinha alertado ao Conselho que existiam no projeto.

INTIMIDAÇÃO

*Toda vez que uma mulher se defende,
sem nem perceber que isso é possível,
sem qualquer pretensão,
ela defende todas as mulheres*
Maya Angelou

Com a pandemia, as reuniões passaram a ser virtuais. Após poucos meses de mandato, Mauro, presidente do CA, renunciou logo após discordar de alguns encaminhamentos e documentos da direção do banco. Tudo indica que se sentiu pressionado a sair. Embora tivéssemos posição distinta com relação ao direcionamento para a Caixa, considerava-o sóbrio, metuculoso, focado na gestão. Sua saída deixou as discussões mais pobres, desorganizadas. Com o Conselho menos atuante e questionador, o poder do presidente da Caixa aumentou sobremaneira, exigindo de mim maior preparo intelectual e argumentos consistentes para contrapor os interesses em privatizar as operações e muita resiliência para enfrentar a pressão do isolamento, que tentavam me impor.

Lembrem que eu era a única empregada, a única eleita e única mulher com posição destoante da maioria, em vários temas.

Ficamos alguns meses sem presidente efetivo, em seguida, foi indicado Rogério Bimbi, que já era conselheiro.

Na reunião seguinte, a discussão sobre a criação do Banco Digital, em momento em que estava ausente o colegiado, provocado por Pedro Guimarães, aprovou abrir processo de análise de conflito de interesses

contra mim. Um dos argumentos era a suposta incompatibilidade entre meu mandato no CA e na FenaE, onde atuava como conselheira fiscal, entidade que por vezes foi alvo de calúnias pela direção.

Entidades de representação dos trabalhadores, movimentos e organizações sociais, vinham sendo alvo de perseguição política desde o início do governo. Com estratégia maquiavélica, tentavam destruir os opositores ao Estado democrático. Na Caixa, não era diferente, em vários momentos contestei a forma com que as entidades eram tratadas nas reuniões pelo presidente da Caixa.

Fui comunicada da decisão do processo somente no final de fevereiro de 2021. O COAUD, comitê de auditoria, que assessora o Conselho, notificou-me por e-mail, pedindo meu posicionamento a respeito do parecer que tinham feito.

São vários os comitês estatutários que assessoram o Conselho, todos presididos por conselheiros e sem remuneração. Eu, por exemplo, atuava no de Tecnologia, tem ainda o de Riscos, Elegibilidade e outros.

O de Auditoria, por exigir dedicação integral, sempre foi composto por profissionais contratados do mercado. Na mudança estatutária de 2020, Mauro, então presidente do Conselho, propôs alterar. A partir de então, um dos conselheiros passou a presidir o COAUD, passando a ser remunerado, com valor idêntico ao de um diretor. Lembrando que a regra legal determina que o Conselho deve receber no máximo 10% da remuneração da diretoria.

Na época questioneei, a alteração acabaria com a paridade entre os conselheiros, poderia haver comprometimento no cumprimento da regra da dedicação exclusiva e na isenção nos pareceres, afinal, era um dos membros do Conselho, podendo analisar casos que envolviam os demais.

O conflito de interesse está descrito na lei e no estatuto do banco, todos os agentes públicos estão sujeitos à mesma regra, e um dos princípios para caracterizar são situações em que haja confronto entre as esfe-

ras públicas e privadas, podendo prejudicar os interesses coletivos. O que não era o meu caso, que só era conselheira fiscal de entidade associativa.

Mandei resposta por escrito, com embasamento jurídico, explicando que não havia nenhum impedimento legal e muito menos conflitante nessa atuação, que por sinal era de notório conhecimento. Por duas vezes, tomei posse depois de passar pelo crivo dos órgãos de controle e do banco, que analisaram todo o meu histórico.

Em maio de 2021, o Conselho, novamente em reunião em que eu não estava por motivo de saúde, acatando pedido do presidente do banco, abriu outro processo de conflito contra mim, dessa vez mais robusto, com vários elementos e parecer jurídico externo.

A tese era de que eu quebrei as regras dos códigos de ética e conduta ao expor minhas opiniões sobre a direção do banco e do governo, ao me posicionar contra a venda de ativos e ao apoiar movimentos reivindicatórios dos trabalhadores.

Já haviam acontecido casos de questionamento de outros membros do Conselho por conflito de interesses em momentos anteriores, por razões diferentes, na maioria por atuação em empresas privadas que tinham relacionamento com a Caixa. Ocorre que, no meu caso, todo o processo foi tratado de forma distinta, nem o espaço para que eu pudesse me posicionar antes da abertura do procedimento foi dado, o comunicado feito meses após a decisão, os pareceres capciosos.

Ficou evidente que o objetivo era cercear meu direito à representação dos trabalhadores, me calar, me intimidar.

Na minha resposta deixei claro que:

Ainda vivemos em uma democracia e o papel do conselheiro, em especial do eleito pelos trabalhadores, é de fiscalizar, opinar, averiguar e defender a instituição. Essa posição é contrária aos mais basilares princípios do Estado Democrático de

Direito e, ainda, a um de seus fundamentos precípuos: o pluralismo político (Constituição da República, Art. 1º, inciso V).

A legitimidade da conduta dos empregados da Caixa, por mim representados no Conselho, no sentido de que seja fiscalizada a atuação de seus dirigentes, subordinados ao Conselho, e questionada a política de privatização de seus ativos, visto haver inequívoca repercussão sobre o próprio futuro desses trabalhadores, vem de ser, inclusive, reconhecida pelo Poder Judiciário.

Ser acusada de apoiar greve dos empregados, sendo eu representante dos mesmos, é algo no mínimo fora do contexto.

Fiquei indignada, mas não surpresa, afinal, o ataque aos espaços democráticos e de representação vinham sendo realizados desde o início do governo, eu não era exceção.

Só pude me pronunciar na reunião sobre esses processos após um ano. A decisão do CA foi de que eu deveria assinar um termo de ajuste de conduta, não assinei. Não conseguiram base legal para nenhuma sanção efetiva.

O apoio que recebi das entidades e dos colegas foi crucial para enfrentar essa situação. Produziram manifesto público em defesa do mandato. Saímos fortalecidos, ganhou a democracia, a organização dos empregados e eu.

A melhor resposta para a direção do banco e CA veio diretamente da base.

Realizamos, em março de 2021, pesquisa de opinião que apontou que minha atuação como representante contava com a aprovação de 94% dos empregados da ativa: 79% a consideraram ótima e 15% boa. A pesquisa foi respondida por 1.754 bancários, sendo 1.201 da ativa e 553 aposentados.

NA PANDEMIA, FICAMOS DISTANTES, MAS MUITO CONECTADOS EX-PRESIDENTES DA CAIXA COM A PALAVRA

A pandemia nos obrigou a inovar na comunicação. Com apoio de assessoria especializada, lançamos site, comecei a produzir *podcasts* semanais, *lives* e debates com o programa “O X da Questão”.

Consegui realizar um feito histórico: reunir ex-presidentes da Caixa em uma *live* para debater sobre o futuro da Caixa. Participaram: Danilo de Castro, presidente na década de 90, Jorge Mattoso, Maria Fernanda, Jorge Hereda e Miriam Belchior, presidentes entre 2003 e 2015, e Gilberto Occhi, que assumiu a Caixa em 2016.

Debate rico de histórias, perspectivas, críticas à gestão atual. Foi o evento mais prestigiado que realizei até esse momento, impactante dentro e fora do banco.

Após a *live*, foi publicada carta conjunta deles em defesa da Caixa, com enorme repercussão.

Realizamos muitas outras *lives* com conselheiros eleitos de outras estatais, lideranças femininas, sindicalistas, entidades associativas, intelectuais, com o propósito de fomentar o debate, explorar opiniões, contribuir para a formação.

Os temas foram variados e de grande amplitude, desde questões específicas, ligadas ao desenvolvimento e operações da Caixa, com a presença de convidados e especialistas para análise, até a discussão sobre a ascensão das mulheres bancárias, a trajetória dos empregados da Caixa ou campanhas de solidariedade, como a do menino Heitor, comovente e exitosa.

Produzi artigos, que foram publicados em livros, periódicos, revistas, sites. O professor Jefferson José da Conceição, coordenador do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, Universidade de São Caetano, foi um incentivador, publicando meus textos na carta da conjuntura da universidade.

Em 2020, fui uma das coautoras do livro *A Era Digital e o Trabalho Bancário*, produzido pelo Sindicato dos Bancários do ABC, com o artigo *Futuro da Caixa depende do modelo de Estado*.

Em 2021, divulguei boletim de prestação de contas do mandato, listando alguns pontos de destaque do período:

- Posicionamento contra a Caixa virar S/A;
- Votos contrários à privatização das operações;
- Inclusão de teto no Saúde Caixa no estatuto.

Rita apoiou e segue apoiando:

- Todas as iniciativas em defesa da Caixa Pública;
- Vacina para todos;
- *Home office* e protocolos de segurança nas agências;
- Respeito aos direitos dos empregados, em especial a manutenção do Saúde Caixa nos moldes atuais;
- Apoio ao PDL 342 da deputada Erika Kokay, que sustou os efeitos da CGPAR 23.

Rita continua se posicionando contra:

- A Caixa virar S/A;
- Colocação de teto no Saúde Caixa;
- Privatização das operações (Cartões, Loterias, Asset, Seguros) e todo tipo de fatiamento do banco, como os IPOs;
- IHCDs – Esses instrumentos foram usados para que o banco ampliasse sua atuação nas políticas públicas. Sua devolução enfraquece a Caixa e diminui sua capacidade de investimento;
- MP 905, que retirava direitos e jornada maior, com trabalho aos sábados e domingos;
- MP 995/2020, que permitia à Caixa criar subsidiárias, com abertura de capital próprio;
- Criação do banco digital nos moldes propostos (retirando dos bancos públicos toda a tecnologia e expertise desenvolvidos para o período da pandemia).

REELEITA EM 2022 COM 90% DOS VOTOS

*A esperança tem duas filhas lindas, a indignação e a coragem;
a indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão;
a coragem, a mudá-las*
Santo Agostinho

Em meados de 2021, sentia-me cansada com as pressões, com a falta de perspectiva para o país. O isolamento e as perdas trazidas pela pandemia mexeram com todos. Como muitos, fiquei sensibilizada para efemeridade da vida. Naquele momento de reflexão, de filosofia, veio-me a vontade de escrever este livro, contando um pouco sobre minha trajetória.

O objetivo inicial era encerrar meu segundo mandato no Conselho, deixando como legado para as futuras gerações, o registro da minha experiência como conselheira de administração de um dos maiores bancos do mundo e das barreiras que foi necessário romper para que uma mulher trabalhadora pudesse ter o direito e a liberdade para construir sua carreira, sua militância, chegar ao alto escalão de uma empresa, exercer e representar de forma democrática e honesta os empregados e os interesses sociais.

Ocorre que, como sabemos, nem tudo acontece como planejamos. No meio da discussão sobre a eleição do Conselho, ficou claro que eu deveria ser candidata novamente, contou para essa decisão o apoio dos colegas e das entidades.

O cenário no Brasil era de incertezas diante do processo eleitoral que se aproximava. Defender o banco exigia muita sagacidade e expertise sobre o funcionamento do Conselho e das relações internas, não podia deixar o barco agora.

Foi uma campanha eleitoral rápida. Em 10/01/22, a comissão eleitoral, formada por representantes do banco e dos sindicatos, divulgou edital com as regras para inscrições de candidatos. Em torno de 30 empregados se inscreveram.

Comecei a campanha com a perna quebrada. Em outubro do ano anterior, na minha primeira viagem depois da pandemia, caí da escada

do hotel em que estava em Brasília, a lesão foi feia e exigiu cirurgia. Graças ao amigo Padilha, que me socorreu, e a Cardoso que me trouxe para casa de imediato, consegui fazer a operação em hospital próximo de minha casa. O grande problema foi ficar meses sem andar. Nessas horas, tomamos consciência das dificuldades das pessoas com deficiência e valorizamos ainda mais os amigos e a família que amparam.

Contei novamente com o apoio de praticamente todas as entidades associativas e sindicais, fundamentais para garantir uma representação firme e autêntica dos trabalhadores.

Minha alegria foi receber todos os dias dezenas de mensagens dos colegas espalhados pelo país, desejando coragem e vitória.

Um dos candidatos, velho conhecido em Minas Gerais, pediu a impugnação da minha candidatura para a comissão eleitoral, sem base legal, a solicitação foi negada. Não satisfeito, iniciou divulgação de *fake news*, mentiras sobre meus posicionamentos na defesa da manutenção dos direitos dos empregados, baixarias que infelizmente viraram regra no Brasil.

Mesmo com esses ataques, ou apesar deles, fui eleita de forma surpreendente, fiquei sem palavras ao ver o resultado.

Em 17/02, terminada a apuração, obtive 90,78% dos votos válidos. Votaram 21.923 pessoas. Foi impactante, emocionante. O resultado validou minha atuação, a interação com os colegas e entidades e fortaleceu nossas bandeiras de luta.

GUERRAS E FOME

Uma guerra é sempre a derrota da humanidade. Sempre!

Papa Francisco

Em fevereiro, a Rússia invade o território da Ucrânia, iniciando mais uma guerra neste mundo conturbado em que vivemos.

As grandes potências mundiais financiam guerras, disputas por territórios, petróleo, água, alimentos, meio ambiente.

Interesses da indústria armamentista e dos bilionários em as-

censão são responsáveis por genocídios, fome, destruição de lares e por deixar milhões de refugiados sem eira nem beira, à mercê do destino e da discriminação.

A situação se agrava com as tecnologias da morte, além do potencial de destruição das bombas, agora drones podem matar, controlar. Governos se vangloriam das mortes que causam. Crueldade sem limites.

Existe também a guerra das *fake news*, do domínio da comunicação, as mentiras que viram verdades, as verdades que viram mentiras.

Um mundo complexo, onde alguns poucos dominam a imensa maioria.

No Brasil, a fome, a violência incentivada pelo governo que arma a população, os crimes contra mulheres e crianças que se intensificam, provam que não podemos ficar calados diante das injustiças, é nosso dever buscar sem trégua um mundo de paz, fraterno, feliz. Manter acesa a chama da utopia para permitir vida às novas gerações. As mudanças só poderão acontecer pelas mãos dos oprimidos.

DENÚNCIAS DE ASSÉDIO SEXUAL DERRUBA PRESIDENTE DA CAIXA

*O patriarcado é o sistema de opressão e privilégios
dos sujeitos machos e brancos*

Marcia Tiburi

O clima de trabalho desde 2019 vinha piorando. Por vários momentos, questionei o presidente do banco e demais conselheiros sobre as constantes trocas de dirigentes e reestruturações de áreas, listei as possíveis consequências dessas medidas açodadas para a continuidade das operações, quebra no histórico das ações e perda da inteligência da empresa.

A pressão exacerbada por resultados, venda de produtos, a destruição da área de Pessoas, era outro fator de adoecimento e desalento dos empregados.

O resultado financeiro da Caixa de 2019 até 2021 foi advindo em boa parte da privatização e venda de ativos, a instituição vinha perdendo mercado a olhos vistos. Levantei essa preocupação nas discussões sobre plano estratégico em todos esses anos.

Em vários momentos, as reuniões do CA ganhavam tom agressivo, com o uso de palavrões, um método de intimidação e arrogância contra os que se opunham, no caso, eu. Minha atitude foi de me impor, cobrar respeito e não recuar da posição que estava defendendo.

Esse movimento autoritário reverberava para toda a estrutura, das diretorias para as agências.

Incluíram, na pesquisa de integridade para os cargos, questões como filiação partidária e atuação nas redes sociais, método idêntico ao usado pelo governo para perseguir servidores públicos.

Entidades de representação dos empregados foram alvo constante de ameaças, com incitação de dúvidas quanto à integridade da sua administração e atuação.

Houve, em 2019, rumores dentro da matriz, que foram parar na imprensa, quanto a supostos atos sexuais do presidente do banco com uma dirigente na garagem do prédio e outras histórias parecidas, mas nada foi comprovado, evidenciado.

Em 28/06/22, o site Metrópolis divulgou reportagem onde várias empregadas da Caixa relatam comportamento inapropriado de Pedro Guimarães, entres eles, toques íntimos e convites a locais fora do ambiente profissional, como saunas. As denúncias estavam em investigação no Ministério Público Federal (MPF).

O acesso que tive sobre esses relatos foram os divulgados pela imprensa, em nenhum momento essas denúncias haviam sido, até então, objeto de discussão pelo Conselho. Por sinal, esse foi meu primeiro questionamento, diante do fato de que algumas colegas afirmaram que haviam utilizado os canais do próprio banco para relatar os abusos.

Com o impacto e gravidade da repercussão do caso, Pedro Guimarães renunciou ao cargo.

De imediato, em 29/06, solicitei aos conselheiros que realizássemos reunião extraordinária para tomar posição sobre as denúncias.

De antemão, encaminhei propostas para a discussão e divulguei aos empregados o comunicado:

**RITA SERRANO COBRA APURAÇÃO
RÁPIDA E RIGOROSA DAS DENÚNCIAS
DE ASSÉDIO SEXUAL NA CAIXA**

Ingressei, nesta quarta-feira (29), com solicitação ao Conselho de Administração, para que seja aberto processo para apurar as denúncias gravíssimas de assédio sexual atribuídas ao presidente do banco, Pedro Guimarães, contra empregadas da Caixa.

O fato exige apuração rigorosa, rápida e transparente. Estou propondo que seja selecionada e contratada empresa externa para proceder investigações no âmbito da Caixa, a fim de que o processo seja efetuado com isenção e transparência, sem influência de dirigentes da empresa. Entendo que as investigações devam ser estendidas a todos os possíveis envolvidos nas denúncias, bem como incorporem, também, todas as atividades realizadas no âmbito do programa Mais Brasil.

Solicitei que seja cobrado dos responsáveis pelas áreas de Corregedoria e Ouvidoria informações sobre a existência de denúncias anteriores, providências adotadas e por qual razão o Conselho de Administração não foi informado dos casos, como previsto nas normas internas.

Defendo total apoio e garantia de integridade às empregadas denunciantes. O momento exige que a Caixa reforce as medidas de governança contra as práticas de assédio moral e sexual, com revisão imediata dos canais de denúncia.

A pressão sobre os empregados se fortaleceu nessa gestão piorando as condições de trabalho e vida. Fato que venho denunciando e cobrando da direção do banco constantemente.

A égide do medo no ambiente de trabalho veio, junto com o governo atual, cerceando as liberdades, perseguindo trabalhadores e suas representações.

Eu mesma fui objeto de dois processos de conflito de interesse movidos pelo Conselho, a pedido do presidente da Caixa, entre 2020 e 2021, na tentativa de me intimidar, de cercear meu mandato como representante dos empregados, em razão de eu ser, na maioria das vezes, a única voz destoante no Conselho, tendo posição crítica e contrária a diversos projetos da direção.

Encerro esta nota prestando minha solidariedade a todas as mulheres que são vítimas de crimes de assédio.

Seguimos juntas

Após essa nota, comecei a ser procurada pelos grandes meios de comunicação. Sempre tomando o cuidado de defender a integridade das vítimas e o direito de defesa dos acusados, posicionei-me cobrando envolvidos, melhoria dos canais de governança.

Sabendo que a predominância narrativa quando se trata de empresa pública é o discurso fácil de que privatização resolve tudo, fiz questão de deixar claro que o modelo de gestão implantando na Caixa, desde 2019, era justamente o privado, haja vista que Pedro Guimarães era dono de um banco privado e parte da sua consultoria e dos conselheiros oriundos do setor privado, portanto, foram justamente os pilares da gestão pública que foram deixados de lado para dar espaço ao projeto de privatização da Caixa.

O ápice das entrevistas que dei foi para o Fantástico, da Globo, em 31/07, muito embora a gravação da entrevista tenha tratado de temas amplos, o destaque do programa foi para as intimidações pelas quais também passei e já relatei aqui.

Nesse período, sofri ataques violentos nas redes sociais, de *fake news* a agressões e ameaças. A equipe técnica da Feneae conseguiu identificar que boa parte dos ataques vinham de robôs, obviamente, podemos imaginar de onde partiam. A maioria era de seguidores do presidente da República, pouquíssimos casos envolviam colegas da Caixa. Encaminhei algumas dessas publicações para a justiça.

No CA, houve tentativa de me coibir. Um dos conselheiros propôs que o colegiado me cerceasse, proibindo de falar com a imprensa, novamente tive que me impor, afirmando que não renunciaria ao meu direito de prestar contas à opinião pública, de defender a investigação, a integridade das vítimas e imagem da Caixa.

No início de agosto, assumiu a direção da Caixa nova presidenta, Daniella Marques, indicada pelo ministro da Economia. Em 15 dias no posto, já propôs reestruturações de vice-presidências, alterações nos quadros diretivos. A maioria do Conselho acatou de imediato as mudanças, eu votei contra a forma e a ordem da discussão, fui comunicada apenas duas horas antes da reunião do CA, da proposta de unificação de áreas, claro desrespeito às regras de governança e à liberdade de discussão.

Estava de férias quando ocorreu o falecimento do diretor de integridade da Caixa, que, segundo informações preliminares da polícia, suicidou-se pulando do prédio da matriz. Mais um marco triste das sombras que estão sob o Brasil e a Caixa. Lamentei o caso e cobrei investigações.

Até o momento em que termino de escrever este livro, as investigações sobre os casos de assédio ainda estão em andamento.

E O FUTURO DO BRASIL?

Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro.

Ano passado eu morri. Mas esse ano eu não morro

Belchior

Enquanto termino de escrever este livro, em agosto de 2022, temos em andamento o processo eleitoral para escolha do próximo presidente do Brasil.

Duas alternativas estão colocadas, Lula ou Bolsonaro. De forma pragmática, Lula é o retorno do Estado desenvolvimentista social; Bolsonaro é a continuidade da destruição do Estado e da democracia.

No Brasil, os desafios são gigantes e de toda ordem. A recuperação da economia, da indústria, empregos, diminuição das desigualdades, respeito à democracia.

A recessão em curso, provavelmente, será a maior do último meio século, superando inclusive a de 2008, somado à falta de visão estratégica de quem administra o Estado, pode gerar uma marginalização do país no mundo.

O futuro do Brasil será determinado pelo conceito que as pessoas têm do que é público. Queremos um Brasil em que todos possam ter o mínimo necessário para viver, em que os recursos naturais sejam preservados para as futuras gerações, em que as pessoas possam ser livres e felizes, com igualdade de oportunidades? Ou um Brasil no qual só um pequeno número de privilegiados tenha esse direito? O país da violência, do ódio ou a paz?

O futuro da Caixa também depende do modelo de Estado

A Caixa tem 161 anos. Fundada no Império, passou pelo nascimento da República, pelos governos de Getúlio Vargas, pela ditadura, abertura democrática, governos liberais, democrático-populares e sobreviveu até os dias de hoje pela capacidade de superação e inovação, e porque, como outras empresas públicas, cumpriu um papel fundamental para o crescimento e o desenvolvimento do país. Ocorre que nunca esteve tão ameaçada como agora, por um governo que desarticulou completamente o Estado brasileiro, ameaçando sua soberania e as condições de vida da população.

Ao pretender renunciar ao controle público de setores estratégicos, o Brasil atua em descompasso com o processo de reestatização pelo qual passam os países mais desenvolvidos. De acordo com o Instituto Transnacional (TNI, 2020), nos últimos anos, houve 1.400 casos de serviços estatizados em mais de 2.400 cidades em 58 países, entre eles os Estados Unidos, Japão, França, Alemanha e outros.

Inúmeros setores de atividade econômica, devido a suas caracte-

rísticas intrínsecas, necessitam de investimentos vultosos e de longo prazo de maturação, que pode se estender por décadas, tais como as estradas e as ferrovias. Em muitos casos, embora possam não ser de interesse para a exploração privada, são fundamentais ao desenvolvimento econômico e social de um país e, por essa razão, a sociedade decide arcar com os custos de sua realização.

A atuação e os investimentos estatais também podem ser fatores de estabilização econômica, do nível de emprego e da renda, na medida em que, por não obedecerem apenas à lógica de mercado, asseguram um mínimo de expansão da demanda agregada, atuando como instrumento de políticas anticíclicas.

O que ficou claro para a sociedade é que, se hoje o Estado conta com um banco público do porte da Caixa, que pode ser usado em momentos de calamidade pública, como agora, é porque ao longo de muitos governos, incluindo o atual, os empregados, entidades sindicais e associativas, e movimentos organizados empunharam a bandeira da defesa de manutenção do banco público frente às iniciativas de privatização.

O futuro da Caixa, do patrimônio público e do Brasil, está nas mãos do povo brasileiro.

ENCONTRO COM LULA

É o cara
Barack Obama

Para esse processo eleitoral, tentei apresentar uma contribuição para o futuro tão almejado. Em agosto de 2022, estive em uma conversa rápida com o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, entreguei propostas para o plano de governo que envolvem as empresas públicas e a Caixa, destacando o papel que podem ter na reconstrução do país.

CASEI E FUI PARA A ITÁLIA DE FÉRIAS

A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte

Arnaldo Antunes

Ainda beijo na boca do mesmo homem com quem estou há quase 25 anos. Nunca acreditei na obrigação do amor eterno, considerava a exigência da fidelidade uma hipocrisia, queria uma relação leal, honesta, sem contrato, definição de prazo de validade, minha sorte foi que Vagner desejava a mesma coisa.

Nossa união é recheada de empatia, companheirismo, crenças, utopias. Partilhamos sonhos, angústias, dores, alegrias, filhos, cachorros, gatos, contas...

Em 2022, resolvemos casar oficialmente, afinal, depois de anos de experiência, passamos no teste.

Em seguida, tiramos férias com os filhos e Lucas, namorado da minha filha, gente boa esse menino. Eu nem lembrava mais quando havia gozado 30 dias de férias. Resolvemos conhecer a Itália, como disse no início do livro, descobri a pouco minha genealogia italiana.

Minha primeira viagem para a Europa começou tumultuada: em decorrência da crise na Caixa, muitas reuniões sendo convocadas, de algumas consegui participar a distância.

A busca pelas origens é fascinante, conhecer as histórias de um povo, a linguagem, a cultura, a forma de se relacionar, aprendizado sem igual. A Itália é o país com mais locais tombados como Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO.

Ficamos hospedados em uma cidade medieval, no alto de uma colina, próxima a Roma, chamada San Vito Romano. A casinha que alugamos fazia parte de um complexo construído em volta de um castelo em 1100.

Fomos bem recebidos em todos os locais que visitamos. Tomamos um banho de história, com os monumentos, museus, palácios, relatos de moradores. Comi massa praticamente todos os dias, tudo

maravilhosamente preparado. Me esbaldei no vinho, no azeite, e o gelato então! Delícias.

Vi de perto a tragédia dos milhares de refugiados da Ucrânia e de outras regiões da África e Oriente. Estranhei a disseminação dos cigarros entre os italianos, nesse aspecto o Brasil é muito mais avançado no combate ao fumo.

Mas a beleza da paisagem, arqueologia, culinária, educação, solidariedade me cativaram. Foi mágico.

O único acontecimento triste durante as minhas férias foi o falecimento do meu amigo, companheiro de lutas, Jorge Furlan. Conheci Furlan em 2004, era delegado sindical. Em 2006, na minha eleição para presidente do sindicato, convidei-o para fazer parte da diretoria, ele topou na hora. Cara alegre, comprometido, leal. Fiquei tão emocionada, que chorei na cerimônia do casamento dele com Juliana, a partir daí ele começou a dizer para os amigos, em menção a mim “os brutos também amam”. Engraçadinho. Falei com ele um dia antes de falecer, estava internado fazendo exames do coração, acabou enfartando em decorrência da diabetes. Mais um que se foi cedo demais.

ROMPENDO BARREIRAS

*Algo só é impossível até que alguém
duvide e acabe provando o contrário*

Albert Einstein

Agradeço profundamente quem chegou ao final do livro.

Foi muito difícil escrever sobre aspectos pessoais da minha vida, recordar fatos e amigos, mexeu demais com meu coração, várias vezes tive que dar um tempo para só sentir.

Foi doloroso reviver a dor da perda dos que já se foram. Por outro lado, ter consciência de que somos resultado do nosso meio, das pessoas que nos ajudaram na jornada, do aprendizado, do afeto envolvido, deu novo significado a essência do viver.

Acredito que somos fruto do coletivo, nossa força vem dos encontros.

Superei muitas barreiras e com certeza terei muitas outras pela frente, mas sempre contei com muitas vozes, abraços e beijos de pessoas queridas ao meu lado.

Espero ter conseguido deixar um legado da experiência que vivi nos últimos anos como representante dos trabalhadores e trabalhadoras nas várias esferas de poder por onde passei.

Deixo um recado especial às mulheres: sejam teimosas, não desistam. Somos essenciais para humanizar o mundo.

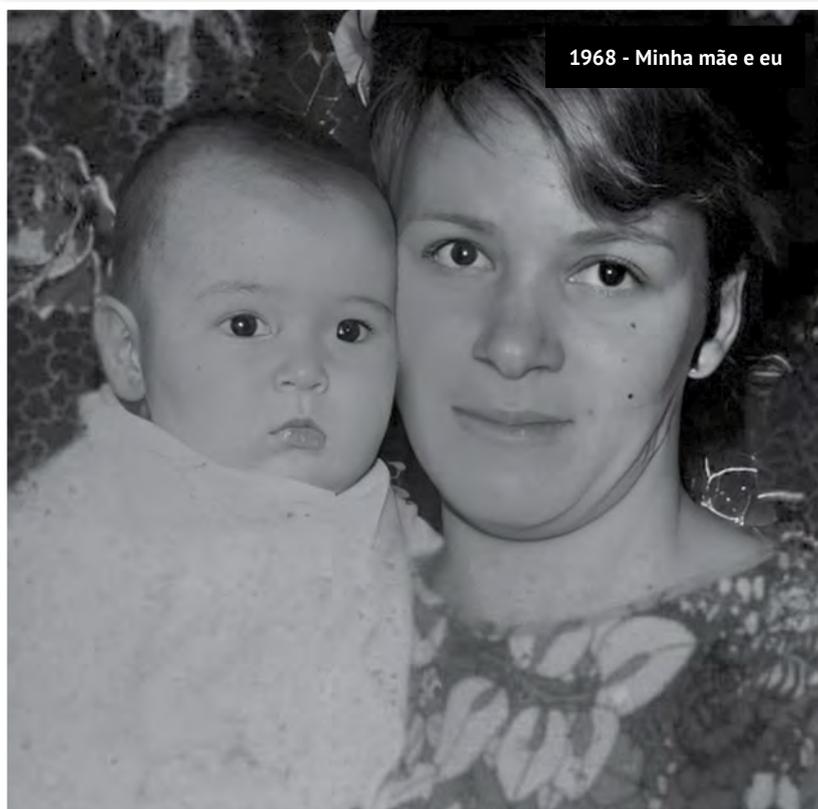
As letras de músicas e frases de renomados autores que abrem os textos marcaram minha jornada.

Como nas estações do ano, caem as folhas no outono, mas sempre chega a primavera.

Sigamos juntos. Sigamos juntas.

Retratos da minha trajetória





1968 - Minha mãe e eu



1982 - Minhas
irmãs, Lúcia, Simone
e a caçula Vanessa
no meu colo



2010 - Família cresceu. Só alegria



2022 - Depois de anos vivendo juntos, Vagner e eu casamos e fugimos para Veneza



2022 - Participando da Audiência Pública, promovida pela deputada federal Erika Kokay, para discutir as denúncias de Assédio Sexual atribuídas a dirigentes da Caixa. Na mesa junto com Sergio Takemoto



imagem de Ricardo Stuckert

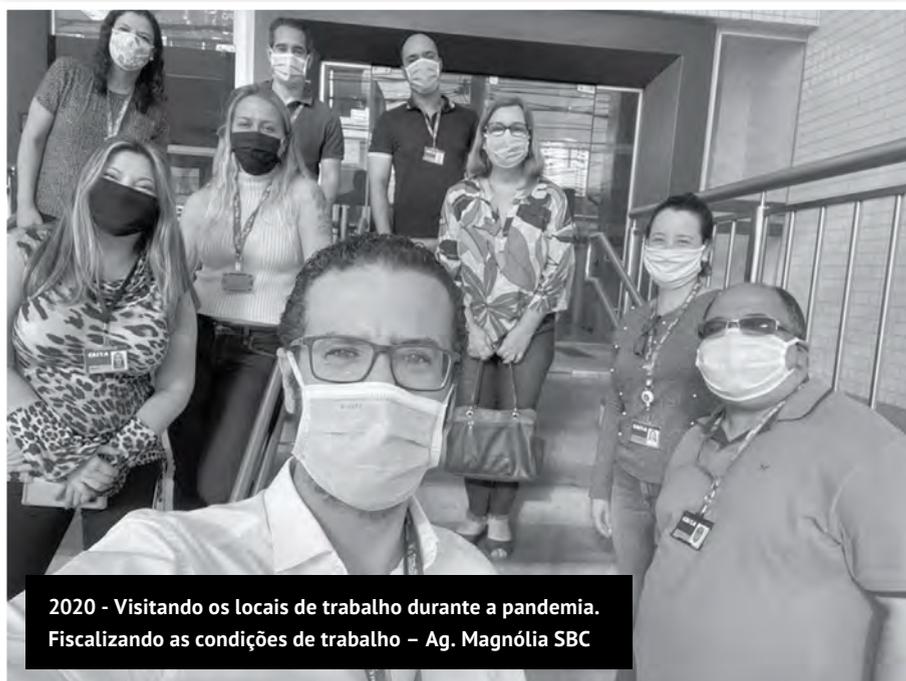
2022 - Entregando propostas para o plano de governo do candidato a presidente Lula



2021 - Em outubro quebrei a perna em Brasília. No aeroporto com o querido amigo Cardoso me levando para casa em SP, logo depois do acidente



2020 - Durante a pandemia, promovi várias lives, essa foi histórica. Reuni seis ex-presidentes da Caixa. Danilo de Castro, Jorge Mattoso, Maria Fernanda, Jorge Hereda, Miriam Belchior e Gilberto Occhi



2020 - Visitando os locais de trabalho durante a pandemia.
Fiscalizando as condições de trabalho – Ag. Magnólia SBC



2019 - Falando no evento Nação Caixa para
gestores e dirigentes. Defendendo a Caixa Pública



2019 - Percorrendo o país, dialogando com os colegas da Caixa. Estive em 22 estados, aqui em Rondônia, junto com Jerry, presidente da Apcef



2019 - Apoiadores da minha candidatura à reeleição para o CA. Representantes de sindicatos, associações, Fena, Fenag, Advocef, AudiCaixa, Aneac e SocialCaixa



2019 - Participando de mais um Conecef. Na mesa, Rachel, Maggi, Erika Kokay, Sergio Mendonça e Eliana Brasil



2018 - Julio faleceu em 2020, foi a maior perda que a pandemia me trouxe. Saudades sem fim. Será sempre guardado do lado esquerdo do peito



2018 - Audiência Pública no STF. Em pauta, questionamentos à lei das Estatais



2018 - Lançando meu livro *Caixa, Banco dos Brasileiros*, no *Inspira Fenaé* – Minas Gerais. Com as queridas, Eliana Brasil e Maristela



2018 - Ato em Defesa da Caixa - Natal, Rio Grande do Norte, organizado pela Fenaef



2017 - Primeira reunião como conselheira efetiva no CA - Conselho de Administração Caixa



2017 - Posse na diretoria da Fenae



2016 - Lançamento da Campanha *Se é Público, é para todos* no Rio. Presenças de lideranças e 2 mil pessoas



2016 - Participando do lançamento de mais uma campanha em defesa da Caixa Pública



2015 - Audiência no Senado para organizar a resistência ao PLS 555. Na mesa, Pedro Armengol, Jair Ferreira, senador Lindbergh Farias, eu e Carlos Hetzel



2016 - Entregando junto com Jair Ferreira documento cobrando posição do governo contra o PLS 555, para o ministro Nelson Barbosa do Planejamento



2015 - Movimento de resistência ao PLS 555 - Estatuto das Estatais, Congresso Nacional



2014 - Assumindo como suplente no CA Caixa



2010 - Debate sobre Assédio Moral. Junto com Pedro Eugênio, Everaldo Coelho e Sergio Takemoto



2008 - Dialogando com os jovens do programa social da ACV



2006 - Posse diretoria Sindicato. Assumindo como a primeira mulher presidente

2004 - Participando da Assembleia dos Bancários ABC



2000 - Comício em Rio Grande da Serra. Lula apoiando nossa candidatura - Ramón e eu - prefeito e vice





1999 - Participando do Seminário em Defesa dos Bancos Públicos. Na mesa Vagner de Castro, Aloysio Biondi, Rita Serrano, Vanderlei Siraque e José Pinheiro



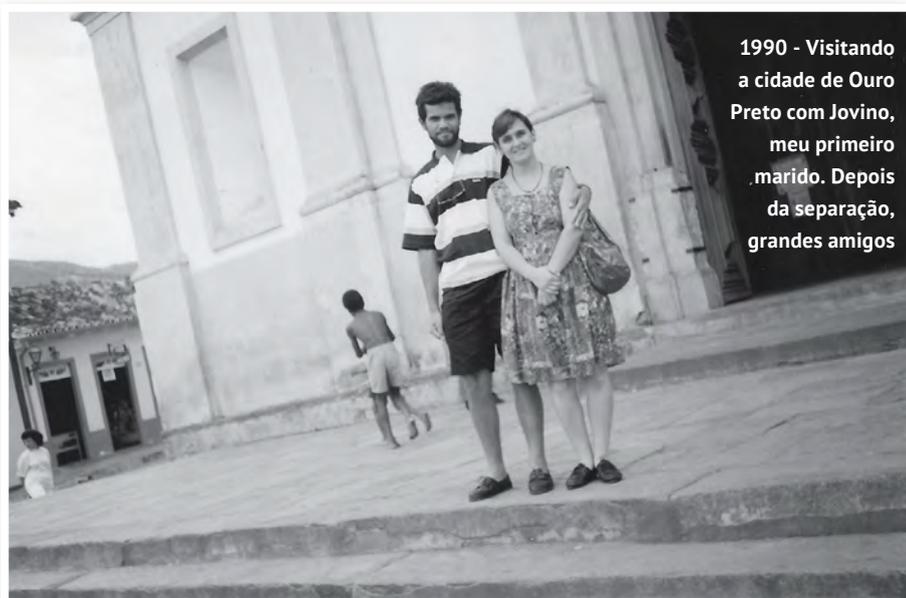
1997 - Coordenando o Seminário *Qual o Futuro da Caixa?*



1996 - Já atuando no Sindicato, cobrando do presidente da Caixa, Sérgio Cutolo, fim da política de reajuste 0 para os empregados. Comigo estava Lilian Cabral, da ApcefSP



1991 - Atividade lúdica com a Equipe da agência. Ribeirão Pires - Caixa



1990 - Visitando a cidade de Ouro Preto com Jovino, meu primeiro marido. Depois da separação, grandes amigos



1984 - Participando com o grupo de jovens da igreja Católica do Encontro Regional da CUT. Estou de chapéu

Artigos



O BRASIL NÃO PRECISA DE UM BANCO, PRECISA DA CAIXA

A Caixa Econômica Federal chega aos 161 anos. Fundada no Império, passou pelo nascimento da República, pelos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, militares, abertura democrática, governos liberais, democrático-populares e sobreviveu até os dias de hoje pela capacidade de superação e porque, como outras empresas públicas, cumpriu um papel fundamental para o crescimento e desenvolvimento do país.

A Caixa adquiriu ao longo dos anos, notoriedade na gestão de políticas públicas. Falar de sua constituição é descrever um processo inovador e ousado. Criada ao final do século XIX, em um momento em que se intensificava o sonho da liberdade no país. Essa relação do banco com o sonho dos brasileiros permanece até hoje. Atualmente, é o caso do apoio da instituição para que todos tenham uma conta bancária, viável por meio da conta Caixa Fácil e agora com a poupança digital. Outro sonho que a Caixa ajudou a tornar realidade é o da casa própria, com o Programa Minha Casa Minha Vida. O sonho de ganhar nas loterias, na Mega da Virada. Enfim, a Caixa dá vazão ao sonho da melhoria de vida, da ascensão social e de um futuro melhor.

Em 2020, fomos acometidos pela pandemia da Covid-19 e, mais uma vez, como em outros momentos históricos do Brasil, como a incorporação do Banco Nacional da Habitação (BNH), na década de 80; centralização das contas do FGTS, 1991; gerenciamento do Bolsa Família, 2003; os trabalhadores da Caixa foram desafiados.

Os empregados, verdadeiros protagonistas dessa longa história, concursados, comprometidos, com alta escolaridade, mesmo sob risco de contágio, pressionados, ficaram na linha de frente e deram conta de atender, em tempo recorde, metade da população brasileira, algo em torno de 120 milhões de pessoas.

A população brasileira, mesmo fazendo críticas à falta de pessoal suficiente para garantir um melhor atendimento, valoriza e reconhece o papel da Caixa. Todas as últimas pesquisas de opinião realizadas por

grandes institutos, como Datafolha, afirmam, por ampla maioria, ser contra a privatização da Caixa.

Não obstante a isso, a política do governo de privatização das operações e ativos do banco vem acontecendo, o que tende a enfraquecer sua autonomia e sustentabilidade no médio prazo.

A atuação e os investimentos estatais também podem ser fatores de estabilização econômica, do nível de emprego e da renda, na medida em que, por não obedecerem apenas à lógica de mercado, asseguram um mínimo de expansão da demanda agregada, atuando como instrumento de políticas anticíclicas, em momentos de crise, como a que vivemos nesse momento.

Se hoje o Estado conta com um banco público centenário, do porte da Caixa, que pode ser usado para o crescimento do país ou mesmo em momentos de calamidade pública, é porque, ao longo de muitos governos, incluindo o atual, os empregados, entidades sindicais e associativas e movimentos organizados empunharam a bandeira da defesa de manutenção do banco público frente às iniciativas de privatização.

Só dessa forma, 100% pública e íntegra, a Caixa estará pronta para continuar por mais 161 anos a servir e fazer a diferença na vida dos brasileiros.

Publicado em 10/01/2022

ELEIÇÃO DE TRABALHADORES PARA CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO: ORIGEM E CONCEITOS

RESUMO

Este texto apresenta os principais conceitos, o histórico e a experiência brasileira e internacional da participação de trabalhadores nos conselhos de administração das empresas, discutindo a importância dessa boa prática para o aprimoramento da governança das empresas. Destaca também tanto a necessidade do aprofundamento de debate sobre o tema quanto de sua apropriação pelo movimento sindical, visando garantir a sustentabilidade e perenidade das empresas públicas e privadas. Salienta, ainda, o alinhamento dessa boa prática com o conceito ESG - Environmental, Social and Governance, que expressa que a operação das empresas deve ser socialmente responsável e sustentável, e que as empresas devem ser corretamente gerenciadas, sempre atentas aos impactos gerados ao meio ambiente, à sociedade e aos parceiros e colaboradores.

Palavras-chave: Participação dos trabalhadores. Conselho de administração. Governança corporativa. Gestão. Boas práticas.

HISTÓRICO E CONSIDERAÇÕES GERAIS

Em linhas gerais, a participação ou o envolvimento dos trabalhadores na empresa consiste em qualquer processo ou mecanismo que permita a eles exercer alguma influência sobre seu próprio trabalho e sobre as condições em que o realiza. Essa definição ampla engloba um vasto espectro de práticas, que se estende desde o direito à informação e consulta até a codeterminação/cogestão ou, inclusive, a organização em cooperativas. (Fernanda Giorgi, 2015)

Sua origem remonta à ideia de que a essência da democracia reside na participação, conceito utilizado pela Constituição de Weimar de

1919, da Alemanha. Foi uma das primeiras do mundo a prever direitos sociais, que incluíam normas de proteção ao trabalhador e o direito à educação, influenciou o texto da Constituição do Brasil de 1934.

A atuação dos trabalhadores para tornar-se efetiva deve realizar-se tanto na esfera política (representação política) quanto nas esferas econômica (produção e distribuição justa) e social (criação e consolidação de contrapoderes para fazer frente à posição dominante dos empresários e, assim, alcançar melhores condições de trabalho e de vida). Contêm raízes, ainda, na história e experiência do movimento sindical, bem como no desenvolvimento de sistemas nacionais de administração do trabalho e relações trabalhistas.

Nesse sentido, as formas e os modelos de participação variam conforme o grau de evolução e estabilidade das instituições do país ou região em que se desenvolve, estando condicionadas por diversos fatores como: o sistema de relações industriais; o sistema de administração do trabalho; os modelos de representação dos trabalhadores (nível de liberdade para formar entidades sindicais e para agir coletivamente); a natureza pública ou privada da relação de trabalho; a estrutura e a dimensão organizacional da empresa, do mercado; e as relações entre fontes normativas legais e convencionais.

A propósito, é importante distinguir a negociação coletiva como uma forma peculiar de participação dos trabalhadores, em que prima o conflito de interesses (oposição capital e trabalho) e a confrontação (uso de mecanismos de força para pressionar a parte antagônica - ex. direito de greve). O que contrasta com os métodos participativos ora analisados, cujo traço fundamental está na ideia de interesse mútuo entre trabalhadores e empresários. Vale ressaltar que, na prática, em alguns países, negociação coletiva e participação compartilhem elementos organizacionais e procedimentais, de maneira a conjugar interesses conflitantes e cooperativos. (Fernanda Giorgi, 2015)

Feitas essas considerações, cumpre destacar que os diversos modelos de participação de trabalhadores têm como característica comum o fato de que fazem parte de um complexo sistema de relações coletivas da empresa, por meio dos quais os trabalhadores, a

partir de um núcleo mínimo de informação, pretendem influenciar as decisões de gestão. Assim, não são um mecanismo isolado nem substituem a combinação conflito/negociação e, por isso, servem às entidades sindicais como ferramenta adicional para a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, servem aos empresários na medida em que favorecem a redução de conflitos, a implementação de técnicas produtivas e organizacionais flexíveis/adaptáveis, a legitimação de medidas de reestruturação profunda (aspecto altamente relevante em momentos de crise) e, portanto, atendem à necessidade de competitividade do sistema econômico. (Fernanda Giorgi, 2015)

É claro que as vantagens acima listadas contêm dentro de si riscos para trabalhadores e empresários, os quais, somados aos fatores mencionados, implicam a maior ou menor efetividade dos modelos de participação adotados em cada país. De um lado, os trabalhadores responderão civil e penalmente pelas decisões tomadas pela direção ao participar da gestão da empresa, independentemente da sua capacidade para efetivamente influenciar na escolha; e, ainda, devem responder à sua categoria pelas decisões polêmicas que venham a ser adotadas (conflito de interesses). As empresas ficarão mais expostas e fiscalizadas, mas poderão garantir mais valor para os negócios. A participação dos trabalhadores cumpre a função de aprimorar a governança dos conselhos das empresas, ampliando a fiscalização dos recursos, gerando mais transparência e credibilidade, garantindo pluralidade ao debate estratégico dos negócios e, no caso das estatais, ampliar sua função pública. Conselheiros eleitos são o elo entre os interesses da sociedade e a gestão das empresas.

VISÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)

A OIT tem demonstrado interesse na questão do envolvimento dos trabalhadores na empresa há muitos anos e, por isso, o tema é objeto de estudo e discussão desde a década de 1960, o que culminou com a elaboração de vários instrumentos normativos.

De acordo com os documentos produzidos/debatidos na OIT, o termo participação dos trabalhadores na empresa é empregado em sentido estrito, referindo-se necessariamente à tomada de decisões gerenciais no âmbito da empresa. Assim, as formas de negociação coletiva estão compreendidas nesse conceito, enquanto os esquemas de envolvimento dos trabalhadores nos resultados do negócio (como, por exemplo, participação nos lucros) estão excluídos.

Essa visão deriva do panorama traçado pelas pesquisas conduzidas até o momento, que apontam para uma tendência mundial de incremento (paulatino) da participação dos trabalhadores na tomada de decisões em nível empresarial. Embora seja inegável que o tema é polêmico e que o debate continua em aberto, é forçoso reconhecer que há uma conscientização cada vez maior sobre a democratização das relações do trabalho e seus matizes (condições de trabalho, modernização dos sistemas produtivos, globalização, competitividade, eficiência, crises financeiras etc.). De fato, o que varia de país para país é a forma como essa participação é conquistada e estruturada. (Trabalho, 2022)

MODELOS DE REGULAMENTAÇÃO PELO MUNDO

A regulamentação do direito de participação dos trabalhadores, como já assinalado, varia de país para país em função de diversas variáveis. A seguir, destacamos algumas dessas variáveis, apontando os correspondentes modelos de participação. (Fernanda Giorgi, 2015)

Algumas características da empresa determinam a natureza e a quantidade das relações de trabalho existentes e, por isso, influenciam as formas de participação.

a) Propriedade da empresa — alguns países contemplam o direito de participação dos trabalhadores apenas para as empresas públicas; outros, garantem esse direito tanto para as empresas públicas quanto privadas; outros, ainda, matizam esse direito conforme a personalidade jurídica do empregador ou conforme a porcentagem de participação estatal no capital societário.

b) Tamanho da empresa — muitos países estabelecem um tamanho mínimo da empresa (quantidade de trabalhadores) para aplicar a

regulamentação do direito de participação.

A configuração dos órgãos de administração também condiciona os modelos de participação.

a) Estrutura — geralmente, a direção das empresas pode ser organizada de duas formas:

(I) modelo monista, no qual existe um conselho de administração que é responsável pela gerência e pela supervisão; ou

(II) modelo dualista, em que se dividem as funções de gestão e supervisão entre dois órgãos diferentes e autônomos.

A participação dos trabalhadores varia conforme o arranjo gerencial da empresa. No modelo monista, os trabalhadores integram o conselho de administração; enquanto no modelo dualista, compõem o conselho de vigilância ou de controle.

b) Proporcionalidade da representação — a quantidade de trabalhadores que integra os órgãos de gestão oscila entre um (01) até a metade do conselho.

c) Responsabilidade dos conselheiros — o grau de influência exercido pelos conselheiros sobre as decisões gerenciais da empresa varia desde a simples recomendação até a vinculação da tomada de decisão (ou seja, necessidade de aprovação prévia).

EXPERIÊNCIA EUROPEIA

O levantamento sobre a regulamentação legal de representações em conselhos de administração nos países europeus e América Latina que transcrevo, foi realizado por (Fernanda Giorgi, 2015), em nota publicada pela LBS advogados, em 2015.

De maneira similar, a União Europeia dedica-se ao envolvimento ativo dos trabalhadores na empresa, reconhecendo o papel fundamental das entidades representativas dos trabalhadores. Efetivamente, nos termos da legislação comunitária, o envolvimento dos trabalhadores — definido como qualquer mecanismo, incluindo informação, consulta e participação, por meio do qual os representantes dos trabalhadores possam influir sobre as decisões gerenciais que serão tomadas pela empresa — deve ser protegido e promovido pelos países

membros da Comunidade.

Desse modo, os países membros da Comunidade estão legalmente comprometidos a aplicar, em cooperação com entidades sindicais, mecanismos de envolvimento/participação dos trabalhadores, devendo respeitar os patamares mínimos estabelecidos na legislação comunitária (ou seja, ajustes podem ser feitos apenas para ampliar direitos).

A regulamentação regional disciplina duas formas de envolvimento dos trabalhadores, priorizando os objetivos e efeitos que o instituto deve alcançar, qual seja, influenciar as decisões gerenciais da empresa:

a) Participação disjuntiva, que consiste em procedimentos de informação e consulta, cuja implementação deve ocorrer antes da tomada de decisão pela empresa, com tempo hábil para o exame dos dados fornecidos e para o diálogo efetivo entre trabalhadores e empregados; e,

b) Participação integrativa, que se traduz nos meios necessários para que os trabalhadores, ou seus representantes, possam influir nas decisões gerenciais tomadas pelos órgãos administrativos da empresa — seja pela eleição ou designação de membros para compor os órgãos de gestão/supervisão da empresa (participação direta), seja pelo direito de recomendar ou vetar a designação de alguns dos membros dos órgãos administração (participação indireta).

O sistema normativo de garantia de participação de trabalhadores em fóruns de gestão das empresas ocorreu após as duas guerras mundiais, em meio aos dilemas da reconstrução da Europa, da implantação de um Estado de Bem-estar Social, em resposta aos movimentos trabalhistas e ao socialismo soviético, o qual rivalizou com o modelo Capitalista durante a Guerra Fria. Afinal, era preciso demonstrar qual dos modelos proporcionava melhor qualidade de vida aos seus cidadãos, e da discussão de uma política de relações humanas no trabalho, por intelectuais americanos, que tinham como objetivo diminuir os conflitos capital x trabalho, para dessa forma ampliar a produtividade. (Fernanda Giorgi, 2015)

Alemanha. O sistema de participação alemão constitui uma espécie de cogestão, que, por se tratar do modelo mais avançado em

termos de democracia, chama muito a atenção na atualidade (inclusive, sofre pressões para proceder a reformas legislativas restritivas). Na Alemanha, que adota o modelo dualista, os trabalhadores integram o órgão de controle/vigilância, cuja competência inclui nomear e despedir os diretores da empresa, supervisionar sua gestão, participar da elaboração da estratégia empresarial e receber informações diversas (inclusive financeiras). A quantidade de representantes dos trabalhadores no órgão de controle varia conforme o tamanho e a atividade econômica da empresa: (a) nas empresas do setor de ferro, carvão e aço com mais de mil (1.000) trabalhadores, correspondem a metade dos conselheiros; (b) nas empresas com mais de dois mil (2.000) trabalhadores, a composição é paritária, mas, o presidente eleito pelos acionistas detém o voto de desempate; (c) nas empresas que empregam entre quinhentos (500) e dois mil (2.000) trabalhadores, correspondem a um terço dos conselheiros. Não há distinção entre os direitos e as obrigações dos conselheiros que integram o órgão de vigilância, sendo assegurado aos conselheiros dos trabalhadores, inclusive, o reembolso de seus gastos e a necessária formação.

França. O direito de participação nas empresas do setor público está regulamentado desde 1983, contemplando o direito de eleger um mínimo de dois representantes e um máximo de um terço dos membros do conselho de administração (nas empresas com menos de 200 trabalhadores, a quantidade de conselheiros dos trabalhadores pode variar; enquanto naquelas com mais de 200, a conformação do conselho é fixa em um terço). Nas empresas privatizadas, o número de representantes varia entre um e três conforme a legislação vigente à época da privatização e ao tamanho do conselho de administração. Além disso, a partir de 1993, admitiu-se que as empresas privatizadas suprimissem o direito de participação. A partir de maio de 2013, a participação dos trabalhadores passou a ser obrigatória para quaisquer empresas que possuam mais de cinco mil (5.000) trabalhadores na França ou, pelo menos, dez mil (10.000) em todo o mundo, sendo que sua representação pode dar-se nos órgãos de administração ou de controle na proporção de um (01) para doze (12)

ou de dois (2) para mais de doze (12). As normas francesas preveem, ainda, a quantidade mínima e máxima dos representantes, no caso das empresas que decidam voluntariamente conceder participação aos seus trabalhadores (mínimo de 4 ou 5 e máximo de um terço). Em qualquer hipótese, os conselheiros dos trabalhadores não podem exercer funções de natureza sindical.

Holanda. As empresas holandesas podem escolher entre o modelo monista ou dualista, sendo que, em qualquer caso, a representação dos trabalhadores não pode exceder um terço do conselho respectivo. A legislação se aplica às empresas do setor público ou privado que cumpram certos requisitos, como, por exemplo, empregar mais de cem (100) trabalhadores e ter capital social superior a 16 milhões de Euros. É condição de elegibilidade dos representantes dos trabalhadores não ser empregado da empresa nem sindicalista envolvido com a negociação coletiva da companhia.

Grécia. O direito de participação está restrito a algumas empresas públicas (companhias de luz, correios, banco nacional e ferroviária), e o número de representantes costuma ser de dois em cada conselho de administração. As privatizações implicaram redução do direito de participação.

Portugal. Desde a década de 1970, o direito de participação foi reconhecido para empresas estatais e órgãos públicos, estabelecendo-se que compete à empresa fixar o número de representantes dos trabalhadores e o órgão a que integrarão. Na prática, o direito de participação é exercido majoritariamente no setor da saúde (47 empresas de um total das 49) por meio de nomeação de um (01) representante dos trabalhadores para compor um órgão consultivo. A legislação faculta a participação dos trabalhadores nas empresas do setor privado, mas esse direito ainda não foi implementado.

Itália. As empresas italianas podem optar entre três modelos de governança corporativa: (I) modelo monista; (II) modelo dualista; ou (III) modelo dualista italiano, em que a escolha dos conselheiros compete aos acionistas da empresa, e o órgão de controle exerce uma função de auditoria em vez de supervisão. Os trabalhadores,

além de não ter direito de participar dos órgãos de administração da empresa, estão impedidos de ser eleitos para compor esses órgãos (são inelegíveis). Em 2012, promulgou-se uma lei que autoriza as sociedades anônimas, de estrutura dualista e com mais de trezentos (300) empregados, a constituir conselhos de vigilância com a participação de trabalhadores. Mas a implementação desse sistema depende da regulamentação da lei.

Reino Unido. Não existe direito de participação dos trabalhadores nos órgãos de gestão das empresas. As experiências de participação ocorridas em empresas estatais na década de 1970 foram eliminadas pelo governo Margaret Thatcher (1979-1990). Desde então, a excepcional presença de trabalhadores nos órgãos de administração é verificada em empresas estatais ou controladas por trabalhadores, sendo que a escolha do representante compete aos acionistas.

AMÉRICA LATINA

O ordenamento jurídico de alguns países da América Latina contém a previsão programática, com maior ou menor grau de compromisso, do princípio da participação dos trabalhadores na empresa. O que implicou experiências concretas de participação em países como Argentina, Chile e Peru na década de 1970. Mas é difícil avaliar os resultados dessas experiências, que foram efêmeras, na medida em que fatores políticos e econômicos (crise) interromperam o processo de implementação de sistemas de participação na região. Aliás, a incipiência desse direito na América Latina levou o professor uruguaio Oscar Ermida a afirmar que a participação do trabalhador na empresa é quase inexistente na região. O estado atual da participação em alguns países da região:

Argentina. Embora haja previsão constitucional de uma espécie de cogestão, por falta de regulamentação infraconstitucional, esse direito não se implementa. De modo que a participação dos trabalhadores consiste nos comitês de empresa (controle posterior das decisões gerenciais), nas comissões paritárias das convenções coletivas e na representação sindical na empresa.

México. A Constituição de 1917 prescreve a participação nos lucros da empresa, excluindo expressamente a faculdade de intervir na direção ou administração das empresas. Além disso, a legislação infraconstitucional disciplina a criação de comissões mistas para tratar dos temas de formação/capacitação e saúde/segurança, de natureza conciliatória.

Uruguai. O texto constitucional que estabelece a participação dos trabalhadores nas empresas estatais ainda não foi implementado por falta de regulamentação infraconstitucional. Também não foram postas em prática as leis que tratam da criação de conselhos paritários para tratar de sanções administrativas, saúde/segurança e férias anuais (fruto da resistência do movimento sindical e dos empresários).

Venezuela. A lei trabalhista (1990) determina que os entes e as empresas públicas (com capital social majoritariamente estatal) devem contar com, pelo menos, dois diretores que representem os trabalhadores (um representante nomeado pela entidade sindical mais representativa; e outro, eleito pelo voto direto e secreto dos trabalhadores da empresa). Esses diretores possuem as mesmas garantias, direitos e obrigações que os demais representantes da direção da empresa, sendo que sua presença é condição de validade das decisões gerenciais. Ademais, fomenta o incremento da participação dos trabalhadores no que se refere a questões de saúde, condições de trabalho e assistenciais, bem como à implementação voluntária de mecanismos de participação nas empresas privadas.

BRASIL: DA CIPA, 1944, À ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS EM 2010

A primeira iniciativa de presença de trabalhadores em órgãos internos de empresas aconteceu no Governo Getúlio Vargas com a criação da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, que teve sua origem a partir do Art. 82 do Decreto-Lei 7.036, de 10 de novembro de 1944. Especificamente, descrito a seguir:

“Art. 82. Os empregadores, cujo número de empregados seja superior a 100, deverão providenciar a organização, em seus estabeleci-

mentos, de comissões internas, com representantes dos empregados, para o fim de estimular o interesse pelas questões de prevenção de acidentes, apresentar sugestões quanto à orientação e fiscalização das medidas de proteção ao trabalho, realizar palestras instrutivas, propor a instituição de concursos e prêmios e tomar outras providências, tendentes a educar o empregado na prática de prevenir acidentes.”

A Constituição Federal de 1967, com a Emenda Constitucional nº 1, de 17/10/1969, acolheu, enfim, sob a influência alienígena, a participação dos trabalhadores na gestão da empresa, ao assegurar-lhes a “integração na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, segundo for estabelecido em lei” (artigo 165, inciso V). No entanto, tal prescrição revelou-se letra morta, face a não regulamentação ordinária do tema. Igualmente, no mesmo alinhamento, a Constituição Federal de 1988, Art. 7º, XI, praticamente reproduziu a previsão constitucional anterior, garantindo aos empregados a “participação nos lucros e resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei”. (Oliveira, 2001)

Na década de 90, houve iniciativas de eleger trabalhadores para diretorias executivas de bancos públicos, exemplos foram Caixa, BB, Banespa, Nossa Caixa. A experiência não se consolidou, o governo FHC, com sua política privatista e de perseguição às representações, acabou com essa garantia.

Somente em novembro de 2001, foi editada a Lei Federal nº 10.303, que introduziu significativas alterações nas Leis nº 6.404/76 e 6.385/76. No contexto dessa reforma legal, entre outras importantes matérias, foi admitida a participação de representante dos empregados no Conselho de Administração das companhias.

Da nova previsão legal, pode-se extrair que: o modelo participativo dos empregados é facultativo aos acionistas; caberá ao estatuto da companhia a sua regulamentação; a participação é reservada a “representantes” dos empregados; os conselheiros representantes serão eleitos diretamente pelos empregados; haverá participação dos sindicatos que representam os trabalhadores; a companhia organizará a eleição.

No final do seu governo, o ex-presidente Lula sancionou a Lei nº 12.353, em 28/12/2010, regulamentada pela Portaria 26/2011 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tornando obrigatória a participação de um representante dos empregados nos conselhos de administração das empresas estatais com número superior a duzentos (200) empregados próprios.

A referida lei estabeleceu que o representante dos empregados deverá ser escolhido dentre os empregados ativos da empresa pública, pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem.

Mais recentemente, com a edição da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, a chamada “Lei das Estatais” ou “Lei de Responsabilidade das Estatais”, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016, de 27/12/2016, o direito à representatividade dos empregados no Conselho de Administração foi reforçado, por meio do artigo 19 da Lei e 33 do Decreto, que garantiram a participação, no Conselho de Administração, de representante dos empregados. (Públicas C. N., 2021)

ESTADOS UNIDOS, PRIMEIRA INICIATIVA EM 1919

Os Estados Unidos têm, em Massachusetts, a lei de codeterminação mais antiga do mundo, que está em vigor continuamente desde 1919, embora seja apenas voluntária e voltada para empresas de manufatura.

Com o *Vote in Governance Corporate* ‘(2019) 42 Seattle University Law Review 697’. muitas universidades permitem que os funcionários votem na estrutura de governança. Na década de 1970, várias grandes empresas, incluindo a Chrysler, designaram trabalhadores para seu conselho de administração, em conformidade com o acordo coletivo com o sindicato.

Mesmo assim, os americanos ainda estão distantes de ter uma legislação que chegue perto das discussões sobre codeterminação e cogestão nas empresas, como os europeus, mas mudanças vêm sendo impulsionadas pela crise do capitalismo e reorganização dos trabalhadores. Segundo levantamento da Universidade de Cornell, até 15

de dezembro de 2021, ocorreram 250 greves nos EUA e aumentou o número de sindicalizações.

Concomitante a esse movimento, a crise econômica e a falta de geração de empregos trouxeram novos debates para o cenário político.

Em agosto de 2018, a senadora democrata Elizabeth Warren patrocinou uma nova Lei do Capitalismo Responsável que exigiria que 40% do conselho de administração fosse eleito por funcionários de empresas federais com receita superior a US \$ 1 bilhão.

A presunção que une as ideias de Warren é que, se as corporações vão ter os direitos legais das pessoas, devem agir como cidadãos decentes que defendem sua parte justa do contrato social e não agem como sociopatas cuja única obrigação é a rentabilidade — como é atualmente convencional no pensamento empresarial americano.

Warren quer criar um Escritório de Corporações dos Estados Unidos dentro do Departamento de Comércio e exigir qualquer empresa com receita superior a US\$ 1 bilhão — apenas alguns milhares de empresas, mas uma grande parte do emprego global e da atividade econômica — para obter uma carta federal de cidadania corporativa.

A carta diz aos diretores da empresa que considerem os interesses de todos os *stakeholders* relevantes — acionistas, mas também clientes, funcionários e comunidades em que a empresa atua — ao tomar decisões. Mais concretamente, as corporações dos Estados Unidos seriam obrigadas a permitir que seus trabalhadores elejam 40% da adesão ao seu conselho de administração.

Para balizar a proposta, em 2018, a Civis Analytics, empresa de dados democrata, perguntou a uma grande amostra de americanos sobre a codeterminação, completa com um enquadramento partidário explícito: *Em muitos países, os funcionários de grandes empresas elegem representantes para o conselho de administração de sua empresa, a fim de defender seus interesses e pontos de vista para a gestão. Os democratas dizem que isso dá aos trabalhadores regulares uma opinião maior sobre como suas empresas são administradas e aumentarão os salários, enquanto os republicanos afirmam que isso torna as empresas menos eficientes e ruins para a economia. Você apoiaria deixar que funcionários de*

grandes empresas elejam representantes para o conselho de administração de sua empresa?"/>. (Yglesias, mattyglesiasmatt, & vox.com, 2021)

Eles encontraram amplo apoio para a ideia, mesmo entre os eleitores republicanos.

CONCLUSÃO

A participação dos trabalhadores na empresa é tema complexo tanto no que se refere à sua formulação teórica (ambiguidade dos termos e sobreposição de institutos) quanto no que diz respeito às experiências práticas verificadas no mundo (pluralidade de regulações e suscetibilidade a fatores exógenos às relações de trabalho — como crises políticas e econômicas). Do ponto de vista sindical, é um instituto que apresenta oportunidades e desafios: instrumento para influenciar as decisões gerenciais versus conflitos de interesses, capacitação, responsabilidade civil e criminal pelas decisões tomadas, desequilíbrio de forças entre os membros dos órgãos diretivos. A constante evolução do direito de participação, somada à sua relativamente recente implementação, recomendam que o movimento sindical se aproprie do tema para decidir sobre uma ação estratégica. Afinal, o uso de mecanismos de participação é uma ferramenta adicional de luta por melhores condições de trabalho e de vida, que pode ser imprescindível em contextos de crise econômica e financeira.

Existem estudos que sugerem os benefícios dos sistemas de participação para o enfrentamento dos períodos de crise econômica — como teria ocorrido, por exemplo, na Alemanha por ocasião da crise de 2008.

Com a conquista de lei específica no governo Lula, as eleições ficaram garantidas, mas ainda há muitas dúvidas sobre aspectos legais que orientam tal função.

Nas empresas públicas federais, existem hoje em torno de 461 conselheiros indicados pelo governo, desses, 50 são eleitos pelos trabalhadores. As poucas empresas públicas estaduais, com mais de 200 empregados, também contam com eleitos.

É preciso destacar que existem poucas mulheres no cargo — a presença feminina não ultrapassa os 12% no Brasil, no conjunto do

setor empresarial. Nas estatais federais, alcança 28% entre os eleitos por trabalhadores. (Serrano, 2021)

Assim como nos anos FHC, no atual governo de Jair Bolsonaro, os conselheiros que representam os trabalhadores nas estatais vivenciam ataques ao desempenho de suas funções, seja por se posicionarem contrariamente às privatizações, seja pela defesa intransigente do papel da empresa pública e da valorização de seus funcionários. São situações que colocam em risco a própria democracia, já que atentam contra um representante legitimado nos pleitos.

Está claro que esse espaço de participação ainda carece de debate mais profundo sobre o papel a ser desempenhado e sobre quais ferramentas são necessárias para garantir ao eleito, especialização e independência da gestão da empresa, para efetivamente levar o olhar dos trabalhadores e os interesses sociais para a alta administração, melhorando dessa forma a governança, fiscalização, respeito à diversidade e ao meio ambiente e, conseqüentemente, o aprimoramento da democracia.

De fato, estimular a participação de representantes dos trabalhadores nos conselhos de administração das empresas, que são instâncias que definem seu direcionamento estratégico, pode ser uma boa prática e também pode criar um contraponto importante à visão de curto prazo e de resultados imediatos imposta por dirigentes focados em cumprir somente a agenda dos acionistas, sem preocupação com a sustentabilidade e perpetuidade da empresa e com suas responsabilidades junto outros atores, como empregados, fornecedores e a própria sociedade. Isso vale tanto para empresas públicas quanto privadas.

Tal discussão incorpora plenamente o conceito ESG – Environmental, Social and Governance, surgido em 2005, em uma conferência liderada por Kofi Annan, então secretário-geral das Organização das Nações Unidas (ONU). Esse conceito, resumidamente, expressa que a operação das empresas deve ser socialmente responsável e sustentável, e que as empresas devem ser corretamente gerenciadas, sempre atentas aos impactos gerados ao meio ambiente, à sociedade e aos parceiros e colaboradores.

Sustentabilidade e perenidade das empresas certamente serão defendidas fortemente por seus empregados presentes em seus conselhos de administração.

Essa pauta deve ser incorporada pelos sindicatos e pela sociedade organizada, que podem ousar e encampar o debate para garantir a ampliação da representação no setor público e a conquista desse espaço de representação no setor privado.

Publicado na 21ª Carta de Conjuntura da USCS – Universidade de São Caetano do Sul, em 23 março de 2022. Na revista Rede Brasil atual em 13/03 e no Diário do Grande ABC em 18/03.

BIBLIOGRAFIA

Fernanda Giorgi. (2015). *Presença de trabalhadores em Conselhos de Administração*. Escritório de Advogados LBS, Brasília.

Oliveira, M. P. (2001). A participação de representante dos empregados nos conselhos de Administração. *Benfica Advogados*.

Públicas, C. N. (08 de 2021). *Aspectos legais e desafios para os conselheiros de administração eleitos*. Fonte: Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas: www.comiteempresaspublicas.com.br

Serrano, M. R. (03 de 2021). *Por mais mulheres no Poder*. Fonte: Rita Serrano: www.ritaserrano.com.br

Trabalho, O. I. (05 de 01 de 2022). *Organização Internacional de Trabalho*. Fonte: OIT: <http://www.oit.org.br/>

Tragtenberg, M. (2005). *Administração, poder e Ideologia*. São Paulo: UNESP.

Wikipedia. (05 de 01 de 2022). *wikipedia - Enciclopédia livre*. Fonte: Wikipedia: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Codetermina%C3%A7%C3%A3o>

Yglesias, M., mattyglesiasmatt, & vox.com. (10 de 12 de 2021). *VOX*. Fonte: <https://www.vox.com/2018/8/15/17683022/elizabeth-warren-accountable-capitalism-corporations>

ROMPENDO BARREIRAS PARA REPRESENTAR EMPREGADOS DA CAIXA

Texto da conselheira Rita Serrano resgata sua trajetória, desafios e conquistas como representante dos empregados da Caixa

Em novembro de 2019, fui reeleita como representante dos empregados para o Conselho de Administração, em primeiro turno. Recebi 82% dos votos válidos, numa disputa com 203 candidatos. O resultado me emocionou e garantiu a coragem necessária para seguir em frente, defendendo de forma intransigente a Caixa Pública e os direitos dos empregados. A participação recorde dos colegas na votação e o apoio das entidades mostraram a força do coletivo, da união.

Eu vinha de uma gestão marcada por constantes reuniões em locais de trabalho, cheguei a visitar 22 estados brasileiros, mas, poucos meses depois, com a chegada da pandemia de Covid-19, esses encontros passaram a ser remotos, resultando em rápida expansão da nossa comunicação virtual, com *lives*, publicações, *podcasts*.

A crise sanitária trouxe para os bancários e prestadores de serviço da Caixa um sentido maior da palavra superação, já que a Covid-19 acarretou mortes, tristeza e a necessidade de cumprimento do papel social da empresa, exigindo de seus trabalhadores rotinas extensas (e com grande

Rita continua se posicionando contra

- Colocação de teto no Saúde Caixa no estatuto.
- Privatização das operações (Cartões, Loterias, DTVM, Seguros).
- Criação do banco digital. (instituição financeira subsidiária retiraria da Caixa toda a tecnologia e expertise desenvolvidos para o período da pandemia para futuro IPO)
- Projetos que retirem direitos e ameacem a Caixa e o Patrimônio Público.

RITA SERRANO JUNTOS

1 /RitaSerranoCA 2 +55 11 96188-0437 3 @RitaSerranoCA 4 @RitaSerranoCA

risco de contaminação) para atender dignamente a milhões de brasileiros desamparados pela crise econômica e social.

Junto com as entidades, defendi a necessidade do *home office*, protocolos de segurança nas agências, vacina para todos, contratações, investimentos em tecnologia e humanização das relações de trabalho, sem a cobrança exacerbada por metas.

No debate interno do Conselho, posicionei-me contra a colocação de teto do Saúde Caixa no estatuto, a privatização das operações (Cartões, Loterias, DTVM, Seguros) e todo tipo de fatiamento do banco, como os IPOs; votei contra a devolução dos IHCDs - instrumentos foram usados para que o banco ampliasse sua atuação nas políticas públicas; e a criação do banco digital (outra instituição financeira).



Fui a favor de todas as pautas que envolvem a expansão do papel da Caixa, ampliação das operações, abertura de agências, ocupação de cargos de dirigentes por empregados de carreira, respeito à diversidade, aprimoramento das medidas de sustentabilidade, integridade e maior transparência.

Obviamente, ser minoria não é fácil: o CA é composto por oito membros e, destes, sete, incluindo o presidente do banco, são indicados pelo governo. Sou a única empregada - até setembro era a única mulher - e voz destoante da maioria dos conselheiros em assuntos que envolvam a privatização das operações, a retirada de direitos dos empregados e as ameaças à sustentabilidade, perenidade, uso da imagem da instituição.

Com isso, a pressão é grande e se dá de várias formas. No último período, foi aberto procedimento interno no colegiado contra mim,

sobre supostos conflitos de interesses. Em um deles, questionam meu posicionamento a favor de greve dos empregados ocorrida em abril. Situação parecida acontece também com conselheiros eleitos de outras estatais. Exemplo dos ataques que vivemos no país hoje contra as representações dos trabalhadores e a democracia.

Em resposta, surgiu uma forte onda de solidariedade e apoio vindo dos empregados e das entidades, referendando minha atuação. Primeiro veio dos colegas, com a pesquisa virtual realizada em março passado que apontou que minha atuação como representante dos empregados no Conselho de Administração tem a aprovação de 94% dos trabalhadores da ativa: 79% a consideraram ótima e 15%

boa. A pesquisa foi respondida por 1.754 bancários, sendo 1.201 da ativa e 553 aposentados. Mais recentemente, as entidades sindicais e associativas que representam os empregados da Caixa divulgaram documento em que ratificam o apoio ao mandato.

Os desafios continuam grandes, mas acredito que nosso futuro é muito maior que nosso presente e, por essa razão, sigo nessa jornada de lutas com vocês. Sou uma única voz, mas sei que não estou sozinha. Mais uma vez, convido cada um a participar da gestão, mandando sugestões, críticas, opiniões e fortalecendo, assim, a tão expressiva e bela palavra que nos une desde a origem: Juntos, para o que der e vier.

Mesmo sendo a única eleita de 8 membros, Rita segue superando barreiras, contando com apoio dos empregados e entidades.

- Sofre pressão porque tem posição destoante da maioria do conselho, em matérias que versam sobre privatização das operações da Caixa e direitos dos empregados;
- Pesquisa de março mostrou que 94% dos empregados apoiam sua atuação;
- 79% consideram o mandato de Rita Serrano ótimo;
- Entidades divulgaram manifesto ratificando apoio ao desempenho da conselheira.

RITA SERRANO JUNTOS

/RitaSerranoCA +55 11 96188-0437 @RitaSerranoCA @RitaSerranoCA

Publicado em 06/10/2021

POR MAIS MULHERES NO PODER

Nos conselhos de administração das empresas, as mulheres representam 11,5% dos cargos; exceção fica para as eleitas pelos trabalhadores, 28%

O 8 de Março marca o Dia Internacional da Mulher e, como ocorre tradicionalmente, neste mês as vozes femininas ganham espaço para reivindicar direitos e contar suas trajetórias.

Nos outros meses, em que não ganham, disputam: embora representem 45% da população economicamente ativa no Brasil, estudem mais e sejam maioria por trás dos pequenos empreendimentos e dos chamados trabalhos invisíveis (como cuidar de uma casa, por exemplo), as mulheres ainda são preteridas em cargos e espaços de poder.

Exemplo notório é a composição do atual governo federal, um retrocesso – no governo Dilma, por exemplo, passaram 18 ministras; hoje são duas. Já no Congresso há apenas 75 deputadas (14,6% da Câmara) e 11 senadoras (13,6% do Senado), colocando o país em 140º lugar no ranking de países com representação feminina no Legislativo. Na alta administração das empresas brasileiras, o cenário não é diferente e para se chegar à equidade há uma longa caminhada em curso.

No Brasil, segundo o estudo “Women in the Boardroom” (“Mulheres nos conselhos de administração”), divulgado pela consultoria internacional Deloitte, ao final de 2019, só 8,6% dos assentos em conselhos de administração eram ocupados por mulheres. Ao incluir 49 países, a pesquisa apurou como média 16,9% de mulheres nesses postos pelo mundo. O primeiro lugar coube à Noruega (41%) e o segundo, à França (37%). O Brasil vinha em 38º lugar, abaixo de China (10,6%), Índia (13,8%) e África do Sul (26,4%) e praticamente empatado com a Rússia, para ficar apenas nos BRICS. No fim da lista, figuravam Arábia Saudita e Qatar, nos quais o percentual não chegava a 1%.

Ainda em terras nacionais, estudos mais recentes apontam que, consideradas todas as companhias que fizeram Oferta Inicial de Ações (IPOs) em 2020, de um total de 116 conselheiros apenas 13 são do sexo feminino, o equivalente a 11,2%. É um patamar parecido ao divulgado pelo Spencer Stuart Board Index Brasil no final do ano passado, que apurou percentual de 11,5% de mulheres nos CAs de empresas brasileiras. O crescimento é tímido, mas a boa notícia é que mais da metade dos Conselhos (57%) apresentou pelo menos uma mulher na sua composição, contra 53% no ano anterior. No entanto, no cômputo geral de representantes femininas pelos CAs do país, quando se faz o recorte da raça, reproduz-se igualmente o preconceito: do total de conselheiras apenas duas são negras.

E por que, afinal, somos tão importantes também nos conselhos? Por uma razão óbvia: porque agregar diversidade às discussões e decisões é garantir a representatividade de metade da população, é dar voz a temas como equiparação salarial, políticas de igualdade de gênero, humanização das relações. É também expansão econômica, inclusive do ponto de vista das empresas, sejam elas estatais ou privadas, pois as mulheres entendem melhor as necessidades dos consumidores, da sociedade. Mas o caminho para igualdade é gigante, e começa necessariamente pelas condições de trabalho. Há três anos, por exemplo, o Fórum Mundial divulgou que a equidade de remuneração entre homens e mulheres aportaria um PIB global de 28 trilhões de dólares/ano. No entanto, consideradas as diferenças salariais globais e seu ritmo, isso só seria possível num prazo de 99,5 anos; ou seja, demoraria quase um século.

Uma notícia boa é que nos conselhos das estatais federais, entre os eleitos pelos trabalhadores, as mulheres representam 28% (de 49 eleitos, 14 são mulheres), índice muito acima da média do Brasil. Como representante dos empregados da Caixa, tenho neste momento o privilégio de compartilhar experiências com as também conselheiras eleitas pelos trabalhadores de empresas públicas Rosangela

Buzanelli, da Petrobras; Selma Beltrão (Embrapa) e Débora Fonseca (Banco do Brasil). Todas empenhadas na defesa dos direitos dos trabalhadores e na manutenção dessas empresas a serviço e como patrimônio do povo brasileiro.

Com elas, apresentarei no próximo dia 8, justamente no Dia Internacional da Mulher, uma live para discutir essas e outras questões, a partir das 19h nos canais virtuais da gestão Rita Serrano e do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, que coordeno. Participe e compartilhe: vamos, juntas e juntos, trabalhar para que mais mulheres se tornem líderes em todos os espaços da sociedade, repudiando a discriminação, a violência e o machismo dos que insistem em querer nos calar.

Queremos um mundo de respeito e paz para todos.

Publicado em 05/03/2021, no site www.ritaserrano.com.br

MANOBRA “CRIATIVA” DO GOVERNO: CRIAR ESTATAIS PARA ENTREGAR AO CAPITAL PRIVADO

Em 2018, eram 134 estatais; no ano seguinte, 200. Objetivo é burlar legislação para privatizar sem aval do Congresso Nacional

Um observador desatento do futuro que se debruçasse sobre os anos do governo Bolsonaro até 2021 poderia constatar que houve aumento na criação de empresas públicas. Segundo dados do Boletim das Estatais do Ministério da Economia, em 2016, o país possuía 154 estatais, sendo 106 subsidiárias; em 2017, passou a 146, caindo para 98 o total de subsidiárias. Já no último ano do governo Michel Temer, 2018, houve nova redução, passando a 134 empresas, sendo 88 subsidiárias. Em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, o número de estatais aumentou para 200, com salto na criação de subsidiárias, chegando a 154. E, no início de 2020, eram 197 as empresas públicas, com 151 subsidiárias.

Um pouco mais de atenção, porém, revelará um quadro muito diferente. Longe de defender o patrimônio público nacional, o que o governo federal tem feito é alicerçar uma estratégia para facilitar a venda das empresas públicas sem que para isso necessite do aval do Congresso Nacional. Uma deliberação do Supremo Tribunal Federal, em 2019, proibiu a privatização de estatais sem o aval do Congresso Nacional, mas permitiu a venda de subsidiárias pelo governo federal. A decisão vem sendo objeto de contestação por diversas entidades, partidos e pelo Senado Federal.

Para ilustrar a manobra ‘criativa’: em 2018, a Eletrobras tinha 30 subsidiárias; pulou para 70 em 2019 e passou a 25 no início deste ano;

no mesmo período, a Petrobras saiu de 35, saltou para 50 e hoje tem 49, enquanto a Caixa possuía apenas três em 2018 e hoje já são 12. Com as novas empresas, veio junto a criação de cargos na alta administração, indicações do governo para diretores, conselheiros de administração e fiscal. Uma realidade que destoa da diminuição drástica de trabalhadores no setor, quase 100 mil desde 2015.

Com o surgimento de subsidiárias, são transferidas funções essenciais da empresa-mãe, é o chamado “core business”, que passa para a nova empresa a ser vendida ao investidor privado. Hoje, de acordo com levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e a consultoria Contatos Assessoria Política, o número oficial de 38 processos de privatização se eleva para pelo menos 106 com as operações que envolvem a criação dessas empresas subsidiárias controladas pelo Estado, parte delas já contando com parceiro privado.

Sob o comando do ministro da Economia, Paulo Guedes, que reiteradas vezes deixou explícita sua preferência pela venda do patrimônio público, a lógica desse *modus operandi* se mostra ainda mais perversa: essas novas empresas são criadas com investimentos públicos e, em seguida, entregues ao capital privado, onerando o custo pago pela sociedade.

Denúncias de sindicatos de trabalhadores, partidos políticos e ações do Ministério Público apontam controvérsias no preço de venda de operações como as do Complexo Eólico Campos Neutrais, da Eletrobras; da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), da Petrobras, e de ativos do Banco do Brasil (BB), que vendeu carteira de crédito para fundo administrado pelo BTG.

Ao promover a privatização, o país perde a capacidade de superação da crise econômica e entrega seu patrimônio para multinacionais, muitas vezes estatais nos países de origem, caso dos bancos públicos chineses que vêm comprando ativos no Brasil. Perde capacidade de concorrência e profissionais gabaritados: exemplo ocorre atualmente

no Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), única empresa da América Latina a produzir chips e que acabou de ser liquidada pelo governo federal, justamente quando acontece uma das crises mais impressionantes de escassez de microchips para a fabricação de equipamentos eletrônicos, computadores, celulares e mais. Os trabalhadores do Ceitec estão sendo demitidos e alguns contratados para atuar fora do país.

Tudo isso prova que o Brasil segue na contramão do mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, os Correios estão sob a direção do Estado e foi por meio deles que os norte-americanos receberam auxílio financeiro para a pandemia do coronavírus, embora não disponham de um banco público do porte da Caixa para tal operação (receberam o pagamento via cheque). O mesmo governo dos EUA acabou de anunciar medidas para ampliar investimentos públicos nas áreas de educação, saúde e desenvolvimento, enquanto o Reino Unido acaba de criar um banco público para financiar infraestrutura.

Pesquisa do Transnational Institute (TNI), traduzida para o português e publicada no livro “O Futuro é Público” pelo Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas e pela Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), apresenta cerca de 1.400 casos bem-sucedidos de reestatização em mais de 2.400 cidades de 58 países. O apagão no Amapá ocorrido no final de 2020 ilustra bem a urgência de se rediscutir esse processo de privatização no Brasil. Em menos de 10 anos de concessão sob controle privado, a Subestação de Macapá explodiu, incendiou e colapsou. Frente à incapacidade do setor privado para resolver o problema, o governo teve que pedir socorro para uma estatal, a Eletronorte, que pertence ao sistema Eletrobras e que o próprio governo deseja privatizar.

Por fim, nesse último ano marcado pela pandemia, os serviços e as empresas públicas foram e continuam sendo imprescindíveis para o povo brasileiro. Desde o Sistema Único de Saúde (SUS) à frente do combate da doença até a fabricação de vacinas pelos laboratórios,

a própria Agência Nacional de Vigilância Sanitária (informações do governo federal apontam que mais de 46 serviços da Anvisa considerados essenciais para combater a pandemia foram digitalizados até meados do ano passado) e o desenvolvimento de pesquisas em universidades, passando pela Caixa com o atendimento a milhões de pessoas, tudo revela, de forma explícita, o quanto são insubstituíveis na vida da sociedade brasileira.

Porque, sendo público, será sempre para todos.

Publicado em de 26/05/21, na revista Carta Capital – edição nº 158

NO MOMENTO EM QUE O BRASIL MAIS PRECISA DA CAIXA, O GOVERNO CORRE PARA PRIVATIZAR SEUS ATIVOS

**Manter o banco público sustentável,
íntegro e focado no desenvolvimento do país é
imprescindível para conseguir atravessar a crise**

A Caixa vem sendo alvo dos desejos do tal “mercado” há tempos. Na década de 1990, o projeto de FHC era privatizar, mas não conseguiu, porque a pressão das ruas foi maior.

Em 2015, foi derrotada no Congresso, após grande mobilização social, a redação original do PLS 555 (Estatuto das Estatais), iniciativa do PSDB, que previa tornar o banco S/A e abrir seu capital.

A mesma tentativa aconteceu em 2017, no governo Temer, quando a maioria dos membros do conselho de administração (votou contra) defendeu, na mudança estatutária, que a Caixa se tornasse S/A. Novamente a proposta não vingou graças à mobilização de entidades e parlamentares.

Mas a sanha privatista voltou com força no governo atual, que sempre afirmou não ter interesse em privatizar a Caixa, o BB e a Petrobras. Para conseguir enfrentar a opinião pública, as entidades, os movimentos e os trabalhadores, que são contra a privatização, o governo optou por vender por partes, desfazendo-se dos principais ativos e subsidiárias dessas estatais, operações atrativas para o capital privado. Dessa forma, vai desmantelando completamente o rico patrimônio público, construído por mais de um século.

No caso da Caixa, os últimos balanços já mostram esse movimento. Em 2019, do lucro de R\$ 21,1 bi, R\$ 15,5 bi foram resultados de venda de ativos como ações do banco Pan, Petrobras, BB, IRB e novos acordos comerciais com empresas privadas na área de seguros.

Em 2020, dos R\$ 13,1 bi, R\$ 5,9 bi foram resultado de equivalência patrimonial da Caixa Seguridade, consequência das novas parcerias com empresas privadas.

Agora o banco acaba de vender toda a sua participação do Banco Pan para o BTG Pactual, e tentará, pela terceira vez, realizar o IPO da Caixa Seguridade – a primeira foi em 2015. Existem também projetos idênticos para as operações de cartões, fundos de investimentos, loterias e a criação de outra instituição financeira, chamada de Banco Digital

O balanço anual da Caixa Seguridade de 2020 aponta para lucro líquido recorrente de R\$ 1,8 bilhão, crescimento de 5,2% em comparação com 2019. No quarto trimestre, o faturamento alcançou R\$ 12,6 bilhões, aumento de 33,2% frente ao mesmo período de 2019, superando o resultado do terceiro trimestre e registrando novo recorde.

A companhia obteve R\$ 39,1 bilhões de faturamento no ano de 2020 e 13,5% de *market share* (conforme segmento SUSEP), mantendo sua posição como o terceiro maior grupo segurador do país e alcançando a liderança na emissão de prêmios dos seguros residencial e prestamista.

Diferentemente do que vem sendo afirmado pela direção do governo, não há evidências de que a proposta contribui para a consolidação da Caixa como maior banco de varejo do país, nem tampouco que fortaleça sua governança.

O que posso afirmar é que a proposta diminui a rentabilidade e eficiência, ao comprometer a geração de relevantes receitas futuras para a Caixa. É interessante notar que a Caixa adotou estratégia distinta dos grandes bancos privados. Itaú, Bradesco e Santander não têm ações de suas seguradoras listadas em bolsa.

Para avaliar o caso do BB, que em 2013 abriu o capital da sua seguridade, destaco fala de Paulo Caffarelli, ex-presidente do Banco do Brasil, em entrevista dada à Istoé Dinheiro em 2018:

“Fala-se da abertura de capital da empresa de cartões, a exemplo do que ocorreu com a BB Seguridade. Esses planos vão avançar? Temos evitado qualquer operação que implique na venda de *core business*. O

resultado vai depender mais de serviços. Então, se eu vender uma parte do negócio hoje, vou deixar de receber lá na frente. A venda da BB Seguridade trouxe um bom dinheiro, mas reduziu nossa fatia das receitas. Por isso, na minha opinião, os bancos devem evitar vender suas atividades principais, ou limitar as vendas a fatias mínimas, que não estanquem a geração de resultado futuros.”

Cabe ressaltar que os recursos advindos da venda de ações não serão usados para investimentos ou para ajudar o país a superar a grave crise sanitária e econômica em que se encontra. Pelo contrário: serão revertidos em transferências para o Tesouro, que usará para pagar juros da dívida pública.

A grave pandemia que vivemos colocou à prova mais uma vez a importância e a necessidade de o Estado ter um banco público como a Caixa, com expertise, capilaridade e corpo técnico preparado para enfrentar crises, superar dificuldades e fazer investimentos para a melhoria da qualidade de vida da população.

Mais do que nunca precisamos da Caixa pública, sustentável, íntegra e focada no desenvolvimento do país. Continuarei firme defendendo a Caixa pública e atuando sem trégua contra seu desmantelamento.

Publicado em 07/04/2021

BANCO DIGITAL: INOVAÇÃO OU RETÓRICA PARA A PRIVATIZAÇÃO DA CAIXA?

A Caixa avançou em tecnologia para atender milhões de brasileiros na pandemia, é exemplo de eficiência e inovação pública sem paralelo na iniciativa privada e pode ampliar sua plataforma digital sem necessidade de transferir investimentos públicos para nova subsidiária com o objetivo de privatizar, como quer a direção do banco

A direção da Caixa anunciou, no final de 2020, a intenção de criar o chamado Banco Digital, uma nova instituição financeira, com caráter de subsidiária, CNPJ próprio, para o qual seriam transferidas as operações referentes aos programas sociais, FGTS, microcrédito, habitação e outros serviços comerciais. O Caixa TEM e as poupanças digitais, tecnologias que se destacaram na pandemia, seriam o alicerce dessa instituição.

Os argumentos são de que a nova estrutura trará inovação, maior competitividade, economia com despesas operacionais e possibilidade de comercialização de mais serviços ao público de baixa renda recém-agregado, garantindo sua efetiva bancarização e inclusão digital. A estratégia de abertura de capital desse “banco digital”, caso seja aprovado pelos órgãos reguladores (nesse momento ocorre avaliação do Banco Central), garantiria maior governança e controle.

Votei contra essa proposição no Conselho de Administração, pois considero profundamente danosa para a manutenção e sustentabilidade do banco público; defendo a ampliação dos investimentos em tecnologia e na plataforma digital, e partilho das razões que nortearam minha posição:

Bancos tradicionais investem em plataformas digitais

Com o foco em um novo modelo de negócios voltado para o público mais jovem, os grandes bancos criaram estruturas específicas dos chamados “bancos digitais” para explorar esse nicho de mercado, portanto, buscar novos clientes, novo público. Na maior parte dos casos, são plataformas digitais específicas de comercialização de produtos e serviços bancários. Exemplos: O ITI do Itaú; BB digital; Superdigital do Santander e banco Next do Bradesco.

Já os bancos digitais criados por *fintechs* em geral são arranjos de pagamentos aprovados pelo Banco Central. O Nubank é líder nesse segmento. Existem também os que já nasceram digitais, caso do Original.

Pesquisa feita pelo Credit Suisse em parceria com o Gerson Lehman Group (GLG), segundo relato de Talita Moreira (Valor, 08/01/2021), Brazil Digital Banking Survey: Understanding the ‘neobank’ customer, confrontou a percepção de as *fintechs* representarem uma ameaça implacável aos bancos tradicionais.

Segundo a pesquisa, dos 60 milhões de clientes de bancos digitais no Brasil, a grande maioria deles (87%) também possuía conta em uma instituição financeira convencional e pretendia manter as duas. Os clientes dos bancos digitais eram tipicamente jovens; 70% tinham renda mensal inferior a R\$ 5 mil e viam na gratuidade dos serviços o principal atrativo dessas instituições.

A pesquisa ouviu, em dezembro de 2020, mil clientes de 15 bancos digitais no Brasil, e mostra que a especulação sobre o poder da concorrência das *fintechs* não se comprova, pois faltam a elas instrumentos para alavancagem financeira, investimento em crédito, confiança e solidez, marcas das grandes instituições.

Avanço Digital na Caixa

O avanço digital da Caixa distingue-se dos demais bancos digitais por sua origem e trajetória singulares. Originou-se no meio de uma grave crise sanitária e econômica, a partir de esforços dos empregados que empreenderam e inovaram com recursos exclusivamente

públicos. É um exemplo de eficiência e inovação pública sem paralelo na iniciativa privada. Diferentemente do foco dos demais bancos digitais, nos quais o público principal são os jovens, no caso da Caixa, o que se pretende é atuar com a população do auxílio emergencial, que já conta com a poupança digital. Todo esse salto de qualidade tecnológica deveria ser usado para fortalecer o banco, melhorar a segurança das operações e impulsionar o seu papel como instituição pública, mas o que a direção do banco pretende fazer é o contrário – transferir toda essa herança para outra instituição e, em seguida, privatizar.

As bases para criação do novo banco não se sustentam

Foram abertas 105 milhões de poupanças digitais compulsoriamente, em torno de 40 milhões de pessoas não tinham nenhuma conta bancária. A primeira questão colocada é de como fidelizar e manter esses poupadores ativos com o fim do auxílio, desemprego crescente e a ausência completa de um projeto de desenvolvimento para o país que gere emprego e renda.

A outra bandeira alardeada, a oferta de microcrédito, anunciada como chamariz para esse público, só é possível acontecer nas dimensões pretendidas se for tratada como política pública de governo e, para isso, é necessário ter instrumentos de orientação para pequenos negócios e acompanhamento.

E, para que todas essas ações atinjam o público pretendido – os mais pobres –, é preciso garantir rede de internet barata e universal para a efetiva inclusão bancária e digital. Infelizmente, o Brasil está distante dessa realidade, vivendo profunda crise econômica, sanitária, social e política.

Todos esses produtos e serviços que se pretende transferir para o novo banco podem e devem continuar a ser ofertados pela Caixa diretamente. Não representam, em nenhum caso, oportunidades de negócio ou mercados que demandem estrutura especializada e autônoma, mas, pelo contrário, são conexos e vinculados ao papel que a Caixa já exerce diretamente.

Ou seja, esse “banco digital” prestaria serviços à Caixa (auferindo receitas com essa prestação) que poderiam ser executados direta-

mente e, caso venha a ser privatizado, acabaria por abocanhar clientes e serviços da Caixa.

E olhe que não estamos falando somente dessa privatização: nos últimos anos, foram criadas subsidiárias na área de seguros, cartões, fundos e loterias com o mesmo propósito.

Governo precisa ter projetos para o Brasil. Caixa deve ser instrumento público para o desenvolvimento

Defendo que a Caixa invista maciçamente em tecnologia e em sua plataforma digital tal como seus concorrentes têm feito, mas é inadmissível, indefensável, criar um banco novo que retirará atividades que são sua expertise, em um movimento de autofagia.

A Caixa já detém estruturas, expertise, pessoal qualificado e tecnologias que demandam ampliação e aperfeiçoamento para sua expansão, que podem e devem ser exploradas diretamente pela empresa.

Por ser um banco público, está sujeita a regras de controle e governança, sem comparação com as demais instituições financeiras, o que prova sua solidez.

A criação de uma subsidiária – com natureza jurídica de sociedade anônima – abre grande espaço a que se faça com ela o que já se anunciou antes fazer com a Caixa: abertura de capital e privatização, o que poderá causar prejuízos à sustentabilidade, integridade e autonomia desse banco público, tão necessário para o Estado brasileiro.

A crise da Covid já provou que, sem instituições e serviços públicos, a situação do país seria muito mais grave. O governo precisa ter projeto para o Brasil e não pode continuar se omitindo da responsabilidade e entregando o patrimônio público, favorecendo os grandes investidores privados em detrimento da população brasileira.

Se o Estado brasileiro não tivesse um banco como a Caixa – uma instituição pública com capacidade técnica, expertise e compromisso –, o auxílio emergencial talvez tivesse que ser pago, em pleno século 21, com cheque enviado pelos Correios, como ocorreu nos EUA. A Caixa é um banco público patrimônio da sociedade, e não podemos permitir seu fatiamento.

Publicado em 1/02/2021

A ESPECULAÇÃO SOBRE O LUCRO DA CAIXA: RESULTADOS SÃO POSITIVOS DESDE 2003

Banco público centenário é lucrativo, mas, acima de tudo, essencial para o desenvolvimento do país

A Caixa é um banco público centenário, presente em todo o Brasil. Seus números são sempre impactantes, porque atende a todo o povo brasileiro, especialmente aos trabalhadores. Basta observar seu papel determinante neste momento de pandemia, com o pagamento do auxílio emergencial, para ter um rápido vislumbre da dimensão da importância da Caixa no desenvolvimento do país.

Tamanha capilaridade e resultados, claro, muitas vezes, é usada como cartas no jogo político, como aconteceu recentemente na divulgação dos lucros de 2020, com declarações controversas do presidente da República e da direção do banco. No entanto, é preciso destacar que a Caixa sempre foi uma empresa de alto desempenho (em números e atuação), e questionar a que se deve tal crescimento.

Antes de abordar os balanços da Caixa dos últimos anos, porém, vale mencionar que a instituição de fato deu prejuízo de mais de R\$ 4,6 bilhões, em 2001, no governo FHC. À época, nem mesmo a ajuda do governo federal, de R\$ 9,3 bilhões, foi capaz de melhorar o resultado.

Mas o banco se recuperou e, em 2002, o lucro foi de pouco mais de R\$ 1 bilhão. Estudo recente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com dados a partir de 2003, atesta que a instituição vem registrando lucro em todos os anos seguintes desde então. Em valores atualizados, a Caixa contabilizou lucro líquido acumulado de R\$ 41,3 bilhões durante o governo Lula (2003 a 2010), de R\$ 50 bilhões no governo Dilma (2011 a 2016) e de R\$ 25,4 bilhões no governo Temer (2017 e 2018).

Em 2017, o resultado de mais de R\$ 14 bi foi impactado pelo teto imposto pelo banco ao plano de saúde dos empregados, que liberou provisionamento do benefício futuro em torno de 5 bi. Já em 2019 e 2020, o lucro acumulado foi de R\$ 35,1 bilhões. Mas incluiu valores decorrentes da venda de ativos. No ano de 2019, o resultado foi fortemente influenciado pela venda de Notas do Tesouro Nacional e, principalmente, a venda de ações da Petrobras. Do lucro daquele ano, cerca de R\$ 15 bilhões resultaram de vendas destes ativos: ações da Petrobras, do IRB, do Banco Pan etc. No seguinte, R\$ 5,9 bilhões são de recursos que vieram da Caixa Seguridade.

A Caixa, não se pode esquecer, é muito mais que um banco, porque gerencia toda a política de habitação popular, seguro-desemprego, FGTS, Bolsa Família, entre muitos outros programas voltados ao desenvolvimento do Brasil e seu povo. Ela investe onde os privados passam longe, justamente por não mirar em lucros imediatos ou estrondosos.

Período	Lucro Líquido CAIXA
2003	4.030
2004	3.291
2005	4.546
2006	5.074
2007	4.869
2008	7.464
2009	5.528
2010	6.549
2011	8.467
2012	8.706
2013	9.798
2014	9.714
2015	8.802
2016	4.817
2017	14.124
2018	11.289
2019	22.008
2020	13.169

E, por trás dos números, temos os empregados da Caixa, que se desdobram para dar conta de atender a milhões de brasileiros, como ocorre agora, e ao mesmo tempo cumprir as metas impostas pela direção. Constituem um patrimônio humano essencial para o gerenciamento eficiente de políticas públicas e comerciais.

Por essas razões, não podemos permitir que a Caixa seja dividida por partes e privatizada como deseja o governo federal, pois sua sustentabilidade no médio prazo ficaria ameaçada, e o Estado perderia sua autonomia e capacidade de gerar investimentos e melhoria na qualidade de vida da população brasileira.

Publicado em 14/06/2021

FAKES E FATOS SOBRE O SERVIÇO PÚBLICO E A REFORMA ADMINISTRATIVA

Em 3 de setembro passado, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional a PEC – Proposta de Emenda à Constituição – nº 32, que “altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa”.

Dentre as alterações pretendidas para o serviço público está o fim da estabilidade, a ampliação da contratação temporária e o uso de cargos de livre provimento, com o fim dos concursos, podendo ser feito processo seletivo simplificado com contrato por prazo determinado, corte de benefícios e restrições de promoções e progressões na carreira.

A PEC vai além e propõe carta branca ao Executivo, reduzindo o poder do Congresso Nacional para criar ou extinguir ministérios e órgãos da administração pública, universidades federais, autarquias e fundações e até mesmo órgãos fiscalizadores.

Determina, ainda, que as estatais não poderão assegurar, em negociação ou acordo coletivo, estabilidade aos seus empregados, regidos pela CLT. Com isso, afasta até mesmo a necessidade já reconhecida pelo STF de que demissões sejam motivadas no caso de estatais que prestam serviços públicos. E determina a aplicação imediata às estatais das limitações a direitos, exceto no caso de parcelas indenizatórias.

A nova alteração no art. 173, que prevê “vedar ao Estado instituir medidas que gerem reservas de mercado que beneficiem agentes econômicos privados, empresas públicas ou sociedades de economia mista” ou que “impeçam a adoção de novos modelos favoráveis à livre concorrência”, atinge drasticamente a atuação do Estado, seja na formulação de políticas de desenvolvimento, seja no próprio uso das estatais para exercer atividades em regime de monopólio. A justificativa que acompanha a proposta afirma que o objetivo é “reforçar” a importância da livre iniciativa para o desenvolvimento da economia.

A proposta contém pressupostos que são fakes; vamos aos fatos:

- O Brasil tem muitos servidores públicos. Não é verdade. Em levantamento feito pela OCDE com 30 países, o Brasil foi apenas o 26º no tamanho do serviço público.
- Todo servidor ganha muito. Segundo dados da Atlas do Estado Brasileiro, servidores do Poder Executivo ganham em média R\$ 3,9 mil e, nos municípios, R\$ 2,9 mil. Destaque para o fato de que a grande maioria dos servidores tem curso superior e especialização, e nada menos que 27% têm mestrado ou doutorado (médicos, professores e outros). Os salários mais elevados estão em algumas funções superiores, e no Poder Judiciário e no Legislativo, mas o governo deixou de fora da PEC os magistrados, membros do MP e militares.
- As despesas com pessoal do governo estão fora de controle. As despesas com pessoal e encargos da União se encontram hoje no mesmo patamar de 20 anos atrás (4,4% do PIB), como mostra o Atlas do Estado Brasileiro, do IPEA. E o aumento da despesa com pessoal civil ativo, que o Governo afirma que aumentou 145% desde 2008, na verdade, descontada a inflação, aumentou cerca de 27%, e isso depois da realização de concursos para muitos órgãos, e reajustes para recuperar perdas passadas.
- Servidores não podem ser demitidos. Pelos termos da lei 8.112 e do atual art. 41 da Constituição, para terem estabilidade, os servidores precisam ser avaliados por três anos (estágio probatório) e, depois disso, também podem ser demitidos por falta grave, excesso de despesas e mesmo no caso de desempenho insuficiente. A estabilidade é fundamental para manter a continuidade dos serviços públicos e impedir a partidarização, com a sucessão de diferentes governos.
- O texto fere o direito à livre negociação ao cercear negociações que envolvam estabilidade de empregados de estatais, boa parte regida pela CLT.

- O objetivo com relação a limitar o papel das estatais é claro: favorecer a iniciativa privada, dessa feita, diminuindo o poder do Estado em atuar no desenvolvimento do Brasil por meio de instrumentos de políticas públicas e econômicas. É mais uma medida que visa justificar a privatização do patrimônio público.
- Interessante falar em coibir monopólio estatal quando se permite que o mesmo aconteça com grandes grupos privados que controlam áreas estratégicas, como empresas de mídias digitais, de TV, setores alimentícios, bancos e tantos outros, sem que haja nenhuma política para fiscalizar tal prática.

O conceito desse projeto e de todos os outros deste governo é o mesmo: retirar direitos trabalhistas, destruir tudo o que é público, coletivo, para todos, voltado para as necessidades da população, dessa forma, privilegiando o mercado privado, as multinacionais, os fundos de investimentos, o agronegócio, os interesses dos rentistas e privilegiados.

No centro do debate, está a definição do papel do Estado, tema que ganhou mais relevância no mundo após a pandemia. Afinal, queremos um Estado para todos ou para poucos privilegiados que enriqueceram na pandemia enquanto a maioria da população ficava desempregada?

Na crise, até os mais convictos liberais, os que alardearam o Estado mínimo, a luta contra a corrupção, que sempre defenderam privatização, são os primeiros a buscar a salvação no setor público, apropriando-se de recursos que pertencem a toda a sociedade. Frase de Noam Chomsky retrata essa realidade: “O governo não é a solução quando se trata do bem-estar da população, mas é claramente a solução para os problemas da riqueza privada e de poder corporativo”.

Os servidores públicos e empregados de estatais têm papel fundamental na construção da cidadania, na garantia de direitos fundamentais como saúde, educação, moradia, acesso aos alimentos; enfim, na possibilidade de uma vida melhor e mais justa para a população.

Ao pretender renunciar ao controle público de setores estratégicos, o Brasil atua em descompasso com o processo de reestatização pelo qual passam os países mais desenvolvidos. De acordo com o Instituto Transnacional (TNI, 2020), nos últimos anos, ocorreram 1.400 casos de serviços estatizados em mais de 2.400 cidades em 58 países, entre eles Estados Unidos, Japão, França, Alemanha e outros.

Se é público, é para todos.

Publicado em 17/09/2020

ESTADO PÓS-PANDEMIA E AS EMPRESAS PÚBLICAS

Com a chegada da pandemia pela Covid-19, o papel do Estado volta ao centro do debate mundial. A necessidade de fortalecer políticas públicas para superação da crise remete à relevância das empresas públicas, que no Brasil estão sendo alvo de forte debate ideológico. Diante disso, faz-se necessário um exame cuidadoso sobre suas dimensões mais fundamentais, tais como, o papel desempenhado no desenvolvimento do Estado brasileiro, resultados financeiros e de investimentos, influência na economia do Brasil. Com o objetivo de desmistificar o debate sobre a privatização, mostraremos um retrato sobre a relevância das empresas públicas pelo mundo.

Estado pós-pandemia

Na crise até os mais convictos liberais, os que alardearam o Estado mínimo, a luta contra a corrupção, que sempre defenderam privatização, são os primeiros a buscar a salvação no setor público, apropriando-se de recursos que pertencem a toda a sociedade. Frase de Noam Chomsky retrata essa realidade: “O governo não é a solução quando se trata do bem-estar da população, mas é claramente a solução para os problemas da riqueza privada e de poder corporativo”.

Além de desencadear a pior crise econômica mundial desde a Grande Depressão, a pandemia da Covid-19 levantou o debate sobre a possibilidade de uma transformação profunda no capitalismo como não se vê desde os anos 1980. Economistas, cientistas sociais e políticos começam a apontar – não de forma unânime – que uma maior presença do Estado na economia pode ser o novo normal, em oposição ao modelo que tem vigorado nos últimos 40 anos.

Segundo uma visão mais otimista, a necessidade óbvia da participação do Estado no enfrentamento da atual crise – caso inclusive de países de governos neoliberais como o brasileiro – aponta para um

mundo em que o Estado voltaria a ser protagonista e os governos, mais propensos ao social.

Para Reginaldo Nasser, professor de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mudanças certamente acontecerão, mas também readequações promovidas pelos chamados donos do capitalismo mundial. Em sua opinião, a guinada de economistas liberais, que de repente passam a enaltecer o Estado, deve ser encarada com prudência. “Do ponto de vista dos liberais e capitalistas, em tempos excepcionais como o atual, essas medidas antiliberais, de intervenção do Estado na economia, têm que acontecer, mas depois que passar não terão mais sentido, para eles”, diz. (Nasser, 2020)

Nasser compara o cenário atual com o do pós-Segunda Guerra Mundial, quando “a devastação foi muito pior do que estamos vendo, em número de pessoas mortas e destruição física”. No pós-guerra, o Estado também entrou pesadamente na economia, num período de transição e recuperação mundial, com o Plano Marshall, promovido pelos Estados Unidos, e depois a implementação do Estado do bem-estar social europeu, quando a Europa tinha movimentos sociais e de esquerda muito fortes e atuantes. “Houve uma transição. Mas, depois, as ideias liberais vão paulatinamente entrando novamente no cenário. Na década de 60, os liberais foram gradativamente retomando, até chegarem ao poder com Margareth Thatcher 20 anos depois”.

Nos últimos anos, há um processo de “endireitização” no Brasil e no mundo. Isso significa a defesa do capitalismo, do livre mercado, das privatizações, da desregulamentação da economia e do Estado Mínimo (verdade que grupos mais radicais da Direita são defensores do “Estado Máximo”, na linha das ideias nazifascistas: tudo pelo Estado, tudo pelo Estado, tudo pelo Estado). A redução das políticas de *welfare state*. A aceitação da desigualdade social como algo natural. A valorização do individualismo e do empreendedorismo. A defesa das tradições e da família patriarcal. O combate ao aborto, eutanásia e homossexualidade. Muitas vezes, são exaltados também a “limpeza” ética, e o suposto combate ferrenho à corrupção. (Conceição, 2019)

Importante destacar que a concentração de renda no planeta está atingindo limiares absolutamente obscenos. Os 20% mais ricos se apropriam de 82,7% da renda, os dois terços mais pobres têm acesso a apenas 6%. A contribuição da especulação financeira para essa realidade é significativa.

O sistema financeiro não deve ser um fim, mas um meio de facilitar as atividades socialmente úteis, levando ao desenvolvimento social e econômico das nações. No Brasil, os bancos formaram um cartel, determinam taxas de juros altíssimas, umas das maiores do mundo, e têm alto ganho na especulação financeira, ignorando seu papel de concessão pública do Estado. A intermediação financeira deve servir a economia para a alavancagem da produção, dos serviços e dos empregos e na melhoria da qualidade de vida da população. (Dowbor, *A Era do capital improdutivo*, 2017)

O papel do Estado nesse cenário é central, inclusive na dimensão mundial da crise, na administração de políticas nacionais eficazes e na supervisão dos mercados financeiros, e para cumprir essa função a atuação de bancos públicos é fundamental.

Segundo Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de economia de 2008, o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e Estados repressivos. (Sen, 2007)

Na realidade, sabemos o que deve ser feito, e há consenso planetário, com o distanciamento significativo dos governos Trump, Bolsonaro e Netanyahu. Temos também os recursos financeiros: os 85 trilhões de dólares do PIB mundial, divididos pela população mundial, significam que o que hoje produzimos representa cerca de 15 mil reais por mês por família de quatro pessoas. O problema do mundo não é econômico, é político. Não é de produção, é de distribuição e sustentabilidade. (Dowbor, *Além do Coronavírus*, 2020)

A Europa saiu na frente e já se organiza para o próximo período, 27 países chegaram a um acordo sobre plano de recuperação da região, concordaram em mobilizar 750 bilhões de euros, que a Comissão

Europeia tomará emprestado nos mercados financeiros e que serão distribuídos como subsídios e empréstimos.

Iniciativas individuais de alguns países, como por exemplo, a Alemanha, conhecida pelo conservadorismo, mostram uma maior intervenção do Estado a partir de agora, fazem parte das ações alemãs, ampliação das políticas de garantia de acesso ao crédito, financiamentos a partir do banco público de desenvolvimento, auxílio pecuniário a pequenos empresários, renda básica para desempregados, investimentos em ciência, tecnologia, *startups* e outros

Estatais pelo mundo

As empresas estatais foram sendo criadas no Estado Capitalista contemporâneo, em diversas áreas de atuação e formas jurídicas. A atual configuração do Estado Capitalista posiciona-se no centro das estratégias de acumulação simultânea de recursos de poder político-econômico, cumprindo em outras, as chamadas “funções Keynes-shumpeterianas”, referentes aos cuidados com a estabilidade global do sistema (“funções keynesianas” – garantia de estabilidade geral do ambiente macroeconômico) e com as políticas de geração de complexidade econômica, de criação de novos ciclos de acumulação (“funções shumpeterianas” – garantia de incentivo a novos ciclos de inovação tecnológica e acumulação). Tais funções Keynes-shumpeterianas agem nas duas pontas do sistema econômico, tornando-o vivo em condições de operabilidade e propulsionando-o rumo a novas fases. (Octaviani & Nohara, 2019)

Entre essas duas extremidades, entretanto, há diversas outras infraestruturas econômicas criadas e operadas diretamente pelos Estados nacionais, que condizem com as definições concretas de seus estilos nacionais de capitalismo. Por isso, os distintos Estados capitalistas – sempre em competição entre si por melhores posições no sistema econômico mundial – mobilizam enormes quantias de capital, quer como “Receita Pública”, “Dívida Pública” ou “Gasto Público”. (Octaviani & Nohara, 2019)

Um exemplo dessa realidade mundial é a presença forte e ativa do setor de empresas públicas. Sua atuação em vários setores, cumpre papel estratégico para os respectivos governos nacionais.

Das dez maiores empresas do mundo, tendo-se como referência o valor total do ativo detido, segundo a revista Forbes, em 2019, 60% são empresas estatais, pertencentes a China, Estados Unidos e Japão (Forbes., 2019):

- **ICBC** – China; banco comercial e industrial; com ativos na ordem de US\$ 4,03 trilhões;
- **Fannie Mae** – Estados Unidos; atuante no mercado de hipotecas; com ativos na ordem de US\$ 3,41 trilhões;
- **China Construction Bank** – China; banco comercial: com ativos na ordem de US\$ 3,38 trilhões;
- **China Agricultural Bank** – China; banco agrícola; com ativos na ordem de US\$ 3,29 trilhões;
- **Bank of China** – China; banco comercial; com ativos na ordem de US\$ 3,09 trilhões;
- **Japan Post Holdings** – Japão; conglomerado com atuação em setores como transportes, postal, banco comercial e seguros; com ativos na ordem de US\$ 2,61 trilhões.

Tais conglomerados estatais superam, ainda segundo os dados da Forbes para ativos detidos, em 2019, gigantes de tecnologia da informação, da indústria farmacêutica ou da indústria do entretenimento: Apple, com ativos na ordem de US\$ 373,7 bilhões; Facebook, com ativos na ordem de US\$ 97,3 bilhões; Amazon, com ativos na ordem de US\$ 162,6 bilhões; Microsoft, com ativos na ordem de US\$ 258,9 bilhões; Bayer, com ativos de US\$ 150,3 bilhões; e Wall Disney, com ativos de US\$ 99,9 bilhões.

Os Estados capitalistas contemporâneos produziram também empresas estatais multinacionais, que operam estratégias econômicas em defesa de suas economias para além de suas fronteiras. A *United Nations Conference on Trade and Development* – UNCTAD, em relatório de 2017, identificou aproximadamente 1.500 “Estatais Multinacionais” com mais de 86 mil filiais ao redor do mundo, sendo a Europa detentora de um terço do total.

Segundo a agência, as Estatais Multinacionais foram criadas por seus Estados soberanos com objetivos específicos, como implementar escolhas estratégicas de desenvolvimento, lidar com políticas públicas econômicas para além da perspectiva microeconômica ou de curto prazo, controlar recursos estratégicos ou adotar medidas de segurança nacional. As estatais devem implementar objetivos nacionais e coletivos, que as estruturas empresariais privadas, individuais, centradas no autointeresse e operando a partir da microrracionalidade não têm pretensões ou condições de satisfazer em tempo, escala ou direção hábil. (Octaviani & Nohara, 2019)

De acordo com o critério utilizado pela UNCTAD para identificar empresas estatais, estão as maiores Estatais Multinacionais (não financeiras) do mundo, as seguintes empresas: Volkswagen (Alemanha, indústria automobilística, ativos de US\$ 431 bilhões, participação estatal de 20%); EDF (França, indústria de infraestrutura, ativos de US\$ 296 bilhões, participação estatal de 84%); Japan Tobacco (Japão, indústria de Tabaco, ativos de US\$ 40 bilhões, participação estatal de 33%); Airbus (França, indústria aérea, ativos de US\$ 117 bilhões, participação estatal de 11%); CNOOC (China, indústria de petróleo, ativos de US\$ 179 bilhões, participação estatal de 100%); Renault (França, indústria automobilística, ativos de US\$ 107 bilhões, participação estatal de 15%); StatOil (Noruega, indústria do petróleo, ativos de US\$ 104 bilhões, participação estatal de 67%) e Peugeot Citroën (França, indústria automobilística, ativos de US\$ 47 bilhões, participação estatal de 13%).

Alguns exemplos interessantes de países com grande número de estatais são os Estados Unidos e a China. O país tido mais liberal do mundo, tem nada mais, nada menos que 7 mil estatais, que atuam em setores como: crédito, hipotecas, prisional, seguro habitação, infraestrutura, energia, entre outros. Algumas como a Fannie Mae (com ativos de US\$ 3,4 trilhões) e Freddie Mac (com ativos de US\$ 2 trilhões) estão entre as maiores forças econômicas do mundo. (Octaviani & Nohara, 2019)

A China, país com a mais dinâmica economia do mundo nas últimas décadas, é também o Estado que possui a maior quantidade

de empresas estatais: aproximadamente 150 mil, sendo 55 mil (33%) diretamente subordinadas ao Governo Central. As estatais estão distribuídas entre os mais diversos setores da economia, do turismo à infraestrutura, do setor bancário à biotecnologia. Em 2019, a lista “Fortune Global 500” incluiu 58 estatais chinesas, no mesmo ano, o lucro total obtido com as estatais do governo central chinês chegou a US\$ 286,8 bilhões.

Reestatizações

De 2000 até 2019, ao menos 1.408 serviços foram reestatizados ou estatizados no mundo. Os dados são da pesquisa *El Futuro es Público de 2020*, da TNI (*Transnational Institute*), centro de estudos em democracia e sustentabilidade sediado na Holanda. As reestatizações e criação de novas estatais, aconteceram com destaque em países centrais do capitalismo, como EUA e Alemanha. Isso ocorreu porque as empresas privadas priorizavam o lucro e os serviços estavam caros e ruins, segundo o TNI. Foram registrados casos de serviços públicos essenciais que vão desde fornecimento de água e energia e coleta de lixo até programas habitacionais e funerárias.

Empresas públicas no Brasil

A história das empresas públicas no Brasil começa em 1663, ainda no Brasil Colônia, com a fundação da empresa de Correios do Brasil e, em seguida, em 1694, com a criação da CMB – Casa da Moeda do Brasil. No período do Império, foram criados dois bancos, O Banco do Brasil, em 1808, e a Caixa Econômica Federal, em 1861.

Nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, considerados estadistas do desenvolvimento brasileiro, empresas como a Petrobras (1953), Eletrobras (1961), siderúrgica CSN (1941), BNDE (1952) e o IRB – Resseguro (1939) criaram um ecossistema cuja missão era viabilizar o processo de produção econômica nacional.

A ditadura militar, em seguida, caracterizou-se como um período de regressão social e das liberdades, mas as estatais continuaram a ser utiliza-

das no processo de modernização conservadora da economia, construindo a infraestrutura basista para a industrialização e urbanização.

No final da década de 80, o texto da nova Constituição de 1988, define o provimento de uma série de bens e serviços como propriedade/competência da União e, em alguns casos, de estados e municípios. Dentre eles, podem ser mencionados as jazidas e demais recursos minerais; potenciais de energia elétrica; tratamento e distribuição de água e coleta de esgoto; gestão dos recursos hídricos; infraestrutura aeroportuária; serviços e instalações nucleares; serviços de transporte; e serviços postais.

Durante os primeiros governos eleitos depois da ditadura militar, com destaque para Fernando Henrique, o que se viu foi um processo de privatização e extinção de empresas estatais.

E, ao contrário da expectativa do governo, as desestatizações mostraram-se incapazes de solver a crise fiscal – entre 1995 e 2003, a dívida líquida do setor público passou de 28% para 52% do Produto Interno Bruto (PIB); tampouco aumentaram a eficiência e a qualidade dos serviços prestados – vide política de privatização do setor elétrico que levou o país à “Crise do Apagão” em 2001. (Dieese, 2018)

Em 2002, contudo, foi eleito o presidente Lula, cujo programa econômico foi distinto daquele implementado desde o início dos anos 1990, sobretudo, no que tange à relação entre setor público e sociedade. A partir de então, dentre outras medidas adotadas no campo da regulação, houve reorientação do papel das empresas estatais, o que ensejou o seu fortalecimento e mesmo a criação de novas empresas. Essas passaram a liderar os principais projetos estruturantes do país, por vezes, inclusive, por meio de parcerias com a iniciativa privada.

No período recente, em meio à crise econômica e suas repercussões sobre as contas públicas do país, as empresas estatais voltaram ao centro do debate público, em um contexto permeado por investigações da prática de corrupção envolvendo quadros de direção dessas e de grandes empresas do setor privado.

O governo de Jair Bolsonaro, desde sua posse, acentuou o discurso ideológico das privatizações. Sua equipe econômica listou a venda de empresas como Eletrobras, Correios, Dataprev, Serpro, subsidiárias da Petrobras, bancos públicos e outros.

Até o final de 2019, o governo já tinha levantado, direta ou indiretamente, mais de R\$ 100 bilhões com a venda de ativos. Esse valor inclui as concessões de infraestrutura e a venda de subsidiárias da Eletrobras – que foram realizadas pelo governo Temer, e da Petrobras, incluindo refinarias. Também foram vendidas ações que a União, a CAIXA, o Banco do Brasil e o BNDESPar possuíam em companhias privadas.

Esse programa retoma uma série de conceitos hegemônicos na década de 1990, dentre os quais a desestatização e desregulamentação das relações econômicas e sociais. Em geral, utiliza-se como justificativa para a adoção de tais medidas duas ordens de argumentação. A primeira assenta-se na ideia de que a iniciativa privada, orientada pela busca de lucros, seria mais eficiente na realização de suas atividades e, portanto, daria maior contribuição ao desenvolvimento do país por meio da prestação de serviços ou da produção de bens de melhor qualidade e a preços mais baixos. A segunda ordem de argumentação baseia-se na ideia de que, frente a problemas fiscais, o processo de desestatização permitiria, ao mesmo tempo, enfrentar os crescentes desequilíbrios nas contas públicas e realizar novos e maiores investimentos em infraestrutura. A rigor, esse não é um debate novo.

Investimentos das estatais brasileiras

Até o final de 2019, na esfera federal havia 200 empresas estatais com concentração nos seguintes setores: petróleo, centrais elétricas e bancos. Das 200, 46 estão sob controle direto da União e 154 sob controle indireto. (Economia S. -M., 2019)

No mesmo período, foram contabilizadas em torno de 339 empresas estatais estaduais, que atuam, entre outros, no setor financeiro, saneamento básico, transportes, infraestrutura, habitação, assistência

técnica e extensão agropecuária, tecnologia da informação, abastecimento e desenvolvimento estadual. (Octaviani & Nohara, 2019)

Em 2018, apenas as estatais federais somavam cerca de R\$ 655 bilhões em patrimônio, com ativos totais de 4.717 bilhões. Essas empresas realizaram investimentos expressivos em 2019, que somaram R\$ 58,3 bilhões, de um total de 1.114,4 trilhões de investimento no país (tabela 1).

Além da importante participação no total de investimentos, as estatais federais brasileiras empregavam 476.644 trabalhadores próprios no final de 2019, número 13,4% menor que 2015, devido aos sucessivos incentivos à demissão realizados pelas empresas no último período.

TABELA 1 – Investimentos realizados por Empresas Estatais Federais e o investimento total no Brasil (em R\$ bilhões)

Ano	Investimento realizado pelas estatais federais	Investimento Brasil (FBCF – IBGE)	Investimentos Estatais/ Investimento Brasil
2012	98	997,5	9,8%
2013	113,5	1.114,9	10,2%
2014	95,6	1.148,5	8,3%
2015	80,2	1.069,4	7,5%
2016	56,4	973,3	5,8%
2017	50,4	981,8	5,1%
2018	84,8	1.080,6	7,8%
2019	58,3	1.114,4	5,2%

Fonte: SEST – Ministério do Planejamento; Contas Nacionais – IBGE

Elaboração: Dieese/Fenae

Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES, Eletrobras e a Petrobras – que representam mais de 96% dos ativos totais e mais de 93% do patrimônio líquido das estatais federais – mantiveram a tendência de alta no lucro e fecharam 2019 com R\$ 107,86 bilhões de ganho. Esse

valor representa um aumento de 56% em relação a 2018, quando a rentabilidade foi de R\$ 69,04 bilhões.

Entre essas empresas, o maior crescimento verificado foi no BNDES, que saiu de um lucro de R\$ 6,0 bilhões em 2018 para lucro de R\$ 17,7 bilhões em 2019 (aumento de 164%).

Outro ponto que aumentou desde 2016 foi o total de dividendos e de juros sobre capital próprio (JCP) pagos pelas empresas de controle direto da União. No consolidado das empresas como Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil, CAIXA e BNDES, os valores passaram de R\$ 3,7 bilhões em 2016 para R\$ 19,8 bilhões no fim de 2019.

O valor de dividendos distribuídos pelas estatais exclusivamente para a União também é bastante expressivo, correspondendo a R\$ 333 bilhões, no período compreendido entre 2002 e 2019, com média de R\$ 18,5 bilhões por ano, conforme exposto na Tabela 2.

TABELA 2 – Dividendos das Empresas Estatais Federais pagos à União – 2002-2019 (em milhões de R\$ Valores de Dez/19 – IPCA)

	Acumulado 2002/2019	Média/ano
Banco do Brasil	51.607	2.867
BNB	2.994	166
BNDES	126.412	7.023
CAIXA	61.385	3.410
Correios	7.558	420
Eletrobras	15.083	838
IRB	2.738	152
Petrobras	51.971	2.887
Demais	13.334	741

Fonte: Tesouro Nacional

Elaboração: Dieese – Rede Bancários/SS Fenae

A pandemia no Brasil teve início em 26 de fevereiro de 2020, com a confirmação do primeiro caso, em setembro do mesmo ano, os nú-

meros já eram assustadores, quase 140 mil mortes. A transmissão comunitária foi confirmada para todo o território nacional. A pandemia afetou a economia do país, que já sofria com a falta de investimentos. Em 30 de março de 2020, pela primeira vez, foi prevista retração no Produto Interno Bruto (PIB) para o ano, atrasando mais ainda o fim da recessão e a retomada do crescimento.

Em crises anteriores, os bancos públicos já foram instrumentos de estabilização do “mercado”. Na crise bancária de 1995, por exemplo, quando os bancos Nacional e Econômico colapsaram, gerando instabilidade sistêmica, o governo FHC criou o Proer, um programa destinado a socorrer os bancos privados que entregou bilhões de reais de recursos públicos para instituições privadas mal geridas. Nesse contexto, CAIXA e Banco do Brasil deram uma grande contribuição para salvar os poupadores e debelar a crise sistêmica, adiantando recursos para a criação do Fundo Garantidor de Crédito – FGC, que garante aplicações financeiras dos poupadores, pessoas físicas e jurídicas, até o limite de R\$ 1 milhão de reais.

Os efeitos da crise de 2008 também foram amenizados com a ação contracíclica dos bancos públicos, em especial da CAIXA e do BNDES. Naquela ocasião, o Banco Central disponibilizou liquidez ao mercado com uma política monetária expansiva, mas os bancos privados não se dispuseram a tomar risco. Acabaram por aumentar sua rentabilidade, mas não em função do crédito. Tomaram recursos e alocaram em títulos públicos. Houve um empocamento de liquidez, e os recursos não chegaram às empresas. O incremento de operações de crédito dos bancos públicos, somado ao lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, operado pela CAIXA, e do Programa de Aceleração de Crescimento – PAC, estimularam fortemente a indústria da construção civil e a geração de empregos, diminuindo as consequências da crise.

Em 2020, o grande destaque foi a atuação da CAIXA. Para executar a tarefa de pagar o auxílio emergencial, programa criado para amenizar os efeitos da crise sanitária e econômica, o banco se superou, quebrou o paradigma do atraso tecnológico, e graças a qualidade

de seu corpo técnico, criou aplicativos para cadastro, movimentação de contas, e realizou a abertura de milhões de contas, em prazo excepcionalmente rápido.

Os números que envolvem a operação assustam, provam a relevância do banco, o papel essencial e compromisso de seus empregados, mas também escancaram de forma nua e crua o tamanho da desigualdade social no Brasil.

Foram 108,9 milhões de inscritos, mais de 67 milhões aprovados para receber o auxílio. Concomitante a esses pagamentos, foram disponibilizados recursos do FGTS para 60 milhões de trabalhadores, e 4 milhões para o benefício emergencial de Trabalho e Renda.

Isso mostra que oito em cada dez adultos passaram pelo banco para receber pelo menos um desses programas, para isso foram abertas 92 milhões de poupanças digitais.

Ao pretender abrir mão do controle público de setores estratégicos, o Brasil atua em descompasso com o processo de reestatização pelo qual passam os países mais desenvolvidos, de acordo com estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, pode-se afirmar à luz dos dados colocados, que o Brasil está na contra-mão do mundo.

Muitos setores de atividade econômica, devido a suas características intrínsecas, necessitam de investimentos vultosos e de longo prazo de maturação, que pode se estender por décadas, tais como as estradas e as ferrovias. Em muitos casos, embora possam não ser de interesse para a exploração privada, são fundamentais ao desenvolvimento econômico e social de um país e, por essa razão, a sociedade decide arcar com os custos de sua realização.

Há, por sua vez, algumas atividades que proveem serviços essenciais à vida – como captação, tratamento e distribuição de água e geração, transmissão e distribuição de energia elétrica – e que, sob pena de colocarem em risco a economia do país e a própria sobrevivência da população, não podem ser tratados como uma mercadoria qualquer.

Na maioria dos países, procura-se assegurar, como questão estratégica e de segurança nacional, o provimento de tais serviços na

quantidade e qualidade necessárias e a preços acessíveis tanto para consumo da população, quanto dos diversos setores de atividade econômica. Ademais, os problemas no atendimento à população associados à ineficiência da gestão privada desses serviços têm sido a principal justificativa para sua reestatização generalizada nos países em que foram privatizados.

Para assegurar a oferta e preços adequados, é preciso considerar que alguns setores têm estrutura de mercado muito concentrada: quando não são monopólios naturais, são segmentos de poucos participantes com expressivo poder de mercado (oligopólios), principalmente devido às barreiras à entrada de novos competidores. Essa é uma razão adicional para que o Estado tenha participação significativa nesses mercados, por meio de empresas que possam assegurar um nível de concorrência adequado (oferta e preço), possibilitando a implantação de diretrizes governamentais relacionadas a metas ambientais, escolhas tecnológicas, desenvolvimento regional, patamares mínimos de investimento, expansão da oferta e preços módicos.

A atuação e os investimentos estatais também podem ser fatores de estabilização econômica, do nível de emprego e da renda, à medida que, por não obedecerem apenas à lógica de mercado, asseguram um mínimo de expansão da demanda agregada, atuando como instrumento de políticas anticíclicas. Foi o que se viu no Brasil durante a crise financeira internacional de 2008, quando os bancos públicos, por meio da expansão do crédito e da redução dos juros, exerceram importante papel anticíclico. Ademais, bens escassos e que são insussumos essenciais para o conjunto da estrutura produtiva, em especial petróleo, gás e seus derivados, são estratégicos para o desenvolvimento econômico e social, e os poucos países que detêm grandes reservas e competência para explorá-las procuram protegê-las e utilizá-las da melhor maneira possível. Não à toa, a disputa pelo controle das jazidas deste e de outros bens minerais está na origem de boa parte dos conflitos bélicos nas últimas décadas. (Dieese, 2018)

Por todos esses fatores, em nome do interesse e da soberania nacionais, diversos países têm adotado medidas de “restrição” ao inves-

timento estrangeiro em setores estratégicos, principalmente àqueles na forma de fusões e aquisições. Caso emblemático é a China, que, por meio de suas grandes empresas estatais, tem adotado uma política agressiva de investimento em nível mundial.

Importante lembrar, ainda, que as empresas estatais diferem das empresas privadas na medida em que, por sua natureza, deveriam tomar decisões orientadas pelo interesse coletivo e não apenas por critérios econômico-financeiros. É possível gerir empresas estatais de forma eficiente, sob a perspectiva do interesse público. A análise das experiências de países desenvolvidos mostra a viabilidade de diferentes tipos de gestão no setor público, com controle social, que possibilitam reduzir acentuadamente problemas relacionados à corrupção e à apropriação indevida por interesses privados.

Todos esses indicadores e reflexões nos levam a crer que, por trás da narrativa das privatizações, está a submissão do país às multinacionais e aos governos centrais, e em consequência, a perda da soberania nacional está em jogo, o que exige uma tomada de atitude da sociedade organizada.

O futuro do Brasil e a superação da crise sanitária e econômica, assim como o modelo de desenvolvimento para a humanidade no próximo período, será determinado pelo conceito que as pessoas têm do que é público, pelo modelo de Estado. Queremos um Brasil em que todos possam ter o mínimo necessário para viver, em que os recursos naturais sejam preservados para as futuras gerações, em que as pessoas possam ser livres e felizes, com igualdade de oportunidades, ou um Brasil no qual só um pequeno número de privilegiados tenha esse direito?

Publicado no livro BANESTADO 1928-2000, em 2020

BIBLIOGRAFIA

BAWERK, B. (1985). **Coleção os Economistas**. São Paulo: Editora Abril.

CONCEIÇÃO, J. J. (2019). **Entre a Mão Invisível e o Leviatã**. São Caetano do Sul: Didakt.

DEVELOPMENT, U. N. (2017). **World Investment Report**. Genebra: United Nations Publication.

- DIEESE. (janeiro de 2018). **Empresas Estatais e Desenvolvimento**. Nota Técnica Dieese 189.
- DOWBOR, L. (2017). **A Era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária.
- DOWBOR, L. (2020). **Além do Coronavírus**. Le Monde Diplomatique Brasil.
- ECONOMIA, M. d. (2019). **Boletim das empresas estatais federais Nº 12**. Brasília: Ministério da Economia.
- ECONOMIA, S. M. (2019). **Boletim das estatais federais Nº 13**. Brasília, DF.
- FORBES. (2019). The World's Biggest Public Companies. **Forbes**. Fonte: www.forbes.com/global2000/list/#header;assetssortreverse:true
- FRIEDMAN. (1985). **Coleção os Economistas**. São Paulo: Abril.
- HEGEL. (1984). **Os Pensadores**. São Paulo: Abril.
- INSTITUTE, T. (2018). Fonte: <https://www.tni.org/en>
- KEYNES. (1983). **Coleção os Economistas**. São Paulo: Abril.
- KEYNES. (1983). **Os Economistas**. São Paulo: Abril.
- MARX, K. (1996). **Coleção os Economistas**. São Paulo: Abril.
- NASSER, R. (02 de 04 de 2020). **Rede Brasil Atual**. Fonte: [Que Mundo vai emergir da pandemia do Coronavírus: http://www.redebrasilatual.com.br](http://www.redebrasilatual.com.br)
- OCTAVIANI, A., & NOHARA, I. P. (2019). **Estatais**. São Paulo: Revista dos tribunais.
- OECD. (2018). Ownership and governance os state-owned enterprises; a compendium of national practices. **OECD**.
- PESTANA, M. (2019). **Desenvolvimento Econômico e intervenção estatal**. Fonte: <https://www.otempo.com.br/politica/marcus-pestana/desenvolvimento-economico-e-intervencao-estatal-parte-i-1.2214741>
- SADER, E. (2018). As esferas pública, estatal, privada e mercantil do liberalismo. Em o. E. Sader, **Se é Público é para todos**. Rio de Janeiro: LPP.
- SEN, A. (2007). **Desenvolvimento como liberdade**. SP: Companhia das Letras.
- SERRANO, M. R. (2018). **Caixa, Banco dos Brasileiros**. Brasília: coleção Fenae.
- SHUMPETER. (1996). **Os Economistas**. São Paulo: Abril.
- TNI. (07 de 2020). **El Futuro es Público**. Fonte: TNI - Instituto Transnacional.
- VEJA, r. (24 de agosto de 2019). privatização de bancos públicos enfrenta maior resistencia. **Revista Veja**. Fonte: <https://veja.abril.com.br/economia/privatizacao-de-bancos-publicos-e-a-que-enfrenta-maior-resistencia/>
- WALRAS. (1983). **Os Economistas**. São Paulo: Abril.

FUTURO DA CAIXA DEPENDE DE MODELO DE ESTADO

Introdução

Convém iniciar pela distinção entre governo e Estado. Estado é uma instituição criada para definir a soberania e o conjunto de regras de um território definido, enquanto o governo é o gestor do Estado. Há Estados regidos por governos mais flexíveis, que encontram no povo a soberania; governos menos flexíveis, que retiram a soberania do povo por meio da suspensão e da revogação de direitos; e governos que pretendem controlar a vida da população, tanto nos âmbitos político, jurídico e pessoal. No primeiro caso, podemos afirmar que se trata de um regime de governo democrático; no segundo, regime autoritário e, no terceiro, totalitário.

Neste texto, discuto os bancos públicos, com destaque para a Caixa Federal, e sua atuação no período entre o fim da década de 1980 até os dias atuais, no contexto de diferentes governos e suas políticas para o Estado.

Os bancos públicos têm exercido importante papel na formação e no desenvolvimento do Estado brasileiro, destacando-se entre eles a Caixa Econômica Federal (Caixa), Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), Banco do Nordeste (BNB) e Banco da Amazônia (BASA). Ao longo dos dois últimos séculos, os bancos públicos foram responsáveis pela execução de políticas econômicas e sociais que mudaram a vida de milhões de brasileiros. Os bancos públicos “sobreviveram” a diversos governos e instabilidades de toda ordem. Entretanto, essas instituições veem-se novamente ameaçadas pelo retorno do modelo neoliberal de privatizações e de ataque ao patrimônio público, a partir da eleição do Governo Bolsonaro.

Em suas trajetórias centenárias, o Banco do Brasil e a Caixa – apesar de suas particularidades – mostraram, em vários momentos, capacidade de se transformar, adaptando-se às mudanças estruturais ocorridas no sistema bancário, na economia e na sociedade. Essas ins-

tituições souberam se adaptar à consolidação de novas regras de risco, regulatórias ou legais, nacionais ou internacionais, ao mesmo tempo em que se mostraram indispensáveis como entes públicos.

A Caixa é uma instituição importante, com destaque para a gestão de políticas públicas. Falar de sua constituição é descrever um processo inovador e ousado.

A Caixa foi criada ao final do século XIX, em um momento em que se intensificava o sonho da liberdade no país. Essa relação da Caixa com o sonho dos brasileiros permanece até hoje. Atualmente, é o caso do apoio da instituição para que todos tenham uma conta bancária, viável por meio da conta Caixa Fácil e agora com a poupança digital. Outro sonho que a Caixa ajuda a tornar realidade é o da casa própria, com o Programa Minha Casa Minha Vida. Enfim, a Caixa dá vazão ao sonho da melhoria de vida, da ascensão social e de um futuro melhor.

A instituição sobreviveu aos governos liberais da década de 1990 – que privatizaram praticamente todos os bancos estaduais e outras empresas públicas – e se consolidou como a maior gerenciadora de programas sociais do país, entre 2003 e 2016.

Em 2020, quando tramitavam processos para privatizar as principais operações comerciais da Caixa, surgiu a pandemia pela Covid-19 e, mais uma vez, a instituição foi desafiada. A Caixa atendeu, em tempo recorde, metade da população brasileira, algo em torno de 120 milhões de pessoas. Isso significa que oito entre dez adultos passaram pelo banco para receber benefícios emergenciais, criados para minimizar os efeitos da crise sanitária e econômica, além do PIS e FGTS. A instituição quebrou paradigmas e se tornou o maior banco digital do Brasil, com a abertura de mais de 92 milhões de contas digitais.

Muito embora a instituição tenha fortalecido sua imagem e atuação, o projeto privatista está mantido segundo apontam as autoridades governamentais. O objetivo do governo federal é vender suas operações nas áreas de seguros, cartões, loterias e de títulos e valores imobiliários.

O país passa por um dos piores períodos da sua jovem democracia: governo autoritário; ameaças às regras e instâncias democráticas; Congresso com perfil conservador; milhares de mortos e contamina-

dos pela pandemia. Tudo isso espelha um quadro de enorme instabilidade política, social e econômica.

Nesse cenário, é impossível falar em futuro das empresas públicas e da Caixa sem refletir sobre que modelo de Estado os brasileiros querem e precisam.

Para embasar a discussão e fazer comparativos, vamos resgatar três períodos históricos: o primeiro, entre o final da década de 1980 e 1990, caracterizado pelo modelo liberal de Estado; depois, a consolidação do banco com os governos democrático-populares, entre 2003 e 2016; em seguida, a ascensão do conservadorismo e da retomada do modelo de Estado Mínimo, que vai do golpe de 2016 à eleição de Bolsonaro em 2018 e aos dias de hoje.

Obviamente, esse roteiro segue o olhar de quem esteve na linha de frente da defesa do papel público da instituição. Tenho 31 anos de trabalho dedicados à Caixa, boa parte do tempo atuando no movimento sindical e social. Desde 2014, atuo como representante eleita dos empregados no Conselho de Administração (CA). Acumulei conhecimento sobre aspectos da governança, burocracia e política de atuação do banco no desenvolvimento econômico social brasileiro.

Redemocratização, estado neoliberal¹ (1985-2002): Caixa sob a ameaça de privatização

O movimento pelas “Diretas Já” reuniu, em grandes atos, milhares de pessoas pelo Brasil. Embora não tenha cumprido seu objetivo de imediato, o que causou grande frustração popular, ele impulsionou a derrocada final da ditadura. Em 1985, a chapa Tancredo Neves e José Sarney foi eleita pelo Colégio Eleitoral. Com a morte de Tancredo, quem assumiu foi Sarney. A tão desejada eleição direta só aconteceu em 1989, ano em que Fernando Collor de Mello foi eleito presidente. Seu principal slogan de campanha foi “a caça aos marajás”. Na visão de Collor, entre os marajás estavam os empregados de empresas públicas, como os da Caixa.

1 - O **Neoliberalismo** é uma doutrina socioeconômica que retoma os antigos ideais do **liberalismo clássico** ao preconizar a mínima intervenção do Estado na economia, através de sua retirada do mercado, que, em tese, autorregular-se-ia e regularia também a ordem econômica.

Um dia após tomar posse como o primeiro presidente eleito, no país, de forma direta após quase 30 anos, Collor anuncia – em 16 de março de 1990, em um feriado bancário e véspera de fim de semana – um pacote radical de medidas econômicas, incluindo o confisco dos depósitos bancários das até então intocáveis cadernetas de poupança dos brasileiros. O plano, poucos meses depois, começou a “fazer água”.

A população reagiu com perplexidade, especialmente às medidas de bloqueio do dinheiro. Ao fim do feriado bancário de três dias, longas filas se formaram nas agências. Os bancos não tinham dinheiro suficiente para cobrir saques dos clientes. O comércio também ficou paralisado. Nas agências da Caixa, o caos se instalou. Filas imensas com clientes revoltados ofendiam os empregados, chamando-os de “marajás”.



Foto: Maurílio Claretto/Estadão

Fila em agência da Caixa, no centro de SP, após início do Plano Collor

De forma arbitrária, Collor demitiu, em junho de 1990, 2.341 empregados de uma só vez. Esse fato desencadeou movimento nacional, organizado pelos sindicatos de bancários e entidades associativas, em defesa da reintegração dos demitidos, o que viria a acontecer em setembro, por ocasião da campanha salarial.

Em setembro de 1991, mais demissões. Depois do encerramento da greve que durou 21 dias, 110 empregados foram demitidos. A Federação das Associações de Empregados da Caixa (Fenae) organizou campanha nacional para a sustentação dos demitidos, em que cada empregado doava um valor que correspondia a um tíquete alimentação diário para um fundo, 35 mil autorizaram o desconto. Foi o maior gesto coletivo de solidariedade feito ao longo da história da organização dos empregados da Caixa.

O lema da campanha era: “Não toque em meu companheiro!”. O empregado era simbolizado por uma flor despedaçada no caule e uma mão cuidadosa protegia para amparar e manter em pé a flor já brutalmente agredida. Esse fato foi registrado no filme *Não toque em meu companheiro*, lançado em 2020, dirigido pela cineasta Maria Augusta Ramos.



Arquivo Fenae

Campanha pela reintegração dos demitidos

Em setembro de 1992, Collor sofreu processo de *impeachment*. Assumi em seu lugar o vice Itamar Franco. Em outubro, houve o acordo para

a reintegração dos 110 empregados demitidos. Em 1994, Itamar Franco, então presidente, aprovou no Congresso Nacional a Lei nº 8.878/1994, que anistiou todos os trabalhadores demitidos durante o Plano Collor.

Durante o governo Itamar, foi lançado o Plano Real,² tendo à frente o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), que em seguida se tornaria presidente da República.

A perspectiva teórica adotada no Plano Real e a visão sobre o papel do Estado na estratégia de desenvolvimento definiram a aceitação do ideário neoliberal de levar adiante o processo de privatização, iniciado por Collor, e o corte no aparelho estatal.

A privatização de empresas e bancos estaduais eliminou a possibilidade de realização de gastos públicos e transferiu ao setor privado o domínio de áreas estratégicas da economia. Como exemplo, pode-se citar as vendas da Usiminas, Vale do Rio Doce, Datamec, Banco Meridional, CSN e Embraer, bem como os bancos estaduais Banespa, Banerj, Banestado, Minas Caixa entre outros.

O Plano Real, além de estabelecer um novo padrão monetário para o país, lançou as bases para a terceira e mais significativa estruturação do Sistema Financeiro Nacional (SFN), fornecendo as feições atuais do campo brasileiro das organizações bancárias. Como estratégia de “sobrevivência”, a Caixa foi obrigada a se adaptar e, ainda assim, por vários momentos, foi ameaçada de privatização. Em 2001, foi realizada uma reestruturação patrimonial sem precedentes, financiada com recursos do Tesouro Nacional e engendrada como forma de assegurar a solvência da instituição e reafirmar seu principal valor constitutivo: a solidez e a segurança sem limites. (Bueno, 2010)

Vários fatores contribuíram para o desequilíbrio estrutural da Caixa nas décadas de 1980 e 1990. Um deles foi a incorporação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e sua atribuição como agente operador do FGTS. Para as operações realizadas à época, o BNH não possuía provisões para devedores duvidosos em níveis suficientes.

2 - A partir de 28 de fevereiro de 1994, como efeito da Medida Provisória nº 434, iniciou-se a publicação dos valores diários da Unidade Real de Valor (U.R.V.) pelo Banco Central.

As provisões necessárias superavam o patrimônio do BNH, incorporado à Caixa. (Costa, 2016)

Outras ocorrências também foram nocivas ao equilíbrio da empresa, segundo a Controladoria da Caixa: fim da isenção de tributos federais; bloqueio dos cruzados novos e exigência de recolhimento ao BC; contratação desordenada de créditos com recursos do FGTS; alteração nas regras contábeis e de funcionamento para as instituições financeiras. Aliada a esses fatores, estava a política do Estado mínimo do “governo FHC”, que via a Caixa só como um número e desmerecia seu papel social. O objetivo principal do governo era ter um banco lucrativo, “enxuto” e “saneado” para ser vendido.

Para o banco ser “saneado”, a meta principal foi o corte de custos com folha de pagamento. Em 2001, a Caixa tinha 10.200 empregados a menos que o contingente de 65.111, no final de 1995. Além dos planos de demissão voluntária (PDVs), FHC editou em 2000 a RH 008, normativa que autorizava a demissão imotivada. Mais de 500 empregados foram demitidos sumariamente. A maioria foi reintegrada quase dez anos depois, após luta organizada pelo movimento sindical. Nesse período, praticamente metade dos trabalhadores da Caixa (em torno de 50 mil) eram terceirizados. As condições de trabalho foram precarizadas, salários congelados por praticamente oito anos e corte de direitos.

A gestão de resultados não via pessoas, mas metas. Os gestores ficaram sem autonomia nas decisões operacionais. A disputa entre os trabalhadores era incentivada pela empresa.

As entidades de representação sindical e associativa foram coagidas e sofreram grande repressão. Mesmo assim, durante anos as entidades realizaram campanhas massivas em defesa da Caixa e de sua importância para o desenvolvimento do país.

A década de 1990 foi marcada por baixas taxas de crescimento, abertura comercial e financeira, crescimento acentuado da população economicamente ativa, queda do emprego industrial, reestruturação produtiva, privatizações, terceirização de atividades e queda na taxa de investimento total.

Mudança de paradigma, desenvolvimento econômico e social (2003-2016): Caixa, mais que um banco

O Brasil viveu, a partir de 2003, a quebra de vários paradigmas: a eleição de um operário e de uma mulher para a Presidência da República; o início da busca pela construção de um modelo de Estado de Bem-estar Social; a substituição da herança do Estado mínimo implantado pelos antecessores.

O país buscou, já no início de 2003, sair de um imbróglio no qual se encontrava havia duas décadas, como baixo crescimento econômico, redução do investimento, acentuada vulnerabilidade externa, baixa capacidade de intervenção e regulação do Estado, desemprego elevado, precarização do trabalho e aprofundamento da miséria e da desigualdade. (Mattoso, 2013)

Consolidou-se, nesse período, uma nova política que, ao invés de conceber a indústria e o crescimento econômico sob a lógica das exportações, deu espaço à expansão do mercado interno. Houve a revalorização do Estado e a melhoria de sua gestão, com expansão e popularização do crédito e implementação e consolidação das políticas sociais. Passou-se a reconhecer que as políticas sociais favoreceriam não só a inclusão, a redução da pobreza e da desigualdade, mas também que elas estimulariam a economia (por meio da ampliação do mercado interno e do consumo de produtos nacionais) e o crescimento do PIB. Dessa forma, foi possível enfrentar as crises externas com a valorização do mercado interno – mesmo com um menor crescimento, como nos anos 2011 e 2012 – e até amenizar o impacto negativo sobre o mercado de trabalho. (Mattoso, 2013)

No que se refere aos bancos públicos, o governo promoveu a melhoria da relação entre o crédito bancário e o PIB, por meio de uma série de incentivos macro e microeconômicos, estimulando desde a redução da taxa básica de juros até a regulamentação dos empréstimos consignados em folha de pagamento.

A tabela 1 indica os principais componentes do resultado financeiro da Caixa entre os anos 2003 e 2019. Fica evidente o crescimento da carteira de crédito, que atinge seu auge em 2016 e tem queda acentuada a partir de 2017, após *impeachment* da presidenta da República

Dilma Rousseff. O destaque nas operações de crédito reside nos financiamentos habitacionais, em que a Caixa lidera o mercado. A instituição realizou em média 70% das contratações durante os últimos anos.

Boa parte dos recursos para investimentos em habitação tem origem no FGTS. A Caixa é gestora do fundo, que cumpre duas funções: a de ser um seguro em caso de desemprego, doença ou aposentadoria do trabalhador; a de financiar investimentos imobiliários, de saneamento, infraestrutura e desenvolvimento. Desde sua criação, em 1969, 73% dos municípios brasileiros receberam recursos do FGTS.

Tabela 1: Principais componentes do resultado financeiro da Caixa, 2003-2019

	Operações de crédito	Resultados de operações com TVM	Outros	Total
2003	6.677	17.449	6.698	30.824
2004	12.601	26.913	7.822	47.336
2005	15.732	31.686	7.168	54.585
2006	18.152	31.329	7.444	56.925
2007	17.915	26.367	7.968	52.250
2008	20.090	32.074	7.237	59.401
2009	25.223	30.960	4.739	60.921
2010	32.585	25.607	7.376	65.568
2011	43.714	29.536	9.457	82.706
2012	50.790	28.476	6.607	85.874
2013	64.832	23.839	13.190	101.861
2014	86.947	37.577	14.135	138.659
2015	102.541	41.198	27.327	171.066
2016	104.932	56.459	5.375	166.766
2017	95.786	39.651	8.920	144.357
2018	82.351	27.146	7.031	116.528
2019	71.097	39.413	3.423	113.933

Fonte: Caixa

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a ameaça de privatização da Caixa foi superada. A instituição se tornou a principal operadora dos programas sociais e nos investimentos em políticas públicas, com destaque para a habitação e o saneamento básico.

No mesmo período, a Caixa assumiu o papel de banco múltiplo, com portfólio atualizado, contendo todos os produtos disponíveis do mercado e avançou na complementaridade entre as funções social, pública e comercial.

Duplicou o número de empregados que, ao longo dos anos, foram retomando direitos perdidos e crescimento dos salários. Saltou de 55 mil em 2001 para 101 mil em 2014.

Entretanto, no início deste ano de 2020, após política de enxugamento promovida pela direção, através de programas de desligamento voluntário, o número caiu para 84 mil.

No campo da negociação e das relações trabalhistas, em 2004, houve conquista importante por parte dos empregados, que foi a inserção dos bancos públicos federais na Negociação Nacional dos Bancários, marco inédito no Brasil, com empresas privadas e públicas assinando uma única Convenção Coletiva de Trabalho. A partir daí, novos patamares nas relações de trabalho foram construídos.

Vale mencionar que, no início do século XX, mais precisamente em 1921, a Caixa se tornou o primeiro banco a contratar mulheres. Mas a grande inovação nas políticas de relações de gênero se deu com o Programa Caixa de Diversidade, em 2005. Mesmo com praticamente metade do quadro de empregados composto por mulheres, demorou quase 150 anos para a Caixa ter sua primeira presidenta, Maria Fernanda Ramos Coelho, empregada de carreira, nomeada em 2006. Em 2015, foi a vez de Miriam Belchior. Em 2016, fui eleita a primeira mulher para o Conselho de Administração, graças à Lei nº 12.353/2010, sancionada pelo presidente Lula, que garantiu a eleição de um(a) trabalhador(a) para os conselhos de administração em empresas públicas.

Convocada para um esforço de bancarização e inclusão social, a instituição experimentou outra fase de difusão de valores associados à sua natureza pública e identidade popular. Para desempenho das recentes atribuições desse novo projeto de governo, a organização passou por mudanças internas, que possibilitaram seu crescimento e novo modelo de funcionamento.

Chamada a atuar como instância institucional na crise internacional de 2008, a Caixa posicionou-se como um dos principais agentes públicos na aplicação de políticas anticíclicas. Em verdade, a organização já havia assumido, desde 2007, papel de destaque no campo das organizações bancárias frente ao refluxo de crédito decorrente da instabilidade financeira internacional, atuação reconhecida inclusive pelos demais bancos.

O saldo de operações de crédito da Caixa registrou taxas de crescimento real superiores à média do Sistema Financeiro Nacional (SFN) durante todo o período de junho de 2008 a dezembro de 2013. Naturalmente, a expansão do saldo de operações de crédito se refletiu em crescimento do ativo total da instituição, que foi ampliado em 187,5%, em termos reais, nesse período. Isto fez a Caixa se tornar a terceira maior instituição financeira do Brasil, em tamanho de ativo, no último trimestre de 2015. (Slivnik *et al.*, 2017)

A Caixa se tornou o maior agente do programa Minha Casa Minha Vida, lançado em março de 2009 com a finalidade de aumentar o acesso à moradia para famílias com renda mensal de até dez salários mínimos. O acesso foi prioritário para as famílias mais vulneráveis com renda de até três salários mínimos. Nessa faixa, as mulheres tiveram prioridade para obter o título de propriedade do imóvel (89% das contratações).

Em dez anos de funcionamento, o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) beneficiou cerca de 15 milhões de pessoas e contratou mais de 5 milhões de unidades, a maioria delas já entregue. O número representa 7% da população brasileira que teve subsídios de imóveis ou facilitação às condições de acesso a casa ou apartamento. O Minha Casa Minha Vida também tem papel de destaque na atividade do mercado imobiliário e geração de empregos na indústria da Construção civil.

A tabela 2 a seguir retrata os investimentos feitos por vários governos, entre 1964 e 2014, em habitação e destaca o impacto no setor com a implantação do Minha Casa Minha Casa. (Dados, 2020)

Tabela 2. Crédito Imobiliário, unidades habitacionais financiadas, Brasil, média anual em governos, 1964-2016

Período	unidades habitacionais
Ditadura militar (1964-1984)	204.000
Sarney (1985-1989)	156.000
Collor (1990-1992)	250.000
Itamar (1993-1994)	60.000
FHC (1995-2002)	236.000
Lula (2003-2010)	504.000
Dilma (2011-2014*)	1.175.000

Fonte: 1) Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP); 2) Caixa Econômica Federal. * Estimativa em outubro de 2014. Extraído de Brasil: Fatos e Dados.

Em 2002, a Caixa tinha 1.700 agências. Em 2016, alcançou 3.412, quase 15% do total de agências no país. Em 2019, esse número reduziu para 3.373. Além disso, passou a ter a maior rede de correspondentes bancários do país, com 8.190 postos em 2019; os lotéricos, 12.968. Está presente em praticamente todos os municípios brasileiros. O número de clientes saltou de 28 milhões, em 2003, para 84 milhões, em 2016, e mais de 103 milhões em 2019.

A primeira iniciativa de inclusão bancária feita por uma instituição financeira no Brasil foi a conta simplificada Caixa Fácil, responsável por incorporar milhões de famílias. Sem muita burocracia, muitas famílias passaram a ter acesso aos serviços e produtos bancários. Em 2015, havia mais de 12 milhões de contas simplificadas de depósitos à vista e de poupança ativa na Caixa.

Ao se tornar fonte pagadora dos programas sociais por meio do Cartão do Cidadão, a instituição permitiu que, além do Bolsa Família, com seu próprio cartão, todos tivessem mais facilidade de acesso aos benefícios sociais e trabalhistas (FGTS, PIS, abono salarial e seguro-desemprego).

Na execução dos programas governamentais, foram pagos R\$ 28,3 bilhões em benefícios sociais e R\$ 242,1 bilhões em benefícios aos trabalhadores no ano de 2016.

O crédito, em 2004, passou a crescer no país, e a Caixa começou a participar desse processo com a ampliação do crédito consignado,

depois estendendo a outras modalidades. Em 2016, o saldo da carteira de crédito somou R\$ 709 bilhões. A carteira de crédito ampla correspondia a mais de 22% do mercado. No mesmo ano, a Caixa foi responsável por 67% do financiamento imobiliário nacional, detendo 90% do crédito destinado à habitação popular.

Com o crescimento do financiamento à infraestrutura, à mobilidade urbana e ao saneamento, a Caixa se tornou o segundo maior financiador de projetos de longo prazo no país, alcançando, em 2016, uma carteira com R\$ 79 bilhões de saldo, ficando atrás apenas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

As loterias que a Caixa administra desde 1962 cumprem um importante papel no financiamento de políticas públicas. Entre 2011 e 2016, dos R\$ 60 bilhões arrecadados, quase metade, R\$ 27 bilhões, foi destinada a programas sociais nas áreas de esporte, cultura, educação e outros. Em síntese, em termos de gestão administrativa, no período, os marcos foram os sucessivos resultados financeiros positivos, o aumento da visibilidade da Caixa e a valorização do seu papel social.

Valores intangíveis, como a contribuição para a melhoria da autoestima da população e dos empregados, que voltaram a ter orgulho em trabalhar na Caixa, devem ser destacados.

Retrocesso: o golpe de 2016 e a Caixa S/A

O ano de 2016 marca um dos momentos mais controversos da história recente do Brasil, com o *impeachment* de Dilma Rousseff. A crise política começa na reeleição de 2014, com Aécio Neves (PSDB), seu adversário no “segundo turno”, afirmando não aceitar o resultado eleitoral.

Dilma assume o segundo mandato, com grandes desafios: eliminar o rentismo, (dívida pública) como meio sistemático de ganho financeiro da burguesia brasileira desde o início da década de 1980 e, assim, impulsionar o investimento produtivo e em infraestrutura. A ação, contudo, foi precedida por políticas austeras (de ajuste fiscal) que reforçaram a desaceleração econômica cíclica. Esta, entretanto, não foi acompanhada de um amplo debate com a opinião pública. Isto permitiu que o poder estrutural do capital financeiro se reafirmasse, apresentando um

discurso de “aparência” técnica – escondendo o viés político – utilizando-se do controle (ideológico) dos meios de comunicação para taxar o governo de “tecnicamente irresponsável” e “politicamente populista”. Ao mesmo tempo, os conflitos sociais se ampliavam, fugindo do controle do governo, o que dificultava a conciliação de interesses entre classes.

No plano da relação capital-trabalho, ganhos salariais propiciados pela redução do desemprego e pelo ativismo sindical, manifesto no crescimento do número de greves vitoriosas, eram objeto de reclamação empresarial crescente. No que se refere à interação entre Estado e movimentos populares, a pressão por bens públicos e direitos sociais – pressão essa expressa, por exemplo, nas jornadas de junho de 2013 –, empurrava uma agenda de reivindicações de gasto público que dificilmente poderia ser atendida sem aumento da dívida pública, pressão “populista” para redução da taxa de juros e/ou uma reforma tributária que eliminasse privilégios empresariais. A reação dos interesses empresariais afetados pela guerra dos juros e pelo avanço das demandas salariais e sociais contou com o controle dos meios de comunicação. (Bastos, 2017)

As acusações para o processo de *impeachment* no Congresso tiveram início em 02/12/2015 e versaram sobre desrespeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa por parte da presidenta. Além disso, foram lançadas também suspeitas de envolvimento da presidenta Dilma em atos de corrupção na Petrobras, que eram objeto de investigação pela Polícia Federal, no âmbito da Operação Lava Jato³. Havia, no entanto, juristas que contestavam a denúncia, afirmando que as chamadas “pedaladas fiscais”⁴ não caracterizaram improbidade

3 - A Operação Lava Jato foi promovida pela Polícia Federal, começou em 2014 e cumpriu muitos mandados. Foi responsável por condenações de empresários e políticos. Muitas dessas investigações e condenações foram controversas, com questionamentos por autoridades brasileiras e internacionais de abusos, fraudes e interesses difusos na condução das ações.

4 - Pedalada fiscal é um termo que se refere à operações orçamentárias realizadas pelo **Tesouro Nacional**, não previstas na legislação, que consistem em atrasar o repasse de verba a bancos públicos e privados com a intenção de aliviar a situação fiscal do governo em um determinado mês ou ano, de forma a apresentar melhores indicadores econômicos ao mercado financeiro e aos especialistas em contas públicas.

administrativa e que não existia qualquer prova de envolvimento da presidenta em crime doloso que pudesse justificar o *impeachment*.

No final de agosto de 2016, é aprovado o *impeachment*. Michel Temer, que desde maio estava como presidente interino, quando do afastamento de Dilma (determinado pelo Congresso), assume oficialmente. Temer apresenta um rol de propostas de interesse dos grandes empresários, banqueiros, ruralistas e multinacionais. O programa intitulado “Ponte para o Futuro” (PMDB, 2015), marca o início de um processo que levará o país ao retrocesso de direitos trabalhistas, ataque aos sindicatos, instituição do Projeto de Lei para limitar o teto nos gastos, com grande impacto em Saúde e Educação, privatização e sucateamento do patrimônio público, com venda de estatais, concessão de serviços públicos e entrega das reservas do pré-sal ao capital estrangeiro.

É preciso destacar que o argumento das pedaladas fiscais, para derrubar Dilma, “caiu por terra” quando senadores e deputados (os mesmos que cassaram seu mandato, acusando-a de crime de responsabilidade) aprovaram projeto no Congresso Nacional, PLN 13332/2016 (o texto flexibilizou as regras para abertura de créditos suplementares sem necessidade de autorização do Congresso). Ou seja, o que antes era considerado crime, tornou-se lícito, autorizando o governo de Michel Temer a praticar as tais *pedaladas fiscais*. Após anos, nada foi comprovado com relação às denúncias de que Dilma Rousseff tenha participado de ações de corrupção.

Caixa S/A

Nesse contexto de crise política, em 2015, foi apresentado o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 555, chamado de “Lei de Responsabilidade das Estatais”, formulado por uma comissão mista, na qual o relator e o presidente eram do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). O texto, na sua origem, previa a obrigatoriedade de que todas as empresas públicas se tornassem sociedade anônima (S/A), e em seguida já abrissem capital, além de alterar a composição acionária das demais, de forma a facilitar a privatização de todas as empresas pú-

blicas brasileiras, federais, estaduais e municipais. Cabe ressaltar que, entre as poucas estatais “cem por cento” públicas, está a Caixa.

Rapidamente, organiza-se um movimento nacional para combater o projeto, com diversas entidades de representação, como sindicatos, centrais sindicais, associações, movimentos sociais, parlamentares, prefeitos, entre outros. Com o trabalho de resistência, nasceu o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, que lançou a campanha “Se é público, é para todos”. O objetivo é o de chamar a atenção da importância do patrimônio público brasileiro para a garantia da qualidade de vida e trabalho da população.



Fonte: Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas

Campanha *Se é público, é para todos*

Depois de nove meses de articulação, negociação e mobilização em todo o país, os artigos privatistas foram retirados do projeto, sancionado Lei nº13.303. Isso foi considerado uma vitória, dado o cenário desfavorável no parlamento.

Não obstante, iniciou-se processo de diminuição do banco, menor oferta de crédito, cortes nos programas sociais, enxugamento no número de empregados. Em 2017, o governo anuncia fechamento de

agências e a intenção de privatizar ativos, começando pela Lotex – subsidiária da Caixa criada para gerenciar a operação de loteria instantânea, mais conhecida por “raspadinha”.

Desastrosas foram as políticas que fizeram cair a oferta de crédito livre e direcionado e elevaram os juros da Caixa. A queda da oferta de crédito no país foi de 3,2%, em 2016, e de 2% até setembro de 2017.

O Programa Minha Casa Minha Vida teve acentuada retração dos desembolsos: de R\$ 20,7 bilhões, em 2015, para R\$ 7,9 bilhões, em 2016, e uma projeção linear de R\$ 2,7 bilhões, em 2017.

O grande debate na Caixa, durante os dois anos do governo Temer, foi a necessidade de capitalização, e a recusa do Tesouro Nacional em aportar recursos. As consequências foram evidentes, pois sem aporte, tendo que cumprir regras de Basileia⁵, o banco reduziu a oferta de crédito, folha de pagamento, aumentou tarifas, e começou a preparar a venda de outros ativos, tais como seguros, cartões e as demais loterias.

Boa parte dessa dificuldade de enquadramento do capital da Caixa tem como origem seu indispensável papel social e sua forte atuação na política de crédito do governo, preponderante para o desenvolvimento do país nas últimas décadas. Função essa nunca assumida pelo sistema financeiro privado, muito embora os bancos sejam concessão pública.

Em dezembro de 2017, quando do debate sobre o novo estatuto pelo Conselho de Administração da Caixa, houve nova tentativa por parte da maioria dos conselheiros, indicados pelo governo, de aprovar a Caixa como Sociedade Anônima (S/A).

Atuei como conselheira em conjunto com entidades de representação, contra a mudança, que, caso confirmada, traria como consequência a inserção de acionistas privados na gestão, podendo o banco perder a autonomia necessária para o cumprimento do seu papel social.

5 - O **Acordo de Basileia** é um tratado para regular o funcionamento dos bancos e instituições financeiras, firmado em 1988 durante a **Convenção de Basileia**, na Suíça e ratificado por mais de 100 países, que seguem uma série de critérios e regras para dar mais segurança e preservar a solidez do sistema bancário mundial.

Declínio político, econômico e social

(2019): Caixa – venda de ativos

Jair Bolsonaro ganhou a eleição em 2018, sem nem sequer apresentar plano de governo ou participar de debates públicos, processo marcado por forte polarização política e acusações de uso das novas tecnologias de comunicação pelo então candidato. Isso para disseminar *fake news* (notícias falsas) e, dessa forma, manipular o eleitorado. Com a ascensão de Bolsonaro, o Brasil, tal como nos Estados Unidos, Inglaterra e outros, dá uma guinada em direção à ultradireita, em uma combinação clássica de conservadorismo moral com princípios neoliberais.

O primeiro ano de mandato foi marcado por conflitos constantes com os poderes institucionais, ameaças às regras constitucionais e à democracia, forte militarização do governo, incentivo aos movimentos autoritários que disseminam ódio. Os principais resultados da gestão: a) **declínio nas políticas sociais**, com a ampliação dos cortes, iniciados por Temer, nos direitos dos trabalhadores, reforma da previdência, paralisação nos programas sociais, como o Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família; b) **declínio no campo econômico**, com a desindustrialização, aumento do desemprego e da informalidade, corte do aumento real no salário mínimo; c) **declínio ambiental**, com o desmatamento recorde na Amazônia, aumento de queimadas, ataque às reservas indígenas. Somou-se a isso a eliminação de bolsas de pesquisa, ameaça à autonomia das universidades, desrespeito aos valores humanos, machismo, homofobia, racismo, incentivo à violência e armamento da população.

Com relação ao patrimônio Público, desde a eleição o ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu a privatização irrestrita. Muito embora o presidente da República tenha afirmado que não haveria mudanças na Petrobras, na Caixa e no BB, a realidade provou que seu discurso se tratava de mera retórica. Em 2019, foram vendidas participações e ativos da Petrobras, BNDES, Caixa, BB e Eletrobras, num total de 134,9 bilhões, segundo documento do Ministério da Economia. (Economia, 2020)

No caso específico da Caixa, foi realizado o leilão da Loteria instantânea, operação que até então estava sob gestão do banco, e venda

de ativos na ordem de R\$ 14.6 bilhões, referentes às ações da Petrobras, BB, Banco Pan e IRB. A pretensão da direção do banco é privatizar o mais rápido possível participações nas áreas de seguros, cartões, loterias e fundos e valores mobiliários. Especula-se também sobre a possibilidade de privatização do que chamam de “banco digital” da Caixa. (Valor, 2020)

Caso seja concretizada a privatização de todas essas operações, aliado ao corte nos programas sociais e ao esvaziamento do FGTS (sucessivos saques e desemprego alto), a Caixa no médio prazo terá dificuldades para se sustentar, com a consequente diminuição de investimentos em habitação, infraestrutura e saneamento.

Pandemia (2020): Caixa se destaca na crise

A pandemia de Covid-19 no Brasil teve início em 26 de fevereiro de 2020, com a confirmação do primeiro caso. Em setembro do mesmo ano, os números já eram assustadores, mais de 140 mil mortes. A transmissão comunitária foi confirmada para todo o território nacional. A pandemia afetou a economia do país, que já sofria com a falta de investimentos. Em 30 de março de 2020, pela primeira vez, foi prevista retração no Produto Interno Bruto (PIB) para o ano, atrasando mais ainda o fim da recessão e a retomada do crescimento.

O Brasil já entrou na crise sanitária em situação frágil, com governo autoritário, em crise política com o Congresso Nacional e governadores, defendendo privatização, sucateando bens e serviços públicos. O limite de investimentos em saúde e educação (Lei do teto de gastos), a perda de direitos trabalhistas, o retrocesso na previdência, os ataques às organizações da sociedade civil, o corte no aumento real do salário mínimo e do Bolsa Família, entre outras medidas, implicaram no rebaixamento da renda e em maior dificuldade de acesso aos bens de consumo por parte de parcela significativa da população, enquanto se expandia o lucro dos bancos e dos grandes aplicadores financeiros.

O governo federal ignorou as orientações de isolamento social recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), para prevenção do contágio e ainda pressionou estados e municípios para fazerem o

mesmo. Só foram adotadas providências econômicas e de atendimento sanitário após forte pressão social.

A magnitude do choque causado pela pandemia do novo coronavírus exigiu a adoção de um amplo conjunto de medidas emergenciais de apoio à saúde e de preservação da produção, dos empregos e da renda. Pelo lado da receita pública, cabe destacar a implementação de reduções e desonerações temporárias de impostos e contribuições sobre bens necessários ao combate da pandemia; suspensão de pagamentos de dívidas previdenciárias; e diferimento, por alguns meses, de diversos impostos e tributos. No que se refere aos gastos públicos, destacam-se a ampliação do Programa Bolsa Família; o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; o Auxílio Financeiro Emergencial à população carente e aos trabalhadores informais; o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; e a ampliação de recursos e transferências a estados e municípios para ações de saúde.

De acordo com estimativa do Ministério da Economia feita em maio, as medidas com impacto no resultado primário do governo central, em 2020, atingiriam cerca de 6% do PIB, acima do valor médio dos programas de apoio à economia anunciados nos países avançados, da ordem de 4,5% do PIB. Além disso, foram também implementadas medidas extraorçamentárias, regulatórias, de apoio a estados e municípios e de estímulo ao crédito, com impacto econômico potencial significativo. Podem-se citar, por exemplo, o diferimento do prazo de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); a redução temporária nas contribuições do Sistema S; diversas medidas de ampliação e barateamento do crédito, inclusive com ampliação de garantias pelo Tesouro Nacional para empréstimos a micro, pequenas e médias empresas. (IPEA, 2020)

O auxílio emergencial voltado para desempregados e trabalhadores informais demorou a se concretizar. A proposta original do governo era de R\$ 200,00 por três meses. Após forte pressão e crítica, o Congresso aprovou R\$ 600,00, sendo R\$ 1.200,00 para mulheres chefes de família. Em junho, foram acrescentadas mais duas parcelas de R\$ 600,00 e, em seguida, o valor foi cortado pela metade, com mais qua-

tro parcelas adicionais. O auxílio vem preencher a lacuna deixada pelo corte de investimentos nos programas sociais, como o Bolsa Família, BPC e outros, que acontecem desde o governo Temer.

Em consonância com sua função pública e expertise, advinda do papel de principal gestora dos programas sociais, a Caixa foi a empresa escolhida para gerenciar e realizar o pagamento do auxílio. A Dataprev, outra estatal importante e na lista de privatização do governo, teve a função de analisar os cadastros.

Para executar essa tarefa, a Caixa se superou e quebrou o paradigma do atraso tecnológico. Graças à qualidade de seu corpo técnico, a instituição criou aplicativos para cadastro, movimentação de contas e realizou a abertura de milhões de contas, em prazo excepcionalmente rápido.

Os números que envolvem a operação impressionam e provam a relevância do banco, mas também escancaram de forma nua e crua o tamanho da desigualdade social no Brasil. Até o dia 2 de julho, último dia para cadastro, inscreveram-se 108,9 milhões de brasileiros, mais de 67 milhões foram aprovados para receber o auxílio, 92 milhões de poupanças digitais foram abertas.

Concomitante a esses pagamentos, foram disponibilizados recursos do FGTS para 60 milhões de trabalhadores e, até julho, 12 milhões teriam acesso ao benefício emergencial de Trabalho e Renda. Isso mostra que oito em cada dez adultos passaram pelo banco para receber pelo menos um desses programas.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Covid-19 (Pnad-Covid19), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que o auxílio emergencial conseguiu amenizar a queda do padrão de vida de mais de 23 milhões de famílias das fatias mais baixas da população, concentrando nos informais, desocupados e que estavam fora da força de trabalho. Os domicílios de rendas mais baixas foram também os mais impactados pela pandemia do coronavírus.

Entre os que já recebiam o Bolsa Família, por exemplo, o aumento da renda média triplicou. O auxílio emergencial paga R\$ 600 em geral e R\$ 1,2 mil para mães que sustentam sozinhas a família. Já o Bolsa Família paga em média benefício de R\$ 190.

Tal como os profissionais da área de saúde e de outros setores essenciais, os empregados da Caixa, mesmo sob risco de contágio e pressão do banco, foram para a linha de frente garantir atendimento à população, provando mais uma vez o compromisso com a sua missão pública.

Bancos públicos e crédito

Em crises anteriores, os bancos públicos já foram instrumentos de estabilização do “mercado”. Na crise bancária de 1995, por exemplo, quando os bancos Nacional e Econômico colapsaram, gerando instabilidade sistêmica, o governo FHC criou o Programa de Estímulo à Restrukturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER), destinado a socorrer bancos privados. Repassou bilhões de reais do orçamento público para instituições privadas mal geridas. Nesse contexto, Caixa e o Banco do Brasil ajudaram a salvar os poupadores e debelar a crise sistêmica, adiantando recursos para a criação do Fundo Garantidor de Crédito – FGC, que garante aplicações financeiras dos poupadores, pessoas físicas e jurídicas, até o limite de R\$ 1 milhão de reais.

Os efeitos da crise de 2008 também foram amenizados com a ação contracíclica dos bancos públicos, em especial da Caixa e do BNDES. Naquela ocasião, o Banco Central disponibilizou liquidez ao mercado com uma política monetária expansiva, mas os bancos privados não se dispuseram a correr riscos. Acabaram por aumentar sua rentabilidade, não em função do crédito. Tomaram recursos e alocaram em títulos públicos. Houve empocamento de liquidez e os recursos não chegaram às empresas. O incremento de operações de crédito dos bancos públicos, somado ao lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), estimulou fortemente a indústria da construção civil e a geração de empregos, diminuindo as consequências da crise.

Os bancos estatais se tornaram grandes operadores do crédito direcionado⁶ no país. Ele foi impulsionado sob os governos da era de-

6 - Crédito direcionado é o empréstimo fornecido por bancos públicos para pessoas físicas e jurídicas, com finalidades específicas. Essa concessão de crédito é feita com taxas de juros subsidiadas para alguns setores da economia nacional.

mocrático-popular. Porém, começou a ser reduzido nos dois anos da gestão de Michel Temer.

Foi atribuído aos bancos públicos a tarefa de competir com os bancos privados e forçar uma redução dos *spreads* (que é a diferença entre a taxa de remuneração de recursos captados e disponibilizados). Os bancos estatais enveredaram por áreas em que não tinham tradição, passando a financiar o consumo e grandes empresas.

O resultado, além da queda da taxa do desemprego até 2014, foi um salto na participação dos bancos públicos no estoque de crédito do país. De 2011 a 2015, a fatia das instituições de controle estatal passou de 43,6% para 55,8%. Essa participação recuou no governo Temer com uma forte desaceleração do BNDES e mudanças na gestão do Banco do Brasil e da Caixa.

Com o agravamento da crise fiscal, os bancos públicos tiveram de reduzir a exposição aos riscos para suportar sua estrutura de capital. Esse recuo só não ficou mais evidente porque os bancos privados também desaceleraram no crédito diante da retração da economia

Em 2019, houve nítida mudança nas tendências do crédito concedido pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN), decorrente da política do governo de reduzir o papel dos bancos públicos na economia. As operações livres lideraram a retomada dos financiamentos, os bancos privados predominaram na oferta de recursos. As maiores quedas ocorreram no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (Costa, 2020) A ampliação do crédito dos bancos privados, em 2019, atingiu 15,7%, para 53% do crédito total, enquanto a dos bancos públicos diminuiu 2,2%, para 47% do crédito.

Neste momento, mesmo com uma intervenção menor do que nas últimas crises, os bancos públicos são cobrados a ofertar crédito, com destaque para o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que teve início em junho de 2020. O Pronampe foi criado pelo governo para oferecer empréstimos a empreendedores individuais, micro e pequenas empresas para enfrentarem a crise do coronavírus. Os recursos são emprestados pelos próprios bancos e têm garantia do Fundo Garantidor de Operações (FGO), um

fundo público. Em caso de prejuízo, o governo cobrirá até 85% das perdas totais das carteiras dos bancos com o Pronampe. (Timoteo, 2020)

A maioria dos pequenos e médios empresários reclama que não consegue ter acesso a essas iniciativas, dada a burocracia, alto grau de exigência dos operadores e baixa oferta de recursos disponibilizados pelo governo federal.

Mesmo com a crise econômica, as contratações de crédito imobiliário cresceram 21,73%, até maio de 2020, impulsionadas pela queda nos juros. E a maior demanda foi na Caixa, que tem a maior porção de mercado de financiamento imobiliário entre os cinco maiores bancos

Os dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) mostram que os financiamentos para a compra e a construção de imóveis somaram R\$ 7,13 bilhões em maio de 2020, alta de 6,5% em relação a abril e crescimento de 8,2% em comparação a maio do ano passado. Ainda segundo a entidade, em maio, o crédito imobiliário com recurso de poupança cresceu 22,6%. (Investi, 2020)

No acumulado de 12 meses, entre junho de 2019 e maio de 2020, o crédito chegou a R\$ 85,1 bilhões, superando em 30,5% o montante total dos 12 meses anteriores.

Estado pós-pandemia

Na crise, os mais convictos liberais, que alardearam o Estado mínimo, a luta contra a corrupção e a defesa da privatização, são os primeiros a buscar a salvação no setor público, apropriando-se de recursos que pertence a toda a sociedade. Frase de Noam Chomsky retrata essa realidade: “O governo não é a solução quando se trata do bem-estar da população, mas é claramente a solução para os problemas da riqueza privada e de poder corporativo”.

Além de desencadear a pior crise econômica mundial desde a Grande Depressão, a pandemia da Covid-19 levantou o debate sobre a possibilidade de uma transformação profunda no capitalismo como não se vê desde os anos 1980. Economistas, cientistas sociais e políticos começam a apontar – não de forma unânime – que uma maior

presença do Estado na economia pode ser o novo normal, em oposição ao modelo que tem vigorado nos últimos 40 anos.

Segundo uma visão mais otimista, a necessidade óbvia da participação do Estado no enfrentamento da atual crise – caso inclusive de países de governos neoliberais como o brasileiro – aponta para um mundo em que o Estado voltaria a ser protagonista e os governos, mais propensos ao social.

Para Reginaldo Nasser (2020), professor de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mudanças certamente acontecerão, mas também readequações promovidas pelos chamados donos do capitalismo mundial. Em sua opinião, a guinada de economistas liberais, que de repente passam a enaltecer o Estado, deve ser encarada com prudência. “Do ponto de vista dos liberais e capitalistas, em tempos excepcionais como o atual, essas medidas antiliberais, de intervenção do Estado na economia, têm que acontecer, mas depois que passar não terão mais sentido, para eles”, diz.

Nasser compara o cenário atual com o do pós-Segunda Guerra Mundial, quando “a devastação foi muito pior do que estamos vendo, em número de pessoas mortas e destruição física”. No pós-guerra, o Estado também entrou pesadamente na economia, num período de transição e recuperação mundial, com o Plano Marshall, promovido pelos Estados Unidos, e depois a implementação do Estado do Bem-estar Social europeu, quando a Europa tinha movimentos sociais e de esquerda muito fortes e atuantes. “Houve uma transição. Mas, depois, as ideias liberais vão paulatinamente entrando novamente no cenário. Na década de 1960, os liberais foram gradativamente retomando, até chegarem ao poder com Margareth Thatcher 20 anos depois”.

Nos últimos anos, há um processo de “endireitização” no Brasil e no mundo. Isso significa a defesa do capitalismo, do livre mercado, das privatizações, da desregulamentação da economia e do Estado mínimo (“verdade que grupos mais radicais da Direita são defensores do “Estado Máximo”, na linha das ideias nazifascistas: tudo pelo Estado, tudo pelo Estado, tudo pelo Estado”). A redução das políticas de *welfare state*. A aceitação da desigualdade social como algo natural. A

valorização do individualismo e do empreendedorismo. A defesa das tradições e da família patriarcal. O combate ao aborto, à eutanásia e à homossexualidade. Muitas vezes, são exaltados também a “limpeza” ética, e o suposto combate ferrenho à corrupção. (Conceição, 2019)

Importante destacar que a concentração de renda no planeta está atingindo limiares absolutamente obscenos. Os 20% mais ricos se apropriam de 82,7% da renda, os dois terços mais pobres têm acesso a apenas 6%. A contribuição da especulação financeira para essa realidade é significativa.

O sistema financeiro não deve ser um fim, mas um meio de facilitar as atividades socialmente úteis, levando ao desenvolvimento social e econômico das nações. No Brasil, os bancos formaram um cartel, determinam taxas de juros altíssimas, umas das maiores do mundo e têm alto ganho na especulação financeira, ignorando seu papel de concessão pública do Estado. A intermediação financeira deve servir a economia para a alavancagem da produção, dos serviços, dos empregos e na melhoria da qualidade de vida da população.

O papel do Estado nesse cenário é central, inclusive na dimensão mundial da crise, na administração de políticas nacionais eficazes e na supervisão dos mercados financeiros. Para cumprir essa função, a atuação de bancos públicos é fundamental.

Segundo Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de economia de 2008, o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e Estados repressivos. (Sen, 2007)

Na realidade, sabemos o que deve ser feito, e há relativo consenso planetário, com o distanciamento significativo dos governos Trump, Bolsonaro e Netanyahu. Temos também os recursos financeiros: os 85 trilhões de dólares do PIB mundial, divididos pela população mundial, significam que o que hoje produzimos representa cerca de 15 mil reais por mês por família de quatro pessoas. O problema do mundo não é econômico, é político. Não é de produção, é de distribuição e sustentabilidade. (Dowbor, Além do Coronavírus, 2020)

A Europa saiu na frente e já se organiza para o próximo período; 27 países chegaram a acordo sobre plano de recuperação da região, concordaram em mobilizar 750 bilhões de euros, que a Comissão Europeia tomará emprestado nos mercados financeiros e que serão distribuídos como subsídios e empréstimos.

Iniciativas individuais de alguns países – como a da Alemanha, conhecida pelo conservadorismo – mostram que uma maior intervenção do Estado, a partir de agora, faz parte das ações. Isso significa a ampliação das políticas de garantia de acesso ao crédito, financiamentos a partir do banco público de desenvolvimento, auxílio pecuniário a pequenos empresários, renda básica para desempregados, investimentos em ciência, tecnologia, *startups*, entre outras ações.

E o Brasil?

No Brasil, os desafios são gigantes e de toda ordem. A recuperação da economia, da indústria, empregos, diminuição das desigualdades, respeito à democracia.

A recessão em curso, provavelmente, será a maior do último meio século, superando inclusive a de 2008, somado à falta de visão estratégica de quem administra o Estado, pode gerar uma marginalização do país no mundo.

Não obstante esse cenário, e em plena crise política, o ministro da Economia apresentou um programa para superação da crise, intitulado “A reconstrução do Estado”. Nele, o único foco é a privatização de uma série de empresas e serviços. Nada sobre geração de emprego, investimentos ou ampliação dos programas sociais.

O plano tenta caracterizar as empresas públicas como fonte de corrupção ou pouco lucrativas. “Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES, Eletrobras e a Petrobras – que representam mais de 96% dos ativos totais e mais de 93% do patrimônio líquido das estatais federais – mantiveram a tendência de alta no lucro e fecharam 2019 com R\$ 107,86 bilhões de ganho. Esse valor representa um aumento de 56% em relação a 2018, quando a rentabilidade foi de R\$ 69,04 bilhões”.

Concomitante, o governo encaminhou ao Congresso proposta de reforma tributária (PL 3887/2020). O texto não aponta nada para a construção de um sistema tributário progressivo, pautado pela tributação sobre a renda, o patrimônio, as grandes fortunas. Isso em um país onde as 5 mil famílias mais ricas têm como patrimônio algo em torno de 40% do PIB brasileiro. O problema evidentemente não é o tamanho do Estado, e sim a quem ele deve servir: às elites e seus interesses de curto prazo ou ao desenvolvimento da nação?

O futuro do Brasil será determinado pelo conceito que as pessoas têm do que é público. Queremos um Brasil em que todos possam ter o mínimo necessário para viver, em que os recursos naturais sejam preservados para as futuras gerações, em que as pessoas possam ser livres e felizes, com igualdade de oportunidades? Ou um Brasil no qual só um pequeno número de privilegiados tenha esse direito?

O futuro da Caixa depende do modelo de Estado

A Caixa tem 159 anos. Fundada no Império, passou pelo nascimento da República, pelos governos de Getúlio Vargas, pela ditadura, abertura democrática, governos liberais, democrático-populares e sobreviveu até os dias de hoje pela capacidade de superação e inovação, e porque, como outras empresas públicas, cumpriu um papel fundamental para o crescimento e desenvolvimento do país. Ocorre que nunca esteve tão ameaçada como agora, por um governo que desarticulou completamente o Estado brasileiro, ameaçando sua soberania e as condições de vida da população.

Ao pretender renunciar ao controle público de setores estratégicos, o Brasil atua em descompasso com o processo de reestatização pelo qual passam os países mais desenvolvidos. De acordo com o Instituto Transnacional (TNI, 2020), nos últimos anos, houve 1.400 casos de serviços estatizados em mais de 2.400 cidades em 58 países, entre eles Estados Unidos, Japão, França, Alemanha e outros.

Muitos setores de atividade econômica, devido a suas características intrínsecas, necessitam de investimentos vultosos e de longo prazo de maturação, que pode se estender por décadas, tais como as

estradas e as ferrovias. Em muitos casos, embora possam não ser de interesse para a exploração privada, são fundamentais ao desenvolvimento econômico e social de um país e, por essa razão, a sociedade decide arcar com os custos de sua realização.

A atuação e os investimentos estatais também podem ser fatores de estabilização econômica, do nível de emprego e da renda, na medida em que, por não obedecerem apenas à lógica de mercado, asseguram um mínimo de expansão da demanda agregada, atuando como instrumento de políticas anticíclicas.

O que ficou claro, para a sociedade, é que se hoje o Estado conta com um banco público do porte da Caixa, que pode ser usado em momentos de calamidade pública, como agora, é porque ao longo de muitos governos, incluindo o atual, os empregados, entidades sindicais e associativas e movimentos organizados empunharam a bandeira da defesa de manutenção do banco público frente às iniciativas de privatização.

O futuro da Caixa, do patrimônio público e do Brasil está nas mãos do povo brasileiro.

Publicado em outubro 2020, na 14ª Carta de Conjuntura da USCS, e no livro “A Era Digital e o Trabalho Bancário” (2020)

Referências Bibliográficas

- ABC, S. d. (2020). *50 anos de história*. Fonte: Revista dos Bancários do ABC: <http://bancariosabc.org.br>
- Bastos, P. P. (2017). Ascensão e Crise no governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016. *REC - Revista de Economia Contemporânea*, 1-63.
- Biondi, A. (1999). *O Brasil privatizado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Bueno., E. (2010). *Caixa 150 anos*. Brasília: Buenas Ideias.
- Caixa. (2011). *Crédito e transformação Social*. Brasília: Caixa.
- Conceição, J. J. (2019). *Entre a Mão Invisível e o Leviatã*. São Caetano do Sul: Didakt.
- Coppetti, M. F. (03 de 06 de 2020). *Perversidade no cumprimento do auxílio emergencial*. Fonte: revista teoria e Debate: <https://teoriaedebate.org.br/2020/06/03/perversidade-no-cumprimento-do-auxilio-emergencial/>
- Costa, F. N. (2012). *Brasil dos bancos*. Edusp: 2012.

- Costa, F. N. (2016). *Bancos Públicos no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Costa, F. N. (2020). *Bancos Estatais sob a ideologia do Estado Mínimo*. São Paulo: Blog Cultura e Cidadania.
- Dados, B. B. (07 de 2020). <https://brasilfatosedados.wordpress.com/>. Fonte: Brasil fatos e Dados.
- Dowbor, L. (2009). Crise Financeira, riscos e oportunidades. *Carta Capital*.
- Dowbor, L. (2017). *A Era do capital improdutivo*. São Paulo: Autonomia Literária.
- Dowbor, L. (2020). Além do Coronavírus. *Le Monde Diplomatique Brasil*.
- Economia, M. d. (04 de 2020). *A Reconstrução do Estado*. Fonte: www.gov.br/economia
- Economia, T. N.-M. (06 de 2020). Dividendos das Estatais.
- Estatística, I. -I. (05 de 2020). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua.
- Fausto, B. (1994). *História do Brasil*. São Paulo: Edusp.
- FENAE. (2015). 30 anos da greve de 1985. *Revista da Fenae*, 1-15.
- Guerra, A. (2017). *Brasil 2016: recessão e golpe*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/18/pos-pandemia-pacote-economico-na-dinamarca-preve-pagamento-de-r-16-mil-a-cada-cidadao-do-pais.ghtm>. (18 de 06 de 2020). Pós Pandemia e pacote econômico na Dinamarca.
- <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/07/01/brasil-passa-de-60-mil-mortos-por-coronavirus-aponta-consorcio-de-imprensa.htm>. (01 de 07 de 2020). Brasil passa dos 60 mil mortes.
- Infomoney. (25 de 03 de 2020). *Veja medidas políticas e econômicas de países em resposta à pandemia do coronavírus*. Fonte: Infomoney: <https://www.infomoney.com.br/economia/veja-medidas-politicas-e-economicas-de-paises-em-resposta-a-pandemia-do-coronavirus/>
- Investi, V. (09 de 07 de 2020). Brasileiro não desiste da casa própria. *Valor Invest*.
- IPEA. (julho de 2020). *Brasil pós COVID-19*. Fonte: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: www.ipea.gov.br
- L.G. Belluzzo In: Sader, E. (2013). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-liberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Mattoso, J., Coelho, M. F., & Hereda, M. B. (2017). A Caixa ontem, hoje e amanhã. *Carta Capital*.
- Mattoso, J. (2013). Dez anos depois. Em In, & E. Sader, *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-liberais no Brasil* (pp. 111-122). São Paulo: Boitempo.
- Nasser, R. (02 de 04 de 2020). *Rede Brasil Atual*. Fonte: Que Mundo vai emergir da pandemia do Coronavírus: <http://www.redebrasilatual.com.br>

PMDB. (10 de 2015). <https://www.fundacaoulysses.org.br/>. Fonte: fundação Ulysses Guimarães: <https://www.fundacaoulysses.org.br/>

Públicas., C. N. (2016). Fonte: Comitê Nacional em defesa das Empresas Públicas: www.comiteempresaspublicas.com.br

Santos, T. (2005). Desenvolvimento financeiro e crescimento econômico: a modernização do sistema financeiro brasileiro. *tese de doutorado em Ciências*. (P. d.-g. Econômica/USP, Ed.) São Paulo: Tese de Doutorado em Ciências.

Sen, A. (2007). *Desenvolvimento como liberdade*. SP: companhia das Letras.

Serrano, M. R. (2018). *Caixa Banco dos Brasileiros*. Brasília: coleção fenae.

Serrano, m. R. (09 de 2019). Empresas Públicas: Mitos e fatos. *Publicado pela Carta de Conjuntura da USCS - Universidade de São Caetano do Sul | nº 09 | set. 2019* .

Slivnik, F. (2017). *Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES: notas sobre suas evoluções recentes*. Rio de Janeiro: ABDE Editorial 2017.

Timoteo, A. (09 de 07 de 2020). *Só Banco Público está dando financiamento emergencial a pequenas empresas*. Fonte: uol: www.uol.com.br

TNI. (07 de 2020). *El Futuro es Público*. Fonte: TNI - Instituto Transnacional.

Valor. (22 de 07 de 2020). Caixa faz plano de abrir capital de seu banco digital. São Paulo, São Paulo.

www.portatransparenciapublica.gov.br/beneficios. (20 de junho de 2020). Dados sobre os Benefícios sociais.

www.uol.com.br. (01 de 07 de 2020). Brasil passa de 60 mil mortes por coronavirus-aponta-con-sorcio-de-imprensa.

MULHERES DA CAIXA: TRAJETÓRIA, OBSTÁCULOS E AVANÇOS

A Caixa é o único banco brasileiro feminino até no nome, e essa curiosidade já resultou em campanha da empresa no ano de 2014, justamente, para homenagear as mulheres naquele 8 de março. Instituição financeira pioneira na contratação de mão de obra feminina, no começo do século passado (a primeira mulher bancária ali foi Aurora Gouveia, em 1921), a Caixa e suas empregadas chegam a 2019 com uma relação solidamente estabelecida: avanços foram conquistados ao longo dos anos, mas ainda é necessário ultrapassar barreiras para construir um ambiente de ampla igualdade no trabalho.

Embora as mulheres representem quase metade da mão de obra no sistema financeiro brasileiro, somente 8% dos cargos executivos são ocupados por elas. A Caixa se destaca: foi o único banco que teve mulheres na presidência, a primeira Maria Fernanda, seguida de Miriam Belchior. Fui a primeira mulher eleita para o Conselho de Administração. Mas, mesmo com esses avanços, dados de 2017 mostram que 27% dos cargos de chefia na Caixa eram ocupados por empregadas.

No entanto, estudo recente (2017) realizado pelo banco revela que, se por um lado as trabalhadoras reconhecem que a empresa promove condições para desenvolvimento de competências no exercício de funções gerenciais de forma igual a homens e mulheres, por outro, sentem-se preteridas em processos seletivos nos quais as bancas tendem a preferir pela aprovação de homens. E esse, sem dúvida, é um sinal de alerta de que ainda há muito a conquistar.

Intitulada *Mulheres, Carreira e Lideranças*, a pesquisa aponta em suas considerações finais que as respostas obtidas caracterizam o chamado “teto de vidro” descrito na Cartilha de Diversidade Caixa (2015). Significa que as empregadas sentem que existem, sim, obstáculos à ascensão de carreira, mas muitas vezes não os associam com a desigualdade de gênero. Aliado à discriminação, as mulheres continuam sen-

do as principais responsáveis pelas tarefas domésticas, cuidados com filhos e família, o que as obrigam a dupla, tripla jornada de trabalho.

Infelizmente, quanto menos poder e representatividade, mais difícil serão as conquistas em todas as áreas e segmentos. Somos vítimas de feminicídio, de assédio moral e sexual, preteridas em seleções, sobrecarregadas de funções e responsáveis por múltiplos papéis no dia a dia. Com tudo isso, tornamo-nos naturalmente resistentes, mas é preciso ir além para exigir o espaço que nos cabe, seja no trabalho, seja na vida.

E esse espaço não é uma parte ou a metade: é por inteiro, para que de forma plena possamos exercer nosso trabalho e nossa cidadania. A igualdade desejada humanizará as relações entre mulheres e homens e tornará a sociedade mais justa e fraterna. Vamos juntos construir esse caminho.

Publicado em 2019

SELEÇÃO DE VICES: DEMOCRATIZAR OU PRIVATIZAR A GESTÃO DA CAIXA?

Artigo da coordenadora do Comitê e representante dos empregados da Caixa no Conselho de Administração sobre o processo para seleção de vice-presidentes no banco

A Caixa anunciou, no último dia 10, que os próximos ocupantes das vice-presidências da empresa serão escolhidos em processo seletivo externo, coordenado por consultoria privada. O processo, que poderá contar com a participação de funcionários de carreira, tem como foco trazer “quadros” do setor privado ou “mercado” para a direção.

A justificativa para o modelo segue a mesma de iniciativas anteriores, como a tentativa de transformar a Caixa em S/A: que vai modernizar a gestão, a governança, a transparência... Os argumentos dos representantes do governo no CA desmerecem a evolução das regras de governança, de políticas de *compliance* avançadas e reconhecidas em prêmios e certificações.

A tese que vem sendo defendida pelo governo é de que o modelo de governança ideal é o das empresas privadas, desconsiderando que muitas delas estão envolvidas em escândalos e investigações. Só no mercado financeiro, há casos icônicos como o do HSBC, que precisou se reestruturar após escândalos financeiros e acabou saindo do Brasil, entre muitas outras denúncias contra bancos privados. A Caixa, por outro lado, além de passar por todos os controles existentes para os privados, presta contas para mais de 18 setores diferentes, sendo supervisionada por Ministérios e TCU.

Outro argumento para justificar esse processo seletivo por uma consultoria privada é que, dessa forma, afasta-se a indicação “política”, que seria responsável pela corrupção. Mas a corrupção não é inerente ao setor público, e sim faz parte de um modelo econômico e social que

privilegia a ganância e atinge os setores público e privado de igual forma. A melhor forma de combater a corrupção é ampliar os espaços para controle social, como exemplo, elegendo todos os membros do CA entre empregados e segmentos no qual o banco atua.

O que mais preocupa é que esse novo processo seletivo integra o conjunto de iniciativas desse governo que vem deturpando o papel do Estado, com privatizações e sucateamento do patrimônio público brasileiro. A Caixa só não se tornou S/A por conta da organização e resistência dos empregados e de vários setores da sociedade, mas vem perdendo seu papel de protagonista como banco social ao adotar a mesma lógica de resultado do setor privado, ampliando o lucro à custa da diminuição do crédito, aumento de juros, tarifas e corte de custos em RH.

A melhor opção seria os dirigentes selecionados entre os empregados. Porque a Caixa conta com corpo funcional qualificado, formado por meio de concurso público, com médias de escolaridade e formação acima das demais instituições financeiras. Um exemplo desse tipo de prática é o Bradesco, um banco privado que adota como princípio nortear para a direção empregados de carreira.

Trazer representantes do “mercado” para posições-chave da Caixa não terá o efeito de melhorar a governança ou a transparência, além de aprofundar um modelo de negócios que retira a empresa dos mercados em que é líder, diminuindo sua capacidade de gerir as políticas públicas e atendendo a interesses dos bancos privados. E como justificar a abertura de um processo de seleção para gestores da empresa a menos de cinco meses da posse de um novo governo (e, portanto, de um novo controlador do banco) que poderá mudar tudo o que vem sendo feito até agora?

O fundamental no atual estágio é refletir sobre qual futuro queremos para o Brasil e qual papel a Caixa e as demais empresas públicas terão nesse futuro. Esse é o critério *sine qua non* para determinar qual perfil dos executivos será o ideal para conduzir a Caixa. Sem essa reflexão, e principalmente sem a definição que virá das urnas, corremos o risco de desperdiçar energia e recursos e somente atender a interesses que não são os do povo brasileiro.

Publicado em 14/08/18

EMPRESAS PÚBLICAS TÊM PAPEL SOCIAL, SÃO LUCRATIVAS E PERTENCEM AO POVO BRASILEIRO

Estudo revela importância dessas instituições, cujo valor e desempenho não podem ser menosprezados como vem fazendo o governo Temer; leia artigo da coordenadora do comitê, Rita Serrano

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) acaba de divulgar nota técnica que trata das empresas públicas e desenvolvimento do país, com foco na atual política de desestatização promovida pelo governo Temer (*). É um estudo revelador da importância dessas instituições, cujo valor vai além do monetário (já que representam patrimônio dos brasileiros e asseguram o crescimento em setores estratégicos) e cujo desempenho não poderia jamais ser menosprezado como vêm fazendo os que promoveram e/ou apoiam o golpe no Brasil.

No Brasil dos anos FHC, privatizar foi palavra de ordem, mas a prática neoliberal trouxe resultados no mínimo controversos. Exemplo que ainda está na memória da maioria é o da chamada crise do apagão, em 2001, com a privatização no setor elétrico. As desestatizações promovidas então mostraram-se incapazes de resolver os problemas fiscais entre 1995 e 2003; a dívida líquida do setor público passou de 28% para 52% do PIB, houve desemprego e não aumentaram a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à população. Em movimento diretamente antagônico, foram as estatais do setor financeiro – os bancos públicos – que exerceram fundamental papel anticíclico no país durante a crise financeira internacional de 2008, atuando por meio da expansão do crédito e da redução dos juros.

O discurso de mau desempenho ou a tentativa de se atacar as empresas públicas com a pecha de “corruptas”, utilizado pelo governo e

parte da imprensa para depreciá-las frente à sociedade e ganhar apoio às privatizações, carece, portanto, de sustentação. Apenas no âmbito federal, as estatais somaram R\$ 56,5 bilhões em investimentos no ano de 2016, sendo 97% desse montante aportados por três grupos: Petrobras (responsável por 85%); Eletrobras (7%) e o setor financeiro/bancário (4%). Quando comparados à somatória dos investimentos realizados no país naquele ano, foram responsáveis diretos por 6% do total.

Além disso, empregavam, em 2016, 530.922 trabalhadores próprios, o que representava 1,2% do total de empregos formais do país. Seus dividendos distribuídos para a União são expressivos: foram R\$ 285 bilhões entre 2002 e 2016 (em média R\$ 19 bilhões por ano). Nos bancos, no mesmo período, o valor acumulado desse repasse foi de R\$ 42.245 milhões no BB; R\$ 51.332 milhões na Caixa e R\$ 106.903 no BNDES. Já as acusações de corrupção, embora devam ser devidamente esclarecidas, com punição de responsáveis, não podem se limitar ao setor público, que tem órgãos fiscalizadores muito mais rigorosos do que no âmbito privado: Odebrecht, JBS, bancos Opportunity, Safra, Bradesco... a lista de empresas particulares envolvidas em escândalos é longa e conhecida dos brasileiros.

Nada disso, porém, diminui a sanha dos golpistas, que não param de anunciar privatizações, e a bola de vez é a Eletrobras. Onde ainda não conseguiu privatizar, o governo investe na política do desmonte, prejudicando trabalhadores e usuários dos serviços. Empresas públicas, é preciso destacar sempre, têm um papel social e na soberania nacional que não cabe nos números cada vez mais mirabolantes apresentados pelo governo. Elas investem onde as privadas não enxergam lucro. Por isso, reafirmamos que “Se é público, é para todos. Defender as empresas públicas é defender o Brasil”.

*Publicado em 16/02/18
Facebook, Twitter, E-mail*

CAIXA 100% PÚBLICA É DESENVOLVIMENTO E MAIS EMPREGO

O último ano foi marcado por uma intensa mobilização dos empregados da Caixa em defesa do banco 100% público. As ameaças começaram no final de 2014, com a possibilidade da venda de ações no mercado e, embora o governo tenha recuado nesse intento, um risco ainda mais amplo veio atingir todas as estatais do país, com a possibilidade de aprovação do Projeto de Lei (PLS) 555, contra o qual lutamos neste exato momento. Mas é preciso entender que garantir a Caixa 100% Pública não é defender apenas mais crescimento para o Brasil. É, também, mais emprego para seus trabalhadores.

No balanço que a empresa divulga nesta terça, 8, é possível conferir que, em 2015, a Caixa injetou na economia R\$ 732,7 bilhões. Especificamente para o Programa Minha Casa Minha Vida foram contratados R\$ 39,7 bilhões, totalizando 347 mil unidades habitacionais. Já o Bolsa Família, principal programa de transferência de renda do governo federal, pagou R\$ 26,4 bilhões em benefícios, contribuindo para reduzir a taxa de mortalidade infantil e a evasão escolar, itens condicionantes à participação no programa.

Se a Caixa se tornar uma empresa privada — ou uma empresa de sociedade anônima, como determina no PLS 555 — esses números vão sofrer uma queda brutal. Se hoje já existem economistas que consideram os programas sociais um gasto excessivo e inútil para o país, sempre falando em nome do ‘mercado’, o que esperar de uma Caixa comandada por acionistas desse mesmo naipe, ou seja, interessados apenas na lucratividade?

Entre 2004 e 2013, anos de grande investimento nos programas sociais no Brasil, o total de bancários em empresas públicas e privadas praticamente se igualou (cerca de 245 mil contra 266 mil nos privados), com ênfase no fato de que quem cresceu foram os bancos públicos. A contratação foi então expressiva na Caixa, mas a mudança de cenário já se avizinhava e a possibilidade de que um refluxo

ocorresse, foi, inclusive, destacada em meu artigo intitulado *Os desafios dos empregados da Caixa*, publicado quando a empresa divulgou seu balanço de 2014.

Embora no ano passado o crédito imobiliário tenha sido 13% superior ao registrado em 2014, com evolução de 2,3% no terceiro trimestre de 2015, a poupança, uma das principais captadoras de recursos, subiu apenas 1,9%. A taxa de juro alta, que torna essa aplicação pouco atraente, trouxe mais impactos para a Caixa, vez que os bancos privados não investem em programas sociais. Junto com o balanço, a Caixa também anunciou, nesta terça-feira, novas medidas para estímulo ao crédito imobiliário, com elevação da cota de financiamento para aquisição de imóveis usados e a oferta de empréstimos para compra do segundo imóvel. O lucro líquido obtido em 2015 foi de R\$ 7,2 bilhões, 0,9% superior ao anterior. Já o número de empregados do banco, de acordo com os dados divulgados, caiu de 101.484 para 97.500 em 2015.

A melhor maneira de se tentar reverter essa queda é intensificar a luta em defesa da Caixa 100% Pública. A Caixa tem que voltar a crescer para contratar, e isso significa investir fortemente em crédito, principalmente no habitacional, que movimenta as contratações na construção civil — setor com declínio acentuado que demitiu mais de 400 mil trabalhadores em 2015; não terceirizar serviços, ampliar o financiamento e a inclusão de brasileiros no sistema bancário. Trata-se, evidentemente, de acreditar no papel de um banco que, como já se viu, pode e deve incrementar o desenvolvimento do Brasil e de seu povo nas mais diversas frentes, como educação, agricultura, esporte, moradia... Mas trata-se também de garantir e ampliar o emprego, pois sem o corte de programas sociais e sem a intervenção das regras de mercado unicamente voltadas para o lucro, a Caixa por certo terá necessidade de muita mão de obra, de mais gente e mais agências. Aí, sim, teremos garantido mais empregos para a Caixa e mais Caixa para o Brasil.

Publicado em 03/2016, nas redes sociais do mandato

OS DESAFIOS DOS EMPREGADOS DA CAIXA

Apesar das limitações impostas neste ano pela realidade econômica, insistir na ampliação do papel do banco público é positivo também para os trabalhadores, que viram a Caixa crescer e contratar mais nos últimos anos

O primeiro semestre deste ano foi marcado por um movimento de resistência – fundamental para a sociedade – em prol de uma Caixa 100% pública. Percorri o país fazendo esse debate. No dia 22, em Curitiba (PR), participei de audiência pública na Assembleia Legislativa que reafirmou a defesa da Caixa 100% pública, ampliando a discussão para o papel do próprio sistema financeiro.

Com a retração no crédito verificada no primeiro trimestre deste ano e os lucros dos bancos crescendo em aplicações em títulos do Tesouro, o foco desse encontro foi o fato de que os bancos privados são concessões. Portanto, deveriam, também, investir em políticas públicas, da mesma forma que o Banco do Brasil pode e deve ampliar sua vocação para o desenvolvimento.

Já em todas as últimas reuniões do Conselho de Administração da Caixa (CA), do qual participo, questionei sobre os rumos que a empresa poderia tomar caso prevalecesse a tese de abertura de capital. Após tamanha pressão vinda da sociedade e de movimentos sindicais e associativos, o governo acabou por recuar. E, nos últimos dias, ocorreram os encontros estaduais dos empregados da Caixa pelo país, evento que antecede o Conecef, o congresso nacional, e apresenta perspectivas e reivindicações dos empregados.

Estive presente no congresso do estado de São Paulo e, com base em dados de pesquisa do Dieese e outros que pesquisei especificamente junto à Caixa, pude fazer uma explanação sobre o perfil dos

trabalhadores do banco e a atual conjuntura brasileira. A primeira constatação, bastante significativa, é de que nos últimos anos (entre 2004 e 2013), o total de bancários em empresas públicas e privadas praticamente se igualou (cerca de 245 mil contra 266 mil nos privados), com ênfase no fato de que quem cresceu foram os bancos públicos. Mas a contratação, expressiva na Caixa, é ponto ao qual devemos nos ater nesta campanha salarial 2015, pois tudo indica que haverá mudança nesse cenário.

Antes que essa discussão seja iniciada é preciso destacar outros dados: em 2014, a Caixa contava com 102.067 bancários, dos quais 54,57% homens e 45,43% mulheres, quase o mesmo do perfil geral da categoria. A maior parte dos trabalhadores da Caixa tem até dez anos de banco (60,2%), e 75,15% possuem nível superior de ensino, enquanto na categoria são 68,56%. Nesse mesmo ano, sua participação no mercado chegou a 19,8% em crédito total, sendo 67,7% em habitação, 35,7% em poupança e 8,5% em fundos de investimento. Consolidou-se como o terceiro maior banco em ativos, quarto maior gestor de fundos do Brasil, sendo a quinta marca mais valorizada no país.

Esses dados mostram que o perfil da empresa e dos empregados sofreu drástica mudança nos últimos dez anos, o que pode exigir um novo olhar e atitude das lideranças e das entidades representativas. É um panorama que nos remete agora a debates fundamentais nas proximidades da campanha nacional unificada dos bancários. A primeira questão é justamente a do emprego: embora a Caixa tenha sido recorde em contratações, se comparada aos demais bancos, e ainda exista necessidade para novas admissões, é de se esperar que ocorra um refluxo, e temos que estar atentos para reagir e buscar alternativas.

Outra questão fundamental é a da retração do crédito imobiliário, que é ofertado, em grande parte, com recursos captados na poupança. Ocorre, porém, que a taxa de juro alta vem tornando essa aplicação pouco competitiva, e os recursos estão migrando para alternativas mais rentáveis. O impacto na Caixa por certo será maior

do que nos bancos privados que, como dito acima, deveriam, mas não investem em programas sociais.

Como a maioria dos trabalhadores brasileiros, os empregados da Caixa têm diante de si grandes desafios nesta campanha salarial, mas há especificidades que precisam ser apontadas e discutidas. Defender a atuação da Caixa como indutora do desenvolvimento e operadora dos programas governamentais é do interesse dos trabalhadores e da sociedade. Limitar sua atuação atrasa a retomada do desenvolvimento. Como representante do Conselho de Administração do banco e do movimento sindical, quero dizer que estamos atentos a essa realidade, assim como à abertura e repercussão desse importante debate, que já começou.

Publicado em 03/06/15, pela Fenaec

LEI DAS ESTATAIS UMA NOVA AMEAÇA À CAIXA 100% PÚBLICA

Fui surpreendida – como, acredito, muitos também o serão ao ler este artigo – pela notícia de que tramita no Senado um projeto chamado *Lei de Responsabilidade das Estatais* que, entre outras medidas, coloca em risco mais uma vez a Caixa 100% pública. Aprovado há duas semanas pela comissão mista criada em junho pelos presidentes da Câmara dos Deputados e Senado Federal, deve ser votado no Senado nos próximos dias, o que torna urgente a divulgação de seus riscos e a mobilização do movimento sindical e da sociedade.

A *Lei de Responsabilidade das Estatais* é um substitutivo ao PL 167 de 2015, do senador Tasso Jereissati, e uma referência ao PLS 343, também deste ano, do senador Aécio Neves, ambos do PSDB. Sob pretexto da ‘transparência’ na condução das estatais, o projeto agora em curso traz em suas normas gerais a determinação de que “empresa pública e sociedade de economia mista serão constituídas sob a forma de sociedade anônima”. Ora, das grandes empresas estatais brasileiras, a Caixa está entre as poucas que não têm seu capital aberto nem figuram como de economia mista.

Desde que foi promulgada a Constituição Federal de 1988, foram definidos os limites de exploração de atividades econômicas pelo Estado. Apenas por lei específica pode ser constituída uma empresa pública ou sociedade de economia mista, ou ainda autorizada a criação de subsidiárias. Uma emenda constitucional passou a exigir que seja estabelecido, por lei, um estatuto jurídico próprio para as empresas estatais que exploram atividades econômicas de produção ou comercialização de bens ou serviços. Mas essa lei até hoje não foi editada, o que abre espaço para que, de forma antidemocrática e na surdina, regras equivocadas e que prejudicam o patrimônio dos brasileiros sejam aprovadas.

Todos que têm memória sabem que governos do PSDB são adeptos de privatizações indiscriminadas, sucateando empresas para depois vendê-las. Segundo dados divulgados em artigo publicado pelo site do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap),

desde 1990, cerca de 122 estatais foram vendidas. Hoje existem aproximadamente 150 empresas estatais federais atuando em setores essenciais como petróleo, energia, comunicações, gestão de portos e aeroportos, financeiro, saúde, tecnologia agrícola, abastecimento e armazenamento, transporte ferroviário, indústria, defesa, entre outros, com mais de 461 mil empregados permanentes e outros 310 mil temporários ou terceirizados.

Agora, os autores do projeto querem que as empresas estatais que restaram abram seu capital e adotem os modelos de gestão de empresas privadas, regras da Bolsa de Valores, valores de mercado e tudo isso sem nenhum debate com a sociedade. O projeto também altera as regras para a indicação dos membros dos conselhos de administração e os mandatos – prevê no mínimo 20% de conselheiros de administração independentes – e, nas empresas com capital social acima de R\$ 1 bilhão, que a indicação dos conselheiros deixe de ser prerrogativa do Executivo e passe a ser do Senado.

Aqui, é preciso destacar: o que seriam, exatamente esses ‘conselheiros de administração independentes’? A designação é vaga e não traz nenhuma certeza de idoneidade. Muito mais eficaz, e realmente democrática, foi a legislação criada em 2010, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um marco que permitiu aos trabalhadores das estatais eleger seus representantes para os conselhos de administração das empresas – como, sabemos, de fato ocorreu na Caixa e outros locais de trabalho.

Evidentemente, não se discute a necessidade de transparência nas gestões das estatais. Denúncias e apurações de mau uso do dinheiro vêm sendo apuradas e – ao contrário do que divulga a imprensa sistematicamente – não começaram nos governos petistas. A melhoria da governança nas empresas públicas é algo importante e necessário, e a fiscalização dos recursos públicos e uma gestão transparente são exigências da sociedade democrática e dos movimentos organizados, que sempre levantaram a bandeira da defesa das empresas públicas e sua atuação plena nas áreas sociais e no desenvolvimento do país. Mas a discussão em pauta no Congresso claramente não tem esse objetivo,

pois de forma leviana tenta-se subordinar as estatais à lógica de mercado e ao Legislativo, esvaziando o controle do Executivo.

No artigo publicado pelo Diap, os autores Luiz Alberto dos Santos e Jean Keiji Uema (*) lembram que “a opção privatista não é resposta viável à chamada *crise do Estado*. Pelo contrário. Essa opção, em passado recente, foi imposta mais pelos mercados do que pela realidade, ou pela incapacidade de empresas estatais serem geridas eficientemente. A contribuição das estatais tanto para a formação bruta de capital quanto para o equilíbrio macroeconômico, o alcance de metas fiscais e o aumento da taxa de investimentos é inegável (Gobetti, 2010). Programas de investimento desafiadores, com a participação ativa das estatais na sua formulação e execução, dependem, fundamentalmente, de sua eficiência e capacidade de gestão”.

Essa eficiência e capacidade de gestão, marcadas pela responsabilidade, lisura e democracia, é também o que desejamos. Mas não se pode aceitar que empresas como a Caixa abram mão de seu papel social. Como integrante de seu Conselho de Administração, representando os empregados, tenho plena convicção de que essa forma de governança honesta e saudável para todos se fortalece ainda mais quando pensamos na importância da Caixa como banco essencialmente público.

É essa discussão que devemos levar adiante nos próximos dias, envolvendo todos os setores da sociedade civil – já que a ameaça não se restringe à Caixa –, assim como os movimentos sindical e de empregados, desde já alertando que, mais uma vez, será necessária ampla mobilização.

Público em 09/09/15, no site da Fenae

Rita Serrano



Rompendo
barreiras

**Este livro foi composto em tipos PT Serif, PT Sans e Moonllime Regular
no formato 15,5x22,5cm para a Editora ComPactos**

Rita Serrano construiu um respeitável legado profissional ao enfrentar o desafio de levar o olhar dos trabalhadores, suas demandas e anseios para a alta administração da Caixa. Propõe que fiscalizar e democratizar o espaço público passa por eleger e ampliar o número de trabalhadores em conselhos de administração das empresas públicas e também privadas, que não devem ficar isentas do controle social, vide exemplos como o da Alemanha e França. Essa demanda deve ser pauta das organizações sindicais e empresariais, para avançar na melhoria da governança, sustentabilidade, respeito

à diversidade das corporações como contraponto importante à visão de curto prazo e de resultados imediatos imposta por dirigentes focados em cumprir somente a agenda dos acionistas, sem preocupação com a perpetuidade da empresa e com suas responsabilidades com os empregados, fornecedores e a própria sociedade.

Em *Rompendo barreiras*, a autora destaca ser imprescindível fortalecer as empresas públicas no Brasil, para que o país possa ser reconstruído e volte aos trilhos do desenvolvimento. Enaltece o papel da Caixa Pública e relata os desafios para uma mulher ocupar espaços de poder.

Rita Serrano



Nasceu em Santo André, SP, de família humilde, operária. Começou a trabalhar aos 15 anos, entrou na Caixa Federal por concurso público aos 21. Conta com longa trajetória no movimento social e sindical. Foi presidenta do Sindicato dos Bancários do ABC. Atualmente, está na Diretoria da Fenaes. É coordenadora do Comitê em defesa das empresas públicas. Em 2017, foi eleita a primeira mulher representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa, sendo reeleita em 2019 e 2022. Mestre em Administração. Graduada em História. Autora de vários livros e artigos.

É mãe, filha, esposa, militante, mulher do seu tempo, teve que romper muitas barreiras para galgar espaços.

Rita Serrano conta sua vida, recuperando passagens importantes da história contemporânea do Brasil de temas que recebem pouco espaço nos meios jornalísticos apesar de sua importância para o país. Destaca a defesa dos bancos públicos e os desafios para as mulheres ocuparem espaços de poder, mostrando que igualdade de gênero é algo construído a duras penas.

A autobiografia percorre diversos momentos de sua atuação na Caixa, desde as lutas e conquistas históricas para os trabalhadores, ao enfrentamento de pressões sob governos autoritários, assédio moral e sexual, desaguando nos princípios que auxiliam na solidificação de empresas preponderantes para a soberania nacional. A obra apresenta um anexo com artigos da autora publicados ao longo dos últimos anos.

Com apresentação assinada por Jerry Fiusa dos Santos, *Rompendo barreiras* é um retrato de força. O livro mostra a trajetória de uma mulher que nasceu e cresceu num mundo humilde, enfrentou inúmeras dificuldades para trabalhar e estudar. Transformou o que parecia impossível em oportunidades e conquistou o reconhecimento profissional. Uma mulher vibrante com mente de líder. Venceu batalhas! Edificou sua vida nos sólidos pilares de uma cidadã e profissional ética, esposa, companheira e mãe amorosa.

Acompanhar essa jornada de resistência é inspirador e faz perceber que a determinação com objetivos específicos é condição para resultados transformadores. Mais que uma lição de persistência, a autora nos presenteia com seu espírito singular e extraordinário.

